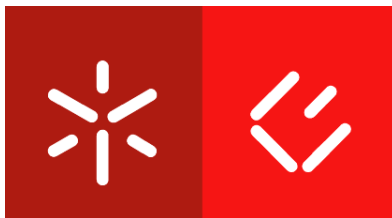


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Jorge António Fernandes Gonçalves

**RELEVÂNCIA DAS RECEITAS PRÓPRIAS  
NO FINANCIAMENTO DAS AUTARQUIAS:  
ESTUDO DE CASO, O MUNICÍPIO  
DE VIEIRA DO MINHO**





**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Jorge António Fernandes Gonçalves

**RELEVÂNCIA DAS RECEITAS PRÓPRIAS  
NO FINANCIAMENTO DAS AUTARQUIAS:  
ESTUDO DE CASO, O MUNICÍPIO  
DE VIEIRA DO MINHO**

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Dra. Maria João Thompson**

e supervisão da **Dra. Susana Santos Francisco**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Jorge António Fernandes Gonçalves

**Endereço eletrónico:** jorgegoncalves.um@gmail.com

**Telefone:** (+351) 917623432

**Número cartão de cidadão:** 3458602

**Título do Relatório de Estágio:**

Relevância das receitas próprias no financiamento das autarquias: Estudo de caso, o município de Vieira do Minho

**Orientadora** (UM): Professora Doutora Maria João Cabral Ribeiro Thompson

**Supervisora** (CMVM): Dr.<sup>a</sup> Susana Conceição Santos Francisco

**Ano de conclusão:** 2017

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTES TRABALHOS APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

**Universidade do Minho:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Cumpre-me iniciar por agradecer à minha orientadora Professora Doutora Maria João Ribeiro Thompson pela manifestação permanente de apoio, acompanhamento, atenção e disponibilidade concedidas ao longo do mestrado e na elaboração deste relatório. Não esquecerei que mais importante que o produto final, são a forma e o empenhamento revelados para o alcançar, pois contribuem decisivamente para a realização de um processo de aprendizagem de qualidade.

À Câmara Municipal de Vieira do Minho e ao seu Presidente Eng.º António Cardoso, à Supervisora na organização Dra. Susana Francisco, à Dra. Sofia Ferreira nos serviços de finanças e contabilidade ao Sr. José Antunes nos serviços de aprovisionamento e demais colaboradores, pelo acolhimento, disponibilidade, ensinamentos e integração.

À minha mulher Maria José e à minha filha Mariana pela participação decisiva e apoio incondicional ao longo deste percurso.

A todos os meus amigos e em particular aqueles que partilharam comigo os bancos da universidade e que de uma forma ou de outra me ajudaram na concretização deste projeto, uma palavra de profundo agradecimento.

*“o mérito do homem não reside no conhecimento que se tem,  
mas no esforço que despendeu para alcançá-lo”.*

Gotthold Ephraim Lessing, poeta e filósofo de origem alemã que viveu no séc.XVIII

## Resumo

O presente relatório apresenta o estágio curricular realizado na Câmara Municipal de Vieira do Minho e propõe-se a investigar e divulgar os conhecimentos, tarefas desenvolvidas e conteúdos relacionados com a Contratação Pública, objeto da componente prática. O estudo deste particular tema é justificado pela sua importância na gestão racional dos recursos públicos. Tendo como ponto de partida a componente teórica e consequente análise e investigação, relacionada com a importância das receitas próprias no financiamento das autarquias locais e o ambiente socioeconómico do município, exponho o enquadramento legislativo aplicado ao poder local, através da apresentação do principal normativo aplicado e a sua vertente dinâmica. A opção pela restrição aos municípios da sub-região do Ave, no período de 2010 a 2015 para efeitos de análise comparada, permite concluir, através dos dados obtidos, a grande disparidade que os separa no que concerne aos instrumentos de financiamento disponíveis e à sua capacidade de captação de receitas próprias, na estrutura global da receita. Neste ponto introduziu-se o conceito de independência financeira como indicador do grau de liberdade da gestão municipal. A descrição e caracterização do município de Vieira do Minho, através da análise do seu contexto político, demográfico, social e económico, demonstra uma economia local com dificuldades acrescidas e limitadas na angariação de receitas próprias, bem como constrangimentos e desafios futuros. Esta análise carece de fundamentação complementar devido a alguns condicionamentos na avaliação, em resultado de erros ou omissões em alguns dos dados estatísticos oficiais. No plano prático, através da descrição e avaliação do modelo de contratação pública, que considero economicamente relevante, uma vez que incorpora as pequenas e microempresas, que são o suporte da economia local, incluída no perímetro deste novo modelo de contratação, procuro definir um ajuste direto e um concurso público e a forma como se materializa. Concluindo, considero o modelo globalmente positivo, opinião que é sustentada pelos decisores e interessados na entidade.

Palavras-chave: Município, Financiamento, Receitas Próprias, Independência Financeira, Economia Local, Contratação Pública

## Abstract

This report presents the curricular internship conducted in the municipal council of Vieira do Minho, and proposes to investigate and disseminate the knowledge, tasks developed and contents related with public procurement, the object of the practical component. The study of this specific theme is justified by its importance in the rational management of public resources. Starting with the theoretical component and its consequent analysis and investigation, related with the importance of own revenues in the financing of local authorities and the socio-economic environment of the municipality, I present the legislative framework applied to the local power through the main normative applied and its dynamic aspect. The option of restricting to the municipalities of the Ave sub-region from 2010 to 2015, for the purposes of comparative analysis, allows to conclude, from the data obtained, the great disparity that separates them in terms of the available financing instruments and their ability to generate own revenues, in the overall revenue structure. At this point the concept of financial independence was introduced as an indicator of the degree of municipal management freedom. The description and characterization of the municipality of Vieira do Minho, through the analysis of its political, demographic, social and economic context, demonstrates a local economy with increased and limited difficulties in raising their own revenue, as well as future constraints and challenges. This analysis lacks further justification since there were some constraints in the evaluation, due to errors or omissions in some of the official statistical data. At the practical level, through the description and evaluation of the public procurement model, which I consider to be economically relevant, since it integrates micro and small enterprises, which are the support of the local economy included in the perimeter of this new contracting model, I look for defining a direct adjustment and a public tender and the way it materializes. Concluding, I consider the model to be positive in overall, an opinion that is supported by the decision makers and general stakeholders.

Keywords: Municipality, Financing, Own Income, Financial Independence, Local Economy, Public Procurement



## Índice Geral

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice Geral.....	vi
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	viii
Lista de Ilustrações.....	ix
Lista de Gráficos.....	ix
Lista de Tabelas .....	ix
Lista de Anexos .....	x
Introdução.....	1
1. Parte – Poder Local .....	3
1.1 Caraterização e legislação básica aplicada .....	3
1.1.1 Regime Jurídico das Autarquias Locais.....	4
1.1.2 Lei Enquadramento Orçamental.....	5
1.1.3 Regime Financeiro das Autarquias Locais.....	6
1.1.4 Regime Contabilístico .....	10
1.1.5 Código dos Contratos Públicos.....	12
1.2 Autonomia Financeira.....	13
1.3 Receitas das Autarquias Locais.....	14
1.3.1 Receitas efetivas totais e per capita da sub-região do Ave .....	16
1.3.2 Independência Financeira .....	19
1.4 Receitas Próprias Efetivas.....	21
1.4.1 Imposto Municipal sobre Imóveis .....	21
1.4.2 Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis .....	23
1.4.3 Imposto Único de Circulação .....	24
1.4.4 Derrama Municipal sobre o lucro tributável em sede de IRC .....	25
1.4.5 Receitas próprias diversas.....	26

2.	Parte – O concelho de Vieira do Minho .....	27
2.1	Enquadramento demográfico, social e económico do concelho .....	27
2.1.1	Demografia e Sociedade .....	27
2.1.2	Economia Local .....	31
2.2	A Câmara Municipal, entidade de acolhimento.....	34
2.2.1	Serviços Financeiros .....	42
2.2.2	Serviços de Aprovisionamento.....	43
2.3	Matriz SWOT .....	44
3.	Parte – Plano de Estágio Curricular .....	45
3.1	Síntese Introdutória e Objetivos .....	45
3.2	A Fundamentação .....	45
3.3	A Contratação e Contratos Públicos .....	46
3.3.1	Modelos Procedimentais de Contratação Pública.....	49
3.3.2	Portal BASE e VORTALgov - Plataformas de Contratação.....	50
3.3.3	A Prática na Contratação Pública .....	52
3.3.3.1	O modelo de Ajuste Direto, aplicação prática .....	53
3.3.3.2	O modelo de Concurso Público, aplicação prática .....	80
	Inquérito Interno Online .....	101
	Conclusões/Considerações.....	103
	Referências Bibliográficas .....	103
	Principais fontes de Informação e Legislação .....	109
	Anexos .....	111

## Lista de Abreviaturas e Siglas

- ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses
- CCP – Código Contratação Pública
- CEAL – Carta Europeia Autonomia Local
- CMVM – Câmara Municipal Vieira do Minho
- CPR – Constituição República Portuguesa
- CPV – Vocabulário Comum Contratação/ *Common Procurement Vocabulary*
- DGAL – Direção Geral Autarquias Locais
- DR – Diário República
- DRE – Diário República Eletrónico
- FSM – Fundo Social Municipal
- IMPIC – Instituto Mercados Públicos Imobiliário e Construção
- JOUE – Jornal Oficial União Europeia
- LEO – Lei Enquadramento Orçamental
- LOE – Lei Orçamento Estado
- LFL – Lei Finanças Locais
- PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento
- PIE – Participação Impostos do Estado
- POCAL – Plano Oficial Contabilidade Autarquias Locais
- POCP – Plano Oficial Contabilidade Pública
- RFALEI – Regime Financeiro Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
- RJAL – Regime Jurídico Autarquias Locais
- SIIAL – Sistema Integrado Informação Administração Local
- SNC-AP – Sistema Nacional Contabilidade da Administrações Pública
- UE – União Europeia
- UEM – União Económica e Monetária
- UTC – Tempo Universal Coordenado/ *Universal Time Coordinated*

## Lista de Ilustrações

Ilustração 1 – Divisão territorial da região NUTS III e municípios .....	20
Ilustração 2 – Demografia do concelho de Vieira do Minho .....	28

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Receitas efetivas totais da sub-região do Ave .....	18
Gráfico 2 – Receitas per capita da sub-região do Ave.....	19
Gráfico 3 – Densidade populacional do concelho de Vieira do Minho .....	27
Gráfico 4 – Evolução da estrutura populacional do Concelho .....	29
Gráfico 5 – Receitas totais efetivas e próprias .....	39
Gráfico 6 – Peso e evolução independência financeira, contexto municipal .....	40
Gráfico 7 – Evolução peso relativo das receitas próprias.....	40
Gráfico 8 – Peso e evolução principais impostos nas receitas próprias.....	41
Gráfico 9 – Contrato, número e percentagem do período.....	47
Gráfico 10 – Contrato, valor e percentagem no período .....	47
Gráfico 11 – Procedimento, número e percentagem do período.....	48
Gráfico 12 – Procedimento, preço e percentagem do período.....	48

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Receitas efetivas totais da sub-região do Ave.....	18
Tabela 2 – Receitas efetivas per capita da sub-região do Ave.....	18
Tabela 3 – Rácio de Independência Financeira.....	19
Tabela 4 – Alunos matriculados por grau de ensino em 2014/2015 .....	30
Tabela 5 – Desemprego médio anual por nível de escolaridade 2016.....	30
Tabela 6 – Empresas e Pessoal de empresas não financeiras do Concelho .....	33
Tabela 7 – Indicadores de empresas do Concelho.....	33
Tabela 8 – Total receitas efetivas e próprias, contexto municipal .....	39

Tabela 9 – Receitas próprias desagregadas, contexto municipal .....	40
Tabela 10 – Aquisição por Tipo de Contrato, contexto municipal .....	46
Tabela 11 – Aquisição por Tipo de Procedimento, contexto municipal .....	47
Tabela 12 – Tipos de procedimentos de formação de contratos .....	49
Tabela 13 – Escolha de ajuste direto em função do valor do contrato .....	55
Tabela 14 – Seguro acidentes pessoais, estimativa capitais seguros.....	60
Tabela 15 – Seguro acidentes pessoais Autarcas, coberturas/capitais.....	60
Tabela 16 – Seguro grupo acidentes pessoais Bombeiros, regime legal .....	61
Tabela 17 – Seguro grupo acidentes pessoais Bombeiros, coberturas .....	62
Tabela 18 – Recintos desportivos, tipificação e média de utilizadores/dia .....	65
Tabela 19 – Parques infantis, tipificação e média de utilizadores/dia .....	65
Tabela 20 – Síntese do seguro de Frota Automóvel .....	66
Tabela 21 – Embarcação de recreio, características e coberturas.....	68
Tabela 22 – Discriminação das Apólices .....	76
Tabela 23 – Descrição da proposta financeira de Açoreana Seguros SA.....	78
Tabela 24 – Lista de Concorrentes.....	94
Tabela 25 – Apreciação de documentos Obrigatórios e Facultativos.....	94
Tabela 26 – Classificação dos Concorrentes .....	95
Tabela 27 – Valor estimado do fornecimento para o ano de 2017 .....	96
Tabela 28 – Resultados do inquérito online.....	102

### Lista de Anexos

Anexo 1 – Receitas próprias efetivas por município (parte 1 de 2) .....	112
Anexo 2 – Receitas próprias efetivas por município (parte 2 de 2) .....	113
Anexo 3 – Cronograma da Organização .....	114
Anexo 4 – Sub-região do Ave e concelho de Vieira Minho.....	115
Anexo 5 – Fluxograma do Ajuste Direto .....	116
Anexo 6 – Comunicação ao Adjudicatário pág.1 .....	117
Anexo 7 – Comunicação ao Adjudicatário pág.2 .....	118

Anexo 8 – Declaração Anexo II .....	119
Anexo 9 – Comunicação ao portal VORTALgov .....	120
Anexo 10 – Comunicação ao portal BASE.gov .....	121
Anexo 11 – Fluxograma do Concurso Público.....	122
Anexo 12 – Anúncio Diário da República pág.1 .....	123
Anexo 13 – Anúncio Diário da República pág.2 .....	124
Anexo 14 – Contrato CMVM e GASPE pag.1.....	125
Anexo 15 – Contrato CMVM e GASPE pag.2.....	126
Anexo 16 – Contrato CMVM e GASPE pag.3.....	127
Anexo 17 – Contrato CMVM e GASPE pag.4.....	128
Anexo 18 – Contrato CMVM e GASPE pag.5.....	129
Anexo 19 – Comunicação ao portal BASE.gov .....	130
Anexo 20 – Questionário Online.....	131

## Introdução

“A Sociedade em geral vive em circunstâncias difíceis, em particular os mais frágeis, como reflexo de uma crise económica e financeira que assola o mundo na sua globalidade e Portugal em particular, causando restrições e limitações às populações, pelo que as políticas públicas de apoio e assistência aos mais desfavorecidos se tornam mais relevantes e pertinentes”. (Ribeiro, 2013).

Com a necessidade de complementar a minha formação, e consciente de que a prática e a teoria são realidades complementares, surgiu a oportunidade de realizar um estágio curricular numa entidade pública, na sequência do contacto com o órgão executivo da Câmara Municipal de Vieira do Minho na pessoa do seu Presidente eng. António Cardoso. Esta oportunidade representa uma enorme motivação e estímulo, por tratar-se de um setor profissionalmente desconhecido, já que exerci toda a atividade profissional no setor privado e cuja principal diferença se verifica no seu principal objetivo, que é a criação de valor para os acionistas por contraste com o serviço às populações. Pela sua natureza não mercantil e voltada para o bem-estar das populações, esta instituição do setor público propiciará conhecimentos práticos relevantes e estimulantes no binómio da aplicação da teoria estudada no 1º ano do mestrado e a absorção de capacidades práticas, por exploração individual e transmissão pelos técnicos qualificados da entidade, que me acompanharão ao longo do estágio curricular.

O trabalho iniciará pelo enquadramento e análise de contexto, da principal legislação em vigor a que o poder local se encontra vinculado, como órgão de poder descentralizado na organização do Estado. A abordagem principal será a observação junto da divisão de administração e finanças, por interação com os seus quadros superiores e demais colaboradores em ambiente empresarial público, procurando com empenho e vontade executar as tarefas necessárias e sugeridas, de forma a produzir um relatório que incluirá sugestões de alteração e aplicação, na temática que dará corpo ao título “Relevância das receitas próprias no financiamento das autarquias: estudo de caso, o município de Vieira do Minho”, com enfoque particular ao imposto municipal sobre imóveis (IMI), pelo seu peso específico, e que incluirá como componente teórica o estudo e investigação sobre os municípios. Será restrito por efeito do estudo de caso, à sub-região do AVE, na qual este município se inclui, para o período de 2010 a 2015, no pressuposto da existência de elementos diferenciadores e práticas

diversas dos montantes coletados das receitas por autarquia. É neste contexto que o poder local e mormente os municípios, dado o seu caráter de proximidade, pelo seu conhecimento e experiência, têm o dever de assumir a prática de políticas rigorosas e prudentiais na gestão dos escassos recursos disponíveis, com o objetivo último de encontrar soluções nos efeitos, sobretudo, dos economicamente mais frágeis. É neste ponto que se verifica a importância crescente das receitas próprias, mais que a autonomia financeira legalmente atribuída, consubstanciada pela independência financeira, como um dos pressupostos indelévels das autarquias locais para que as suas decisões de caráter económico ou social não se condicionem exclusivamente à vontade do Poder Central.

A importância da Contratação pública, no contexto do estágio como componente prática, destaca-se pelo impacto de tal mudança, em resultado da aprovação pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), no quotidiano das entidades Adjudicantes e do tecido empresarial que contratam com os poderes públicos. A crescente contratualização realizada pelas entidades públicas, para assegurar não só fornecimentos de bens, serviços e obras públicas, inerentes ao seu funcionamento, como a externalização de algumas funções, reforçam a importância que a atividade contratual tem, nas relações que as entidades Adjudicantes públicas estabelecem com terceiros. No plano financeiro e económico, a relevância da contratação pública demonstra-se por representar, e de acordo com a literatura disponível, cerca de 19,5% do total da despesa pública e 16% do PIB, constituindo assim um instrumento político regional de estímulo à atividade económica das micro e pequenas empresas locais.

A metodologia a adotar no âmbito do estágio curricular terá por base uma breve revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre legislação e plataformas eletrónicas de contratação, a recolha de dados secundários, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Pordata (caraterização socioeconómica e demográfica regional), do Sistema Integrado de Informação da Administração Local e do arquivo do município (informação, dados contabilísticos e financeiros), das estatísticas do portal BASEgov (procedimentos de Contratação Pública) e dados primários e posterior análise (inquérito aos elementos do órgão de gestão e da divisão de aprovisionamento e finanças da Câmara Municipal).



## 1. Parte – Poder Local

### 1.1 Caracterização e legislação básica aplicada

Segundo (BILHIM, 2004), “(...) existem três modelos de Administração Pública nos nossos dias: o tradicional ou burocrático, o liberal ou de menor Estado e o do novo serviço público ou do Estado parceiro do cidadão. O modelo tradicional contrapõe leis e procedimentos administrativos a valores e a pessoas em concreto, separa políticos e administradores públicos, afirma-se pela racionalidade do «homem administrativo». O modelo liberal é desestatizante, desregulador, centrado numa Administração Pública mínima, submetida ao rigoroso controlo político, afirma-se pela racionalidade do «homem económico». O modelo do novo serviço público parte do modelo tradicional e fá-lo evoluir integrando aspetos positivos posteriores; na dicotomia entre boa gestão pública ou boa democracia opta pela boa democracia, não descuidando a boa gestão”.

As Autarquias Locais consubstanciam o modelo de serviço público parceiro do cidadão e são parte da organização democrática do Estado, consagrada pela lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP)<sup>1</sup>. Na administração pública ou em direito administrativo, é uma entidade autónoma, auxiliar e descentralizada, desenvolvendo a sua ação sobre uma parte do território, visando a prossecução de interesses e necessidades próprias das populações aí residentes. São dotadas de órgãos representativos próprios eleitos por sufrágio universal direto e secreto, dos cidadãos recenseados na área da respetiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional, através do método de Hondt<sup>2</sup>. As candidaturas às Autarquias Locais podem ser apresentadas por partidos políticos, individualmente ou em coligação e grupos de cidadãos, nos termos da lei fundamental. Os órgãos eleitos compreendem, as Assembleias de Freguesia e Municipal dotadas de poderes deliberativos e as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, os órgãos executivos de cariz colegial e constituindo-se como governo autárquico. Estes órgãos são constituídos na base proporcional das forças políticas que obtiveram votos suficientes.

---

<sup>1</sup> Conforme Título VIII da Constituição da República Portuguesa

<sup>2</sup> O método de Hondt, é um modelo matemático utilizado para converter votos em mandatos com vista à composição de órgãos de natureza colegial

Os órgãos deliberativos e os executivos colegiais são constituídos por um número adequado de membros, variando consoante a amplitude do conjunto de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral e designando-se presidente o primeiro candidato da lista mais votada, para a assembleia ou para o executivo correspondente. Esta divisão, que corresponde ao modelo democrático definido pela CRP, visa um equilíbrio na repartição dos vários poderes que compõem o poder local. O Poder Local no continente integra, para além das freguesias e municípios as entidades intermunicipais<sup>3</sup>. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, apenas existem as freguesias e os municípios. Nesta matéria vigora o princípio da descentralização administrativa contemplada na CRP<sup>4</sup>.

As autarquias locais são pessoas coletivas de direito público, dotadas de poder regulamentar próprio, contudo, estão sujeitas às normas emanadas de autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar sobre elas e reguladas na legislação Portuguesa (Parlamento, 2015).

As autarquias locais têm património e finanças próprios, sendo o regime das finanças locais estabelecido por lei, visando a justa repartição dos recursos públicos do Estado pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre as do mesmo grau. As receitas próprias das autarquias incluem as resultantes de impostos locais, as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos serviços prestados. As autarquias locais dispõem ainda de poderes tributários, embora limitados, em casos previstos na lei.

#### 1.1.1 Regime Jurídico das Autarquias Locais

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), introduzido pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que aprova em simultâneo o estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com ênfase para o n. 4, princípios gerais da presente lei “A prossecução das atribuições e o exercício das competências das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização

---

<sup>3</sup> Conforme lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, (...) as entidades intermunicipais, correspondem a unidades territoriais, detendo personalidade jurídica própria para o cumprimento das suas finalidades. Subdividem-se em comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas.

<sup>4</sup> O art.º 236 da CRP, considera as regiões administrativas na categoria de autarquias locais e divisão administrativa, no entanto, e à data não foram ainda implementadas.

administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público, da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado”.

### 1.1.2 Lei Enquadramento Orçamental

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei 91/2001, de 20 de agosto, alterada e revogada pela Lei 151/2015 de 11 de setembro, na sequência da sua reforma, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/85/UE, do Conselho Europeu, de 8 de novembro, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados membros, e dá cumprimento às disposições do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária. O disposto na presente lei prevalece, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º da CRP, sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais particulares que a contrariem. A realçar desta lei o objeto, âmbito e os princípios orçamentais, com implicações para os subsectores da administração pública (i.e., os municípios):

- A alínea a) do artigo 1.º, relativa às disposições gerais e comuns de enquadramento dos orçamentos e contas de todo o setor público administrativo.
- A alínea b) do artigo 1.º, ao estabelecer o regime do processo orçamental, as regras de execução da contabilidade e reporte orçamental e financeiro, bem como as regras de fiscalização, de controlo e auditoria orçamental e financeira, respeitantes ao perímetro do subsector da administração central (...).
- O n.º 1 do artigo 2.º, definindo o setor das administrações públicas, que abrange todos os serviços e entidades dos subsectores da administração central, regional, local e segurança social, que não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas.
- O n.º 2 do artigo 9.º, sobre o princípio da unidade e universalidade, pelo que os orçamentos das regiões autónomas e das autarquias locais são independentes do Orçamento do Estado e compreendem todas as receitas e despesas das administrações regional e local, respetivamente.
- Os n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º, sobre o princípio da estabilidade orçamental, pelo que o

setor das administrações públicas, incluindo todas as entidades e serviços que o integram, está sujeito na aprovação e execução dos respetivos orçamentos, ao princípio da estabilidade orçamental, que consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental.

- O n.º 1 e alíneas a), b) e c) no n.º 2 do artigo 18.º, sobre o princípio da economia, eficiência e eficácia, determinando que a assunção de compromissos e a realização de despesa pelos serviços e pelas entidades pertencentes aos subsectores, que constituem o setor das administrações públicas, estão sujeitas a este princípio, consistindo este, na utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público, na promoção do acréscimo de produtividade pelo alcance de resultados semelhantes com menor despesa e a utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar.

### 1.1.3 Regime Financeiro das Autarquias Locais

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), comumente designado por Lei das Finanças Locais, foi aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Com a aprovação deste novo regime financeiro, prevê-se um conjunto de princípios fundamentais, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro, contribuindo para o controlo orçamental e prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio. O setor local está sujeito aos princípios consagrados na LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, alterada pelas Leis n.º 2/2002 de 28 de agosto, 23/2003 de 2 de julho, 48/2004 de 24 de agosto, 48/2010 de 19 de outubro, 22/2011 de 20 de maio, e 52/2011 de 13 de outubro e alterada e republicada pela Lei 37/2013 de 14 de junho. A atividade financeira das Autarquias locais desenvolve-se com respeito pelos seguintes princípios <sup>5</sup>:

- Legalidade – a atividade financeira das Autarquias locais exerce-se no quadro

---

<sup>5</sup> Princípios do regime financeiro das Autarquias locais disponível em: <http://www.portautarquico.pt/pt-PT/financas-locais/>, acedido em 12-01-2017

da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado Português. São nulas as deliberações de qualquer órgão das Autarquias Locais, que envolvam o exercício de poderes tributários, determinem o lançamento de taxas não previstas na lei ou que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei.

- Estabilidade Orçamental – o princípio da estabilidade orçamental pressupõe, na aprovação e execução dos orçamentos, a sustentabilidade financeira das Autarquias Locais, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. As Autarquias Locais não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respetiva estabilidade orçamental.
- Autonomia Financeira – as Autarquias Locais têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. A autonomia financeira das Autarquias Locais, assenta nos seguintes poderes dos seus órgãos:
  - elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas;
  - gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto;
  - exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos;
  - liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas;
  - ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas;
  - aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.
- Transparência – a atividade financeira das Autarquias Locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz no dever de informação mútuo, entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira. Este princípio aplica-se igualmente à informação financeira respeitante às entidades participadas pelas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais que não integrem o setor local, bem como às concessões municipais e parcerias público-privadas.

- Solidariedade Nacional Recíproca – o Estado e as Autarquias Locais estão vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca, o que obriga à contribuição proporcional do setor local para o equilíbrio das contas públicas nacionais.  
Tendo em vista assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excecionais e transitórias, podem ser estabelecidos, através da Lei Orçamento Estado (LOE), limites adicionais à dívida total autárquica, bem como à prática de atos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacto nas contas públicas pelas Autarquias Locais. Pode ainda, a referida Lei determinar transferências do Orçamento do Estado de **montante inferior** àquele que resultaria das leis financeiras, especialmente aplicáveis a cada subsetor, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado nas áreas da solidariedade e da segurança social. A possibilidade de redução depende sempre da verificação de circunstâncias excecionais, imperiosamente exigidas pela rigorosa observância das obrigações decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e dos princípios da proporcionalidade, do não arbítrio e da solidariedade recíproca, carecendo de audição prévia dos órgãos constitucional e os legalmente competentes dos subsectores envolvidos.
- Equidade Intergeracional – a atividade financeira das Autarquias Locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expectativas, através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos, num quadro plurianual. Este princípio implica a apreciação no plano da incidência orçamental, nomeadamente, dos investimentos aprovados, dos encargos com passivos financeiros, das necessidades de financiamento das entidades participadas pela autarquia, dos compromissos orçamentais e responsabilidades contingentes, dos encargos explícitos e implícitos em parcerias público-privadas, concessões e demais compromissos financeiros de carácter plurianual, bem como da despesa fiscal, principalmente compromissos futuros decorrentes de isenções fiscais concedidas pelos municípios.
- Justa repartição dos recursos entre Estado e Autarquias Locais, a atividade financeira das Autarquias Locais desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das

relações financeiras entre estas e o Estado, devendo ser garantidos os meios adequados e necessários à sua prossecução, no quadro de atribuições e competências que lhes é confiado. A participação de cada Autarquia Local nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos no RFALEI, visando o equilíbrio financeiro **vertical**, a adequação dos recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências e **horizontal**, a correção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau, resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas e/ou diferentes necessidades de despesa.

- Coordenação entre finanças Locais e finanças do Estado – a coordenação entre finanças Locais e finanças do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o País e a necessidade de atingir os objetivos e metas orçamentais, traçados no âmbito das políticas de convergência, a que Portugal se tenha vinculado no seio da União Europeia. Esta coordenação efetua-se através do Conselho de Coordenação Financeira, sendo as Autarquias Locais ouvidas antes da preparação do PEC e da LEO, nomeadamente, quanto à sua participação nos recursos públicos e à evolução do montante global da dívida total autárquica. Podem igualmente ser estabelecidos deveres de informação e reporte adicionais, tendo em vista habilitar as autoridades nacionais, com a informação agregada, relativa à organização e gestão dos órgãos e serviços das Autarquias Locais.
- Tutela Inspetiva – o Estado exerce tutela inspetiva sobre as Autarquias Locais e as restantes entidades do setor local, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira, só podendo ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local. O regime financeiro estabelece as regras orçamentais<sup>6</sup>, às quais as entidades do sector local estão sujeitas. O orçamento das entidades do setor local prevê as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, respeitando assim o equilíbrio orçamental, sendo

---

<sup>6</sup> Conforme capítulo IV do RFALEI

apresentados anualmente e enquadrados num plano plurianual de programação orçamental. O orçamento das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais compreende todas as receitas e despesas, de todos os seus órgãos e serviços, mesmo que sem autonomia financeira, segundo os princípios de unidade e universalidade.

Da lei em referência, destaca-se, ainda, o normativo referente às exceções ao princípio da não consignação das receitas<sup>7</sup>, nomeadamente de fundos comunitários, fundo social municipal (FSM), cooperação técnica e financeira e empréstimos a médio e longo prazo, para aplicação em investimentos ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira. O RFALEI prevê ainda a possibilidade da concessão de auxílios financeiros em situações excecionais (i.e., calamidade pública).

#### 1.1.4 Regime Contabilístico

O Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005 de 30 de dezembro, aprova o sistema contabilístico das Autarquias Locais, designado por Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)<sup>8</sup>, em vigor desde 1 de janeiro do ano 2002, definindo os princípios orçamentais, contabilísticos e de controlo interno, as regras provisionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, assim como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

O POCAL tinha como principais objetivos a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das Autarquias Locais.

Decorridos cerca de 15 anos desde a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), pode afirmar-se que a normalização contabilística em Portugal para o setor público, se

---

<sup>7</sup> Conforme artigo n.º 43 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

<sup>8</sup> O POCAL é a versão setorial para as Autarquias locais, do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)



encontra desatualizada, fragmentada e inconsistente. O avanço do Sistema de Normalização Contabilístico e a necessidade de transposição para a legislação nacional das normas internacionais de contabilidade, IAS/IFRS<sup>9</sup>, justificam a necessidade da sua reforma. A nova LEO e o SNC-AP constituem as bases legais da reforma da contabilidade pública, materializada pela Lei de Enquadramento Orçamental e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, vertidas na lei 151/2015 de 11 de setembro e decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro, respetivamente, visando resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes, permitindo dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vem sendo adotados a nível internacional. Com esta reforma, o SNC-AP será aplicado a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local<sup>10</sup>, que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas, prevendo igualmente um regime simplificado<sup>11</sup>, destinado a entidades de menor dimensão, como é o caso de um conjunto significativo de juntas de Freguesia ou de risco orçamental, produzindo efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2017. São revogados o decreto-lei 54-A/99 e alterações respetivas, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do art.º 17 do decreto-lei em referência, com exceção dos pontos 2.9 controle interno, 3.3 regras previsionais e 8.3.1 modificações do orçamento. A implementação deste novo modelo implica um processo de transição, que passa pela criação de entidades piloto, nos subsectores da administração pública, para integrar a aplicação do SNC-AP já em 2016.

Para que a entrada em vigor do SNC-AP ocorresse na data inicialmente prevista, seria necessário assegurar previamente, a verificação de um conjunto de condições técnicas, legais e institucionais. A constatação de que as referidas condições não se encontravam ainda integralmente verificadas, aconselhou o adiamento da entrada em vigor do mesmo, colocando por isso a necessidade da prorrogação da sua implementação, referida no presente decreto-lei e obrigando à criação de novo normativo, através da publicação do Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro no seu n.º 1 do art.º 18, estabelecendo como nova data de calendário o dia 1 de janeiro de 2018.

---

<sup>9</sup> *International Accounting Standard (IAS) / International Financial Reporting Standards (IFRS)*

<sup>10</sup> Conforme artigo n.º 3 do decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro

<sup>11</sup> Conforme artigo n.º 5 do decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro

A avaliação sobre as dificuldades de implementação do SNC-AP nas Autarquias Locais pode ser a descrita por (Monteiro, 2016), “(...) mas o que interessa neste processo de mudança não são as dificuldades ou barreiras (que nós sabemos que existem) ou o período de implementação (que sabemos vai ser longo), o que interessa é manter o rumo e não perder de vista o objetivo final, que é promover a mudança para um sistema, cuja informação seja quantitativamente mais completa e abrangente e qualitativamente mais credível e útil, na base da qual todos os que têm responsabilidades pela gestão apropriada dos dinheiros públicos poderão passar a tomar melhores decisões”.

#### 1.1.5 Código dos Contratos Públicos

O Código dos Contratos Públicos é um diploma legal que regula duas grandes matérias: a **formação** do contrato, decorre desde que é tomada a decisão de contratar até ao momento em que o contrato é celebrado e a **execução** do mesmo, decorre da celebração do contrato em diante, ou seja, por um lado, diz como é que os contratos públicos podem ser celebrados, estabelecendo as regras e procedimentos que dão origem a um contrato público, por outro lado, disciplina, umas vezes de forma imperativa, outras vezes de forma supletiva, aspetos muito importantes da execução do contrato, nomeadamente, as obrigações e os poderes das partes, o incumprimento, penalidades e modificações ao contrato.

O Código dos Contratos Públicos<sup>12</sup> (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, inclui a transposição das Diretivas n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, entretanto alterada e revogada respetivamente pela nova diretiva 2014/23/UE de 28 de março de 2014, determinando que os processos aquisitivos passam a ser desmaterializados, vinculando as entidades Adjudicantes<sup>13</sup> a efetuar todos os procedimentos de contratação em suporte *online* (Silva, 2016) e desta forma instituindo-se a contratação pública eletrónica (CPE).

---

<sup>12</sup> Em 24 de Novembro de 2005, a União Europeia, através da “Declaração Ministerial de Manchester”, tendo em vista proporcionar um mercado mais justo, transparente e concorrencial para as empresas, independentemente da sua dimensão e localização estabeleceu como metas: (1) a execução plena da contratação pública (aquisição de bens, aquisição de serviços e empreitadas na forma eletrónica, pelas administrações públicas europeias; e (2) promoção do aumento da percentagem de contratação pública, sob a forma eletrónica, acima dos limiares comunitários.

<sup>13</sup> Conforme alínea a) do n.º 2 do CCP define como entidade adjudicante aquelas que, “Tenham sido criadas especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial (...)”.

As aquisições públicas reportam a contratos de aquisições de vital importância estratégica para o Estado, criando por um lado, novas fontes de rendimento que possam contribuir para o crescimento económico e com reflexo direto sobre o PIB, já que o volume de negócios representa aproximadamente 16 % do seu valor e, por outro lado, a redução e maior controlo da despesa pública, em contexto de restrições orçamentais. De salientar a necessidade de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, dos atos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados e cujo montante exceda o valor de 350.000 euros.

Na relação contratual entre o Estado e os operadores privados, os procedimentos de Contratação Pública perspetivam-se para maior abertura ao mercado, o aumento da concorrência, da transparência e a utilização eficiente dos fundos públicos. O CCP<sup>14</sup> foi responsável não só pela introdução de profundas alterações na contratação pública<sup>15</sup>, mas também pela adoção de soluções verdadeiramente inovadoras, do ponto de vista tecnológico, sobretudo na fase de formação dos contratos públicos.

## 1.2 Autonomia Financeira

A Autonomia Financeira Local é um dos pressupostos essenciais da existência das Autarquias e da sua própria autonomia, entendendo-se esta, como a liberdade de decisão sobre as questões de índole financeiro. Importa salientar a relação sobre a autossuficiência económica, consubstanciada no poder das entidades locais decidirem acerca de todas as fontes de financiamento disponíveis (Nabais, 2007), assumindo particular relevância as receitas próprias, em contraste com as receitas derivadas provenientes de transferências do Estado.

A autonomia financeira das Autarquias é reconhecida nos artigos, 238<sup>16</sup> da Constituição da República

---

<sup>14</sup> O Código dos Contratos Públicos tem, como grandes objetivos essenciais à gestão racional da despesa pública, a eficiência, transparência, simplificação, rigor e a inovação.

<sup>15</sup> Considera-se Contratação Pública toda a aquisição pública de bens, serviços e empreitadas de obras públicas, acima dos 5 mil euros (excluindo, portanto, os ajustes diretos de regime simplificado previstos no artigo nº 128º do CCP), não incluindo também a contratação excluída, por força do disposto nos artigos 4º, 5º e 10º do Código dos Contratos Públicos

<sup>16</sup> As Autarquias locais têm património e finanças próprios. O regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias e a necessária correção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau. As receitas próprias das Autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços. As Autarquias locais podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei.

Portuguesa, artigo 6<sup>17</sup> da Lei das Finanças Locais e artigo 9<sup>18</sup> da Carta Europeia Autonomia da Local<sup>19</sup>. Estes artigos referem “património e finanças próprias” e “recursos próprios adequados” traduzindo o caráter decisório livre, de que as Autarquias devem dispor em termos financeiros. O n.º 3 do artigo 9º do CEAL sinaliza as receitas próprias, conferindo-lhe considerável importância na parte das receitas das Autarquias locais, devendo estas resultar de rendimentos e impostos locais. É essencial referir os n.ºs 2 do artigo 238º da CRP e 5 do artigo 9º da CEAL, visando salvaguardar as Autarquias Locais financeiramente mais débeis, através de mecanismos de equilíbrio nas transferências financeiras ou medidas equivalentes, de modo a corrigir ou atenuar a distribuição desigual de recursos do Estado.

### 1.3 Receitas das Autarquias Locais

As receitas das Autarquias Locais materializam-se através de recursos financeiros auferidos, através de dois tipos de receita;

As **receitas correntes**, que por definição são as que se renovam anualmente e destinados ao financiamento das despesas correntes, provenientes de:

#### *Impostos Diretos*

- Imposto municipal sobre imóveis (IMI)
- Imposto único de circulação (IUC)
- Imposto municipal sobre transmissão onerosa de imóveis (IMT)
- Derrama
- Impostos abolidos – contribuição autárquica, imposto municipal sobre veículos e imposto de sisa

#### *Impostos Indiretos*

- Loteamento e obras
- Publicidade

---

<sup>17</sup> As Autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. (...)

<sup>18</sup> As Autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados, (...). Pelo menos uma parte dos recursos financeiros das Autarquias locais deve provir de rendimentos e de imposto locais, tendo estas o poder de fixar as taxas, dentro dos limites da lei. A proteção das Autarquias locais financeiramente mais fracas exige a implementação de processos de perequação financeira (...)

<sup>19</sup> A Carta Europeia de Autonomia Local foi aprovada e ratificada pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 e publicada em Diário da República, I Série, n.º 245 de 23-10-1990.

- Utilização da rede viária

#### *Taxas, multas e outras penalidades*

- Taxas<sup>20</sup> – mercados e feiras, loteamento e obras, ocupação de via pública, caça, uso e porte de arma, saneamento e outras.
- Multas e outras penalidades – resultante da aplicação por violação ou transgressão da lei, atitudes ou de outros regulamentos.

#### *Rendimentos de propriedade*

- De ativos financeiros – juros de depósitos bancários, títulos e empréstimos
- De rendas de ativos não produtivos – terrenos
- De ativos não corpóreos – direito de autor, patentes e outros

#### *Transferências correntes*

- Privadas – sociedades e quase-sociedades não financeiras
- Administração central – relativas ao fundo de equilíbrio financeiro (FEF)<sup>21</sup>, fundo social municipal (FSM)<sup>22</sup>, participação variável no IRS e outros

#### *Venda de bens e serviços correntes;*

- Venda de bens – produtos acabados e intermédios
- Serviços – serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, cemitérios e outros
- Rendas – de habitações, edifícios e outros

#### *Outras receitas correntes;*

- Outras – resultante de indemnizações por deterioração, roubo ou extravio de bens patrimoniais e de estragos locais provocados por outrem, em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertença das autarquias
- Reembolsos de IVA

---

<sup>20</sup> Incluem o pagamento por particulares em contrapartida da emissão de licenças e prestação de serviços, nos termos legais, não existindo qualquer relação de valor entre esses pagamentos e o custo inerente aos serviços prestados.

<sup>21</sup> O fundo de equilíbrio financeiro (FEF), corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei, estabelecendo o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), prevista no n.º 1 do artigo 25 conjugado com o artigo 27, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

<sup>22</sup> O fundo social municipal (FSM), corresponde a uma subvenção específica (receita consignada), consagrada no artigo 30 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios e associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, saúde ou na ação social.

- Diversas

As **receitas de capital**, que cobradas ocasionalmente, têm caráter não permanente e transitório estando normalmente associadas a diminuição de património e são provenientes de:

*Venda de bens de investimento*

- Terrenos
- Habitações
- Edifícios
- Outros bens de investimento

*Transferências de Capital* – são recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento de despesas de capital.

- Receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da entidade
- Heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados
- Quantias ou valores apreendidos e venda de géneros ou mercadorias apreendidas
- receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos

*Ativos financeiros* – compreende as receitas provenientes da emissão de obrigações e/ou de empréstimos contraídos a curto, médio e longo prazo, da venda e/ou amortização de títulos do crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

*Outras receitas de capital* – trata-se de um capítulo económico com carácter residual, englobando as receitas não suscetíveis de classificação nas demais receitas de capital.

### 1.3.1 Receitas efetivas totais e *per capita* da sub-região do Ave

As receitas municipais são por natureza a forma de responder às necessidades públicas locais. A natureza do estudo de caso, justifica a delimitação territorial à sub-região do Ave, integrante da NUTS III, para efeito da avaliação objetiva e sintética de alguns indicadores, a partir de dados estatísticos históricos, para o período de 2010 a 2015, da receita **efetiva** total e **per capita**, meio a partir do

qual torna possível antecipar a sua provável evolução e cuja informação se torna indispensável para definição de prioridades, numa conjuntura de grande exiguidade de recursos. Estas decorrem de receitas próprias e receitas derivadas, provenientes da participação nos impostos do estado (PIE). A definição de receitas efetivas é descrita pela LEO, “são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, como são as disponibilidades em depósitos, títulos, ações e outros valores mobiliários. A forma de cálculo para os diversos subsectores das administrações públicas e mormente os municípios, é apurada pelo total da receita, deduzida dos ativos e passivos financeiros e saldos da gerência anterior, assim, as receitas efetivas das administrações públicas incluem as receitas correntes (i.e., impostos), receitas de capital (i.e., vendas de imóveis ou fundos europeus destinados ao investimento em infraestruturas) e excluem empréstimos e/ou outras operações financeiras”.

As receitas municipais efetivas totais e *per capita*, tomando por referência a sub-região do AVE (NUTS III) e respetivos municípios, incluindo o de Vieira do Minho, são apresentadas a valores nominais, nas tabelas e gráficos seguintes, sendo possível verificar, por um lado, a discrepância em termos absoluto entre os municípios que compõem esta região, resultante, para além da densidade populacional, a forte capacidade económica dos municípios de Guimarães e Vila Nova de Famalicão e, por outro lado, o maior peso nas receitas *per capita* dos municípios economicamente mais frágeis, indiciando receitas provenientes de transferências do Estado, resultante de instrumentos de perequação financeira<sup>23</sup>, ou seja, receitas derivadas,<sup>24</sup> provenientes do fundo de equilíbrio financeiro (FEF) do fundo social municipal (FSM) e da participação variável no IRS<sup>25</sup>, verificável nos municípios de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho.

---

<sup>23</sup> A expressão perequação financeira e neste contexto, significa uma correção do sistema inicial de divisão de recursos financeiros entre entidades públicas, mediante a redistribuição dos meios em função inversa à respetiva capacidade financeira dos municípios. Este conceito está presente no ponto 5 do artigo n. 9 da Carta Europeia de Autonomia Local, em vigor na ordem jurídica Portuguesa desde 1 de abril de 1991.

<sup>24</sup> A lei do orçamento de estado a vigorar em 2017, considera para o FEF uma subvenção geral de €1 839 677 931, para o FSM uma subvenção específica de €163 325 967 e para a participação no IRS, 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição fixada em €451 983 369. Este último valor, por efeito na variação da percentagem reclamada pelos municípios foi corrigido para € 390 300.

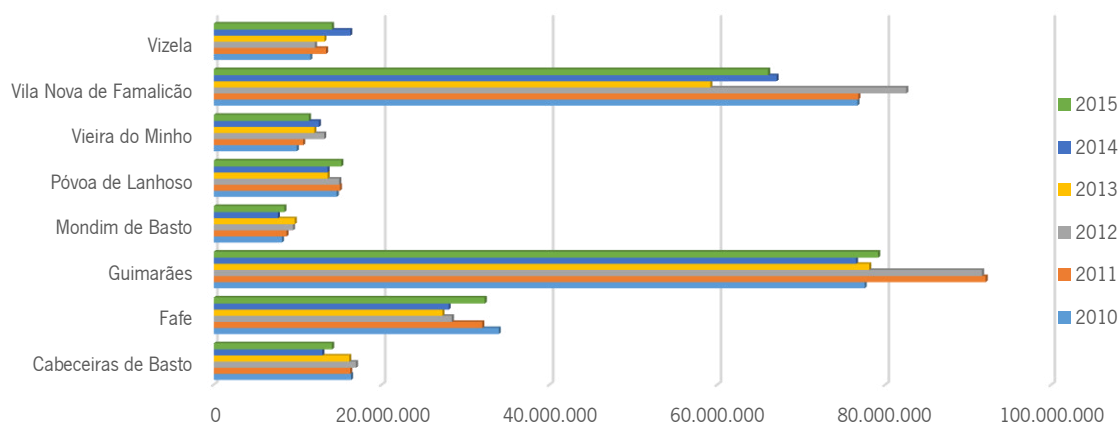
<sup>25</sup> Conforme o artigo 26 da lei 73/2013 de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, que se traduzirá em uma dedução específica dos sujeitos passivos.

Tabela 1 – Receitas efetivas totais da sub-região do Ave

Receitas efetivas <b>totais</b> por Município						
unidade: euros	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Cabeceiras de Basto</b>	16.345.814	16.251.706	16.943.428	16.140.309	12.931.300	14.087.989
<b>Fafe</b>	33.947.044	31.993.941	28.367.437	27.249.957	27.977.431	32.284.037
<b>Guimarães</b>	77.554.044	92.099.635	91.654.325	78.095.383	76.515.936	79.156.289
<b>Mondim de Basto</b>	8.124.505	8.655.307	9.437.667	9.646.901	7.626.708	8.410.966
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	14.645.708	15.026.552	14.944.080	13.558.921	13.557.310	15.191.299
<b>Vieira do Minho</b>	9.889.001	10.643.420	13.151.401	11.984.156	12.522.501	11.331.765
<b>Vila Nova de Famalicão</b>	76.682.201	76.798.789	82.520.935	59.161.208	67.055.072	66.046.163
<b>Vizela</b>	11.493.583	13.373.473	12.049.890	13.182.946	16.255.323	14.079.719

Fonte: Dados das contas de gerência do SIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local, data de última atualização a 30-09-2016, obtido em <http://www.portautarquico.pt>.

Gráfico 1 – Receitas efetivas totais da sub-região do Ave

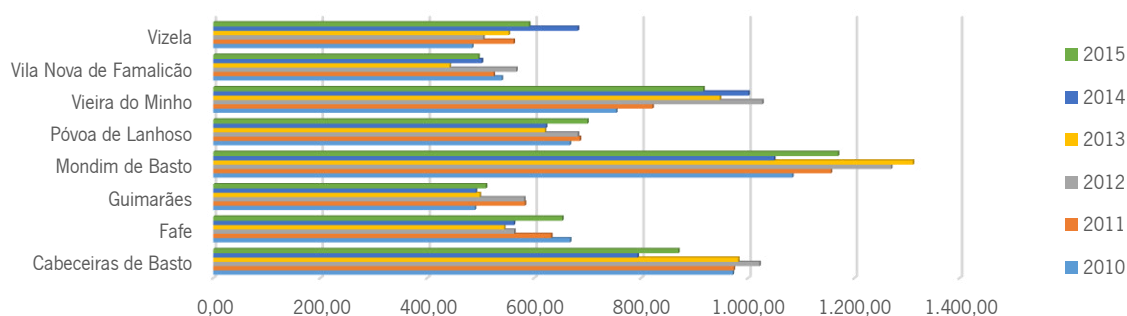
Tabela 2 – Receitas efetivas *per capita* da sub-região do Ave

Receitas efetivas <b>per capita</b> por Município						
euro	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Cabeceiras de Basto</b>	971,35	973,21	(R) 1.021,33	981,65	793,36	869,55
<b>Fafe</b>	667,07	631,92	(R) 562,71	543,94	562,22	652,63
<b>Guimarães</b>	488,96	582,43	(R) 581,45	498,18	490,77	509,74
<b>Mondim de Basto</b>	1.082,71	1.155,04	(R) 1.269,70	1.311,25	1.048,78	1.168,72
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	666,62	685,44	(R) 681,82	620,08	622,08	699,46
<b>Vieira do Minho</b>	753,33	821,22	(R) 1.026,69	947,29	1.000,84	916,33
<b>Vila Nova Famalicão</b>	539,20	524,18	(R) 566,65	441,94	502,15	495,78
<b>Vizela</b>	484,07	561,70	(R) 504,97	552,52	681,69	590,69

(R) Dados retificados pela entidade responsável

Fonte: Pordata, última atualização a 30/08/2016. Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente INE e contas de gerência do SIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local, obtido em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt).



Gráfico 2 – Receitas *per capita* da sub-região do Ave


### 1.3.2 Independência Financeira

O conceito de independência financeira reflete a capacidade de cada município gerar recursos próprios, sem ter que depender do financiamento de outras entidades e por forma a desenvolver atividades e prestar serviços aos seus munícipes sem os constrangimentos inerentes. Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias representam um rácio maior ou igual a 50% das receitas efetivas totais. Assumem particular importância as receitas provenientes dos impostos locais, designadamente, o IMI, IMT, IUC e Derrama.

Tabela 3 – Rácio de Independência Financeira

unidade	€	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Cabeceiras Basto	Efetiva	16.345.814		16.251.706		16.943.428		16.140.309		12.931.300		14.087.989	
	Própria	2.958.626	18,1	3.400.481	20,9	3.765.834	22,2	4.422.404	27,4	3.967.340	30,7	4.322.878	30,7
Fafe	Efetiva	33.947.044		31.993.941		28.367.437		27.249.957		27.977.431		32.284.037	
	Própria	12.368.552	36,4	12.148.892	38,0	10.218.239	36,0	10.158.404	37,3	11.297.262	40,4	12.989.370	40,2
Guimarães	Efetiva	77.554.044		92.099.635		91.654.325		78.095.383		76.515.936		79.156.289	
	Própria	34.681.046	44,7	36.155.817	39,3	38.039.711	41,5	35.211.000	45,1	40.821.564	53,4	42.247.405	53,4
Mondim Basto	Efetiva	8.124.505		8.655.307		9.437.667		9.646.901		7.626.708		8.410.966	
	Própria	884.018	10,9	954.414	11,0	1.307.072	13,8	1.520.874	15,8	1.426.491	18,7	1.523.004	18,1
Póvoa Lanhoso	Efetiva	14.645.708		15.026.552		14.944.080		13.558.921		13.557.310		15.191.299	
	Própria	4.006.998	27,4	4.454.011	29,6	4.710.629	31,5	5.154.291	38,0	5.284.786	39,0	5.799.180	38,2
Vieira Minho	Efetiva	9.889.001		10.643.420		13.151.401		11.984.156		12.522.501		11.331.765	
	Própria	1.818.293	18,4	1.982.787	18,6	2.542.232	19,3	2.661.015	22,2	3.278.404	26,2	3.141.884	27,7
Famalicão	Efetiva	76.682.201		76.798.789		82.520.935		59.161.208		67.055.072		66.046.163	
	Própria	45.882.695	59,8	48.425.742	63,1	53.070.621	64,3	36.575.612	61,8	45.435.058	67,8	41.239.929	62,4
Vizela	Efetiva	11.493.583		13.373.473		12.049.890		13.182.946		16.255.323		14.079.719	
	Própria	3.865.799	33,6	3.818.152	28,6	4.016.960	33,3	4.134.507	31,4	5.114.391	31,5	6.820.983	48,4

Fonte: Dados das contas de gerência do SIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local, última atualização a 30-09-2016, obtido em <http://www.portalautarquico.pt>.

Da tabela anterior verifica-se que só dois dos municípios detêm independência financeira, coincidindo com a tipologia de municípios de Grande dimensão, medido pelo número de habitantes, > 100.000, Guimarães e Famalicão, com rácios em 2015, de 53,4% e 62,4% respetivamente. Realce para o município de Famalicão que apresenta este indicador com estabilidade ao longo da série apresentada. Os municípios com tipologia de Média dimensão, compreendido entre >20.000 e <100.00 habitantes, Póvoa do Lanhoso, Fafe e Vizela, apresentam para o mesmo período, os rácios de 38,2%, 40,2% e 48,4% respetivamente, com o município de Vizela a apresentar um crescimento expressivo, apesar da quebra nas receitas globais efetivas, assente no crescimento dos impostos diretos e na venda de bens e serviços. Este último quase duplicou em relação ao exercício anterior passando de 725.173 para 1.405.479 euros. Dos municípios com maior dependência, que coincide com os de tipologia de Pequena dimensão, <20.000 habitantes, Mondim de Basto, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, apresentam para o mesmo período, rácios de 18,1%, 27,7% e 30,7% respetivamente, apresentando crescimentos moderados mas consistentes ao longo da série, enquanto, e pela negativa, surge o município de maior fragilidade deste indicador, Mondim de Basto, revelando dificuldades na arrecadação de receitas próprias, a que não é estranho, talvez a sua maior interioridade e a reduzida população residente, 7465 habitantes.

Ilustração 1 – Divisão territorial da região NUTS III e municípios



Os dados apresentados são reveladores da vulnerabilidade financeira dos municípios de menor dimensão, verificando-se que as receitas próprias, em média, não chegam a um quarto da

receita total, significando que estas entidades dependem largamente das transferências do Estado para desenvolver as suas atividades, particularmente as relacionadas com investimentos. Em muitos casos, esta vulnerabilidade é agravada pelo facto de, embora dispondo de poderes tributários, o estabelecimento de taxas, preços e impostos municipais, decorrerem de regimes legais relativamente restritivos.

#### 1.4 Receitas Próprias Efetivas

As receitas próprias reportam aos montantes auferidos anualmente pelas administrações públicas, renovando-se normalmente em todos os exercícios económicos e destinadas ao financiamento de despesas correntes.

No âmbito do estágio, são abordadas e descritas as receitas resultantes de impostos diretos desagregados (anexo 1 e anexo 2), cujo peso específico são consideradas as mais relevantes e provenientes de:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
- Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis (IMT)
- Imposto Único de Circulação (IUC)
- Derrama Municipal
- Diversas

##### 1.4.1 Imposto Municipal sobre Imóveis

O imposto municipal sobre imóveis é regulado pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)<sup>26</sup>, é um pagamento obrigatório devido por quem é proprietário de habitações, terrenos e outras propriedades em território nacional e veio substituir a contribuição autárquica, em vigor até 2003. O IMI é de carater regular e periodicidade anual, devido pelos seus proprietários, incidindo sobre o valor global do património tributário dos prédios rústicos e urbanos, residenciais e não

---

<sup>26</sup> Conforme Lei n.º 22-A/2007 de 29 de junho, última atualização decreto-lei n.º 53/2017, de 31 de maio.

residenciais, situados no território nacional e pago no ano seguinte ao ano em que é devido, segundo fórmula a definir pelo ministério das Finanças. Para o ano corrente (2017), será liquidado da seguinte forma; prestação única para valor até 250 euros, em duas prestações se valor inferior a 500 euros e três prestações para valores superiores, constituindo receita das Autarquias, onde os mesmos se localizem.

O IMI é a principal fonte de receita própria das Autarquias Locais e distribuído, nos termos da lei, pelas juntas de freguesia integradas, a que corresponde o valor de 1% do total do imposto dos prédios urbanos e a totalidade de imposto dos prédios rústicos. Às receitas coletadas são deduzidos os custos de liquidação e cobrança, tarefa e receita da Autoridade Tributária no valor limite de 2,5% dos montantes cobrados<sup>27</sup>.

Este imposto, para prédios urbanos destinados a habitação, comércio, indústria e serviços, é calculado a partir do valor patrimonial tributário<sup>28</sup> atribuído ao imóvel, resultante do produto do valor base dos prédios edificados, definido anualmente por portaria do ministério das Finanças<sup>29</sup> e os vários coeficientes, resultado dos ponderadores de um conjunto de parâmetros de minoração e de majoração, correlacionados pela respetiva área de construção do imóvel e respetiva área de implantação. Um exemplo de minoração, a benefício do contribuinte, é o citado por (Oliveira, 2012), “(...) um dos parâmetros de minoração está relacionado com a utilização de técnicas ambientalmente sustentáveis, ativas ou passivas, nos casos em que existe a utilização de soluções para utilização de energia proveniente de fontes renováveis, ou reaproveitamento de águas residuais ou pluviais, ou ainda quando existem sistemas solares passivos enquadrados na arquitetura bioclimática”. Um outro fator de minoração, aqui a prejuízo do contribuinte, induzido por omissão, da não aplicação automática do fator de correção e relacionada com idade do imóvel. Segundo (Lucília Tiago, 2017) *in* Diário de Notícias, “(...) um número crescente de proprietários a pedir a atualização do valor das casas, fez cair o valor patrimonial dos prédios urbanos no espaço de um ano. O valor patrimonial (VPT) das casas

---

<sup>27</sup> Conforme o n.º 4 do artigo 17 da lei 73/2013 de 03 de setembro

<sup>28</sup> Calculado segundo a expressão:  $Vt = Vc * A * Ca * Ci * Cq * Cv$ , em que (i) **Vt** - corresponde ao valor patrimonial tributário; (ii) **Vc** - valor base dos prédios edificados; (iii) **A** - área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação; (iv) **Ca** - coeficiente de afetação; (v) **Ci** - coeficiente de localização; (vi) **Cq** - coeficiente de qualidade e conforto; (vii) **Cv** - coeficiente de vetustez.

<sup>29</sup> Conforme Portaria 345-B/2016 de 30 de dezembro, que estabelece o valor médio por metro quadrado da construção no montante de €482,40 e assim define o valor base dos prédios edificados para efeitos de avaliação em €603,00 (€482,40 + 25%). Nos termos do n.º 1 do artigo 39 do CIMI, o valor base dos prédios edificados corresponde ao valor médio de construção por metro quadrado, adicionado do valor do metro quadrado do terreno de implantação, fixado em 25% daquele valor.

Nota: este valor base dos prédios edificados, mantém-se inalterado desde 2010.

sujeitas ao pagamento do IMI baixou 4,7 mil milhões de euros. Em 2014, o VPT global dos prédios urbanos ascendia a 419,38 mil milhões de euros, um ano depois era de 414,68 mil milhões. Esta descida deve-se ao acréscimo dos pedidos de reavaliação das casas, por parte dos proprietários e a correções feitas no âmbito do processo geral de avaliação de prédios, realizado em 2012. Este efeito, somado a um aumento do número de isenções e à descida das taxas, originou no ano passado, que a receita do IMI recuasse de 1577 milhões para 1534 milhões de euros. São menos 43 milhões. “Há uma maior atenção por parte dos contribuintes sobre esta questão”, garante Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, em declarações ao DN/Dinheiro Vivo, acentuando que as campanhas de informação feitas nos últimos anos, nomeadamente pela entidade de defesa do consumidor (Deco), têm permitido às pessoas perceber que há fatores que influenciam a fixação daquele valor, mas que a sua aplicação não é automática, ou seja, o VPT apenas baixa se o proprietário tiver a iniciativa de fazer o pedido para tal. Estes movimentos acentuam-se quando a conta do IMI chega à caixa do correio”. Esta diminuição reflete-se em quebra de receita dos municípios.

A taxa do imposto é determinada anualmente pelo orçamento de Estado na forma de intervalo, vigorando para o ano corrente (2017), entre 0,3% e 0,45% do valor tributável. A sua aplicação é definida discricionariamente por cada um dos municípios, em razão das políticas próprias para com os seus munícipes e em respeito por este intervalo.

#### 1.4.2 Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis

O imposto municipal sobre a transmissão de imóveis é regulada pelo Código do Imposto Municipal sobre Transmissões a título oneroso de imóveis (CIMT), atualizado pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 março, é de pagamento obrigatório, incidindo sobre o valor constante do ato ou do contrato ou sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis, consoante o que for maior e recai sobre a transmissão, a título oneroso, do direito de propriedade ou figuras parcelares desse direito e sobre bens imóveis (i.e., compra de habitação, terreno ou outra propriedade), em território nacional. O IMT é um imposto municipal, criado em 2003<sup>30</sup> em substituição da SISA e como tal uma receita municipal.

---

<sup>30</sup> Código do Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis (CIMT), decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o novo regime financeiro das Autarquias Locais, prevê um período transitório de redução das taxas do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), de 1/3 em 2016, e 2/3 em 2017, até à sua extinção como receita municipal a partir de 1 de janeiro de 2018. Com a publicação em Diário da República da Lei n.º 132/2015 de 4 de setembro, é adiada para 2017 a redução faseada do IMT. De acordo com as alterações agora introduzidas ao n.º 2 do artigo 81, as taxas de IMT serão reduzidas em um terço em 2017 e a redução será de dois terços em 2018. O fim do IMT é discutido há anos, contudo, ainda não surgiu nenhuma mudança no Código do IMT que efetive a alteração da lei, continuando o artigo 17º referente às taxas de IMT inalterado.

Uma vez extinto o IMT (a ocorrer), ele deverá ser substituído pelo Imposto de Selo, deixando de ser um imposto municipal, com impacto nas receitas dos municípios, passando a ser receita do Estado. Esta intenção tem a forte oposição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), fundamentada no estudo encomendado pela DGAL à Universidade do Minho<sup>31</sup>, “A ANMP discorda claramente da eliminação do IMT como receita municipal, sem que adequadas compensações sejam asseguradas”, refere o parecer da associação, sobre o relatório final da “Monitorização da evolução das receitas e despesas dos municípios”, e, embora daqui não resulte alteração para os contribuintes, representa “uma transferência de receita dos municípios (diminuindo-a) para a Administração Central (aumentando esta)”.

Apesar deste quadro legislativo, verificamos o anúncio pela ANMP, do fim desta norma, “Alteração à Lei das Finanças Locais”, reintroduzindo o IMT como receita municipal<sup>32</sup> e constatamos a sua manutenção nos orçamentos das receitas municipais relativo aos anos de 2016 e 2017.

#### 1.4.3 Imposto Único de Circulação

O imposto único de circulação é regulado pelo Código do Imposto Único de Circulação

---

<sup>31</sup> “Monitorização da evolução das receitas e das despesas dos municípios”, produzido pelo Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Centro de Investigação em Ciência Política em 15 de julho de 2015.

<sup>32</sup> Reunião do Conselho Diretivo em Coimbra de 22 de março 2016 (ANMP conclui que OE 2016 integra propostas positivas, mas não repõem as receitas municipais), disponível em: <http://www.anmp.pt/index.php/43-imprensa/437-comunicacao-1602>, acedido em 12-01-2017.

(CIUC)<sup>33</sup>, é de pagamento obrigatório de quem é proprietário de automóveis e outros veículos matriculados em território nacional. Recai sobre a quase totalidade dos veículos motorizados terrestres dos vários tipos e categorias, embarcações de recreio e aeronaves de uso particular. É de periodicidade anual, vencendo-se na data de matrícula do veículo e respetivos aniversários, independentemente do uso ou posse, sendo exigível até ao cancelamento da matrícula, por efeito de abate, efetuado em termos legais e devendo o seu pagamento ser efetuado até ao termo do mês do aniversário de matrícula. O IUC é um imposto municipal, resultante da reforma global da tributação automóvel, em substituição dos anteriores Imposto Municipal sobre Veículos, “antigo selo do carro”, e os impostos de circulação e camionagem. Uma parte significativa da receita do IUC é da titularidade dos municípios em conformidade com o n. 3 da respetiva lei, “(...) é da titularidade do município de residência do sujeito passivo ou equiparado, a receita gerada pelo IUC incidente sobre os veículos das categorias<sup>34</sup> A, E, F e G, bem como 70% da componente relativa à cilindrada incidente sobre os veículos da categoria B, salvo se essa receita for incidente sobre veículos objeto de aluguer de longa duração ou de locação operacional, caso em que deve ser afeta ao município de residência do respetivo utilizador”.

#### 1.4.4 Derrama Municipal sobre o lucro tributável em sede de IRC

A Derrama é um imposto municipal incidente sobre o lucro tributável do exercício anual das pessoas coletivas, antes da dedução de prejuízos fiscais reportáveis e acrescido ao IRC devido, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios <sup>35</sup>, com limite a 1,5 % sobre o lucro tributável, sujeito e não isento de imposto, podendo a assembleia municipal, por proposta da câmara, lançar uma taxa reduzida de derrama, para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 euros.

A derrama é devida no município onde está fixada a sede da empresa, no caso de a mesma ter representações em diferentes municípios deverá avaliar-se o lucro tributável gerado em cada uma das áreas geográficas, pelos sujeitos passivos residentes em território nacional, que exerçam a título

---

<sup>33</sup> Código do Imposto Único de Circulação (CIUC), lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, última atualização decreto-Lei n.º 53/2017 de 31 de maio.

<sup>34</sup> Conforme “incidência objetiva” no n.º 2 do CIUC

<sup>35</sup> Lei das Finanças Locais (LFL), lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, revogando a lei n.º 42/98, de 6 de agosto

principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e pelos não residentes que detenham estabelecimento estável nesse território. Poderá ainda ser aplicável uma isenção para empresas que exerçam atividade com uma determinada classificação de atividade económica (CAE), ou que tenham sido recentemente constituídas e criem postos de trabalho. Sempre que aplicável o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo.

A derrama a pagar é calculada no anexo A da declaração de rendimentos modelo 22, sendo paga em conjunto com o IRC, até final de maio do ano subsequente ao exercício. A taxa geral em vigor para o corrente ano (2017) e para o território continental é de 21%. Para as entidades consideradas PME e para os primeiros 15.000 euros de matéria coletável a taxa reduz-se para 17%. Tratando-se de micro, pequena ou média empresa, que exerçam a atividade e tenham direção efetiva em territórios do interior do país, a taxa aplicável aos primeiros 15.000 euros de matéria coletável será reduzida para 12,5%.

#### 1.4.5 Receitas próprias diversas

Nesta categoria são incluídos, outros impostos diretos (i.e., impostos abolidos), impostos indiretos específicos das autarquias (i.e., loteamento e obras, publicidade, utilização da rede viária municipal), taxas específicas das autarquias locais (i.e., mercados e feiras, loteamento e obras, ocupação da via pública, caça, uso e porte de arma, saneamento), venda de bens e serviços e outras receitas (i.e., multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, outras receitas correntes, ativos financeiros e outras receitas de capital).



## 2. Parte – O concelho de Vieira do Minho

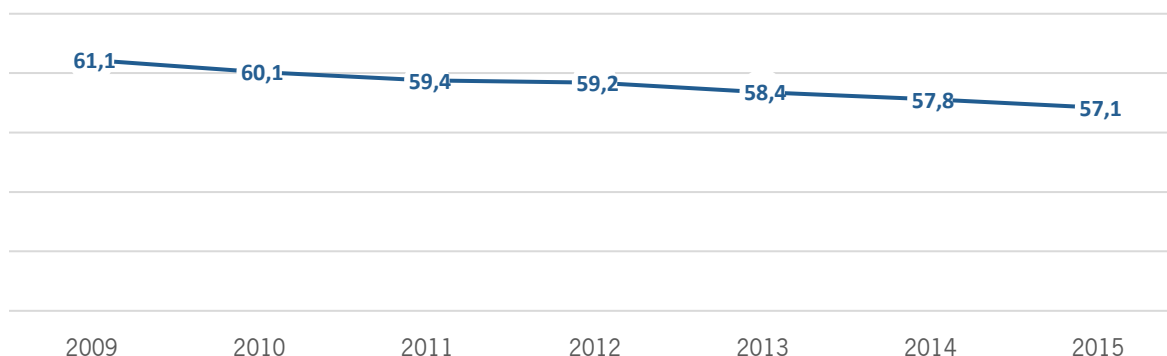
### 2.1 Enquadramento demográfico, social e económico do concelho

Vieira do Minho é sede do município que dá nome ao Concelho, com data de fundação ao ano de 1514 e pertencente ao distrito de Braga.

De acordo com a divisão territorial, o Município integra a sub-região do Ave, incluída na região NUTS III e membro fundador da Comunidade Intermunicipal do Ave, instituída em 2009<sup>36</sup>. É constituída por 16 freguesias, após a reorganização administrativa de 2013 ([anexo 4](#)). A sua população residente totaliza 12.292 habitantes, dados provisórios do INE referentes a 2015, o que se traduz na classificação de município de Pequena Dimensão e implantado em área territorial de 218,05 km<sup>2</sup>.

#### 2.1.1 Demografia e Sociedade

Gráfico 3 – Densidade populacional do concelho de Vieira do Minho

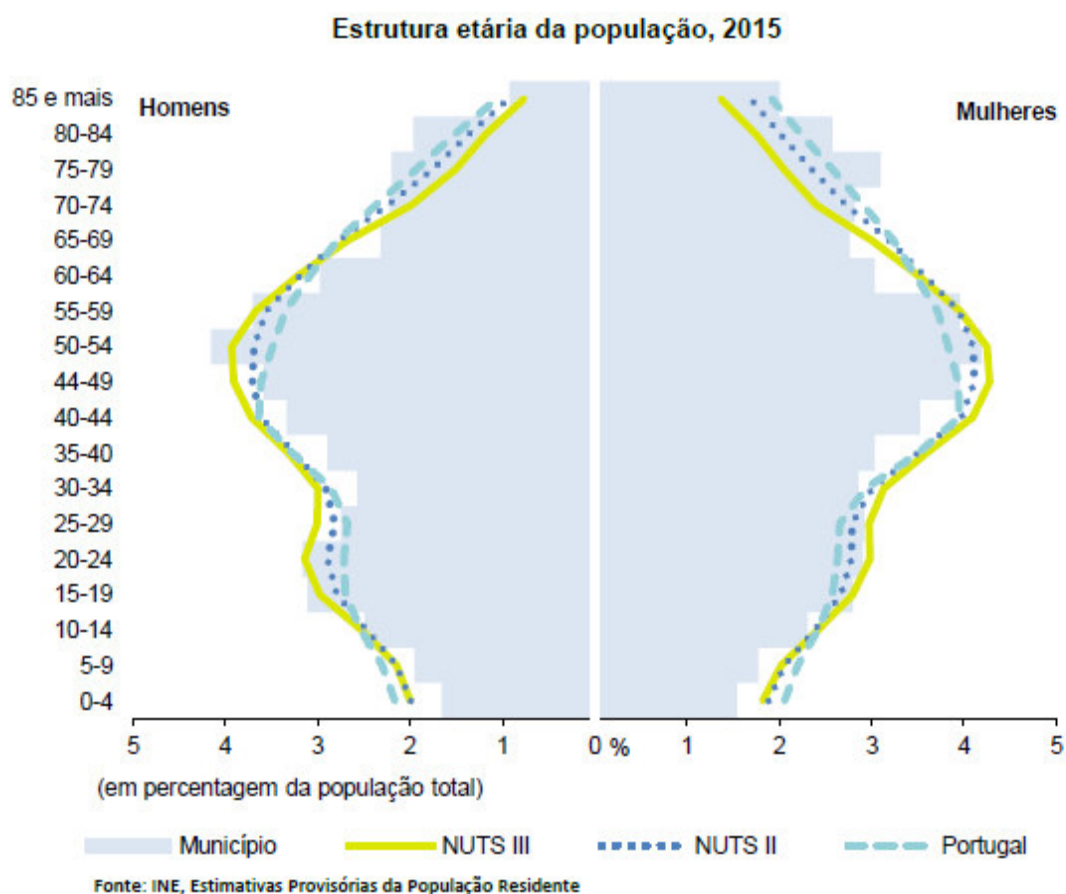


Fonte de dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente. Fonte: Pordata, última atualização: 2017-02-09

Do gráfico anterior é possível constatar a queda deste indicador social, consistente ao longo da série apresentada e indicadora da desertificação do concelho, por comparação com densidade nacional, que apresenta o valor médio de 112,1 habitantes/km<sup>2</sup>, ou seja, menos de metade da média nacional.

<sup>36</sup> Conforme publicação em Diário da república n.º 186-II série, de setembro de 2009, constituindo-se pelos municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Famalicão, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela.

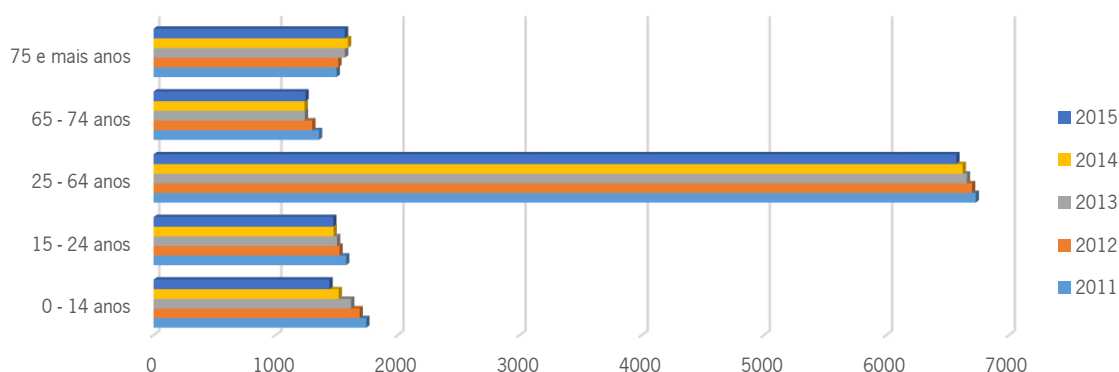
## Ilustração 2 – Demografia do concelho de Vieira do Minho



A figura anterior apresenta a estrutura da população residente em 2015, por intervalos etários e comparada do concelho de Vieira do Minho com os vários níveis de regiões, verificando-se que os indivíduos com idade superior a 65 anos, aqueles que teoricamente ultrapassaram a idade ativa, é em percentagem superior às regiões comparadas e em sentido inverso verifica-se um decréscimo nos indivíduos de idade inferior a 10 anos, refletindo a não substituição geracional, como resultado do crescente envelhecimento da população, apesar do esforço desenvolvido pelo município, através da criação de um programa de incentivos financeiros de apoio à natalidade<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Conforme regulamento municipal de incentivo à natalidade, disponível em: <https://www.cm-vminho.pt/files/13/13875.pdf>

Gráfico 4 – Evolução da estrutura populacional do Concelho



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente – Anual, Grupo etário (Por ciclos de vida). Última atualização destes dados em 2 de junho de 2016.

Do gráfico anterior é possível constatar, a queda sucessiva dos grupos etários de, até 65 – 74 anos e simultaneamente o crescimento do grupo de 75 e mais anos, como resultado do significativo aumento da esperança média de vida da população e a regressão do grupo de 0 – 14 anos, em que a queda em percentagem é superior aos outros grupos, denunciando a forte quebra na natalidade.

O índice de envelhecimento relaciona a população idosa com a população jovem e é definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 e mais anos, por cada 100 pessoas menores de 15 anos. O valor superior a 100 significa que há mais idosos do que jovens.

Este indicador social para Vieira do Minho, a dados de 2015<sup>38</sup>, é de 195,2 idosos por 100 jovens e compara com o índice médio nacional de 146,5. A redução dos efetivos populacionais jovens, devido aos baixos níveis de natalidade são altamente conhecidas, bem como as suas consequências, quer pelas implicações nas gerações ativas futuras, ao nível do dinamismo do mercado de trabalho, quer pela consequente implicação negativa ao nível da economia local e sustentabilidade social.

Um outro indicador social relevante e que de alguma forma condiciona o futuro do concelho, é o referente à educação e nomeadamente o nível de estudantes a frequentar o ensino por nível de escolaridade, extraído das estatísticas disponíveis mais recentes, para o conjunto dos municípios da sub-região do Ave e que se apresenta na tabela seguinte.

<sup>38</sup> Fonte: INE - Anuário Estatístico Regional - Informação estatística à escala regional e municipal de 2015, publicado a 20 de dezembro de 2016, disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=250508919&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250508919&DESTAQUESmodo=2)

Tabela 4 – Alunos matriculados por grau de ensino em 2014/2015

Concelhos	Ensino pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário não superior	Ensino superior 2015/2016
Cabeceiras de Basto	388	1.788	516	0	0
Fafe	1.252	4.860	1.695	0	335
Guimarães	3.854	14.707	5.275	0	70
Mondim de Basto	148	661	273	0	0
Póvoa de Lanhoso	572	2.249	769	21	80
Vieira do Minho	253	1.062	306	0	0
Vila Nova de Famalicão	3.442	13.483	5.656	89	1.105
Vizela	616	2.539	885	0	0

Fonte: INE, em síntese estatística da região NUTSIII Ave. Fonte de dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, obtido em 2017-06-15 e disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=277187628&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOEsmode=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277187628&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOEsmode=2)

Da análise a este indicador constatamos a fragilidade que os dados apresentam, não só para o concelho de Vieira do Minho, mas para toda a sub-região, pois não é provável a inexistência de alunos matriculados no ensino superior nos quatro concelhos referidos, nem tão pouco a diferença do número de inscritos comparada, para os concelhos de Guimarães e Fafe ou Famalicão. Para este indicador foram cruzados dados estatísticos de outras fontes nomeadamente a Pordata<sup>39</sup>, verificando-se resultados semelhantes, o que significará provavelmente a existência de erros ou omissões no processamento estatístico oficial, tornando a confiabilidade nos dados apresentados, reduzida ou mesmo nula. Em reforço desta consideração está a criação e execução pelo município de Vieira do Minho em 2014 de um programa de bolsas para apoio de alunos a frequentar o ensino superior.

A estrutura do desemprego por grau académico, representando a mão-de-obra disponível do concelho de Vieira do Minho, é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 5 – Desemprego médio anual por nível de escolaridade 2016

Total	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Superior
<b>871,8</b>	236,0	220,3	143,9	78,7

Fonte: Pordata, última atualização a 2017-02-15; fonte de dados: IEF/MTSSS, desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo

<sup>39</sup> Disponível em, <http://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Este indicador revela, em aparente contradição com as estatísticas referidas sobre os alunos matriculados no ensino superior em 2015, o valor médio anual de 78,7 desempregados com este nível de habilitação e potencialmente disponíveis para integrar o mercado de trabalho e que certamente incluirá, jovens licenciados à procura do primeiro emprego.

Dos indicadores sociais destacam-se ainda, para o agregado da sub-região<sup>40</sup> a contribuição em 3.4% para o produto interno bruto (PIB) e o médio por habitante de 14.447 euros que contrasta com o nacional de 17.333 euros, ou seja 83,5% da média nacional. No que respeita à capacidade económica de população e para o concelho de Vieira do Minho, medido pelo índice do poder de compra (IpC), apresenta o valor de 69,63 (base 100=Portugal), a dados de 2013<sup>41</sup>, que é muito abaixo da média nacional.

Estes indicadores revelam um forte sinal de pobreza relativa do concelho, quando comparada com as médias nacionais.

### 2.1.2 Economia Local

Em termos económicos o concelho de Vieira do Minho é dominado por empresas dos sectores tradicionais e de reduzida base ou incorporação tecnológica. O tecido económico é débil e pouco qualificado, resultando desta realidade o muito baixo nível de dinâmica empresarial e empreendedorismo e consequente incapacidade de criar novos e melhores empregos, para os seus residentes em situação de primeiro emprego ou de desemprego. Este fenómeno tem por efeito movimentos pendulares da população residente, que trabalha ou estuda, segundo as entradas e saídas do concelho. Os dados do Censos de 2011<sup>42</sup> revelam o saldo negativo neste indicador, na razão de 697 entradas para 1669 saídas, explicada pela falta de oportunidades do mercado de trabalho local e não tanto pela população que estuda fora do concelho. Dos dados estatísticos do mesmo Censos 2011 ou os mais recentes, constantes do Anuário Estatístico Regional de 2015 e produzidos pelo

---

<sup>40</sup> Fonte: INE- Anuário Estatístico Regional, dados provisórios de 2015, última atualização a 16-12-2016.

<sup>41</sup> Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2013, edição de 2015.

<sup>42</sup> Conforme publicação da ANMP, Censos 2011 - População residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas, saídas e sexo, por município, disponível em: <http://www.anmp.pt/index.php/municipios>, consultada em 21-05-2017.

INE<sup>43</sup>, não consta qualquer aluno do concelho, diplomado ou a frequentar o ensino superior, que seria talvez a primeira razão para o movimento pendular, por ausência de estabelecimentos deste nível de ensino.

Na tentativa de contrariar este fenómeno e simultaneamente reduzir significativamente o desemprego local, o executivo municipal decidiu investir, entre outros de menor dimensão, na requalificação e ampliação da antiga EB1 de Vieira do Minho, destinada à instalação de incubadora de empresas para a promoção do empreendedorismo local e o segundo *Call Center* da Altice/PT, multinacional do setor das telecomunicações, prevendo-se que este último venha a criar mais de três centenas de novos postos de trabalho, segundo entrevista à Lusa do Presidente António Cardoso (Vivo/Lusa, 2016).

Atento às questões económicas inerentes ao concelho, e por decisão do executivo municipal, o turismo foi eleito como o setor estratégico para o seu desenvolvimento económico, fundamentado no vasto património natural e cultural, que inclui vestígios que remontam à pré-história, as albufeiras da Caniçada e do Ermal, com destaque para os equipamentos de lazer aí disponibilizados, como são o barco turístico “Brancelhe” com capacidade para 49 turistas, que percorre as águas da albufeira da Caniçada permitindo a observação das magníficas paisagens serranas dos Concelhos de Vieira do Minho, Terras de Bouro e Montalegre, o “Teleski” uma estrutura invulgar e única no país, que permite a atração de esquiadores aquáticos e todos os interessados nesta modalidade desportiva e ainda a resultante da sua localização geográfica, nomeadamente o parque nacional da Peneda-Gerês, procurado por turistas nacionais e internacionais e com sólido e sustentado crescimento nos últimos anos. Como complemento e ação o executivo municipal, para além da promoção *online*<sup>44</sup>, tem investido em eventos e feiras tradicionais temáticos, alicerçado no programa Sentir Vieira, de caráter cultural, desportivo e de lazer, entre outros, de que é exemplo o “Rally de Portugal”, prova do campeonato do mundo, atraindo para o concelho variados e heterogêneos grupos de turistas que percorrem todo o concelho, potenciando e dinamizando a economia local.

Apesar da opção estratégica pelo turismo, consciente do caráter sazonal que o mesmo encerra, o município não tem descurado os outros setores, como é exemplo o incentivo, valorização e apoio

---

<sup>43</sup> Conforme estatísticas do INE - Estabelecimentos, alunas/os inscritas/os e docentes no ensino superior por município segundo a natureza institucional do estabelecimento, 2014/2015 e 2015/2016

<sup>44</sup> Mapa turístico do concelho disponível em: <https://issuu.com/vieiradominho/docs/mapa-turistico>, acedido em 2017/05/30.

financeiro ao setor primário e em particular aos jovens produtores, promovendo-os através da realização da feira anual “Agro-Vieira”, oferecendo-lhes a oportunidade de demonstrar o que produzem e respetivos processos de comercialização.

A realidade económica e estrutura do tecido empresarial local, é apresentada e descrita nas tabelas seguintes:

Tabela 6 – Empresas e Pessoal de empresas não financeiras do Concelho

	<b>Empresas</b>	<b>Pessoal</b>
<b>Total</b>	<b>1.144</b>	<b>2.035</b>
<b>Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</b>	276	'''
<b>Indústrias extrativas</b>	1	'''
<b>Indústrias transformadoras</b>	47	194
<b>Captação, tratamento e distribuição de água (...)</b>	1	'''
<b>Construção</b>	112	356
<b>Comércio por grosso e a retalho (...)</b>	225	456
<b>Transporte e armazenagem</b>	33	92
<b>Alojamento, restauração e similares</b>	152	219
<b>Atividade de Informação e comunicação</b>	3	16
<b>Atividades imobiliárias</b>	10	10
<b>Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b>	57	69
<b>Atividades administrativas e dos serviços de apoio</b>	74	123
<b>Educação</b>	36	40
<b>Atividades de saúde humana e apoio social</b>	62	77
<b>Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas</b>	11	13
<b>Outras atividades de serviços</b>	44	49

Fonte: Pordata, fonte de dados do INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas referente ao ano de 2015. Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras com última atualização a 20-03-2017 e Empresas não financeiras com última atualização a 16-03-2017.

Tabela 7 – Indicadores de empresas do Concelho

<b>Densidade de empresas</b>	<b>Proporção de empresas individuais</b>	<b>Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço</b>	<b>Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço</b>	<b>Pessoal ao serviço por empresa</b>	<b>Volume de negócios por empresa</b>	<b>Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas</b>	<b>Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas</b>
<b>N.º/km²</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>N.º</b>	<b>Milhares euros</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>5,2</b>	77,7	100,0	97,6	1,8	69,4	13,0	16,1

Fonte: INE Anuários Estatísticos Regionais, regional e municipal 2015, dados referentes ao ano de 2014 e última atualização a 20-12-2016

A estrutura da economia do Concelho apresentada nas tabelas precedentes, é caracterizada

por um elevado peso do setor dos serviços, representando 72% das empresas e empregando 75% da população. O rácio médio de pessoal por empresa é de 1,8 e consistente com a pequena dimensão das empresas, sendo o setor da construção aquele que apresenta o mais elevado 3,2 (dados de 2015). Verificando-se ainda (dados de 2014), a significativa proporção de empresas individuais, 77% e as que empregam menos de 10 trabalhadores e que representa 97,6% do total de empresas. O volume de negócios e o valor acrescentado bruto (VAB) é de respetivamente 77 e 20 milhões de euros, representando 0,7% do total da NUTS III.

A dinâmica de crescimento e taxa de sobrevivência de novas empresas<sup>45</sup>, relativa aos indicadores de atividade económica, apresenta para o indicador constituição das pessoas coletivas e entidades equiparadas, o número de 20 para o intervalo de novembro 2015 a outubro 2016, representando 1,6% do total da NUTS III, denotando fraco crescimento. Para o indicador de sobrevivência das empresas, nascidas dois anos antes, a taxa é de 55,6% mantendo-se em linha com a média nacional.

## 2.2 A Câmara Municipal, entidade de acolhimento

A câmara municipal<sup>46</sup> é composta pelos órgãos executivo e deliberativo. O órgão executivo do município constitui-se pelo Presidente Eng. António Cardoso Barbosa, seu responsável máximo a Vice-Presidente e Vereadora Prof<sup>a</sup>. Elsa Carla Ribeiro, com os pelouros da Ação social, Educação, Desporto e Transportes escolares e a remanescente equipa de Vereação em regime de permanência, Dr. António Afonso Barroso, com os pelouros da Gestão Económica e Financeira, Gestão e Modernização Administrativa, Recursos Humanos, Desenvolvimento Económico, Transportes e Parque de viaturas, Dr. Paulo Domingos Fernandes, com os pelouros da Proteção Civil, Trânsito, Ambiente, Água, Saneamento, Resíduos Sólidos, Mercados e Feiras, eleitos para o quadriénio de 2013 a 2017, em função do resultado eleitoral e em coligação dos partidos políticos PSD e CDS-PP.



---

<sup>45</sup> Fonte: dados do INE – Retorno de Informação personalizada dos municípios, disponível em <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0311.pdf>, de dezembro de 2016.

<sup>46</sup> Adaptado de informação institucional da CMVM, disponível em: <https://www.cm-vminho.pt/>, acedido em 18-10-2016



A Assembleia Municipal do Concelho de Vieira do Minho, órgão deliberativo do Município, que resultou das últimas eleições autárquicas (2013), coincidente com a eleição para a câmara municipal, é composta por 37 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente através de sufrágio popular e 16 representando as respetivas Juntas de Freguesia. A presidência é assegurada pela Presidente, Sr.<sup>a</sup> Neli Mota Pereira e dois secretários, o Primeiro secretário Sr. Luís Eugénio Carneiro e Segunda secretária Sr.<sup>a</sup> Paula Teresa Gonçalves.

### **Missão e valores**

- *A responsabilidade social que detém com os seus munícipes, assegurando, para o efeito, mecanismos que garantam a qualidade de vida dos munícipes no que diz respeito a vários fatores como: preparação das camadas mais jovens (apoio à educação, desporto, dinamização de associações culturais, grupos de jovens;*
- *Fomentar a criação de unidades de apoio social para crianças, idosos, deficientes e famílias com dificuldades económicas; garantir a segurança dos munícipes através de novas unidades empresariais ou industriais no concelho;*
- *O auxílio a todas as iniciativas que fomentam o desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria no concelho;*
- *O empenhamento na divulgação cultural e turística do concelho, na preservação das tradições e costumes das suas gentes, através da ajuda às associações e grupos de carácter cultural, bem como, na promoção de atividades culturais;*
- *A melhoria na qualidade dos seus serviços;*
- *A preocupação pela defesa e preservação ambiental.*

### **Competências**

- *A Câmara Municipal de Vieira do Minho é o organismo máximo de representação do concelho e dos seus habitantes. Enquanto autarquia local, é pessoa coletiva da população e do território, dotada de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população vieirense. Dotada de meios técnicos e humanos, tem como objetivo caminhar em direção a uma administração local mais próxima dos cidadãos e mais célere no atendimento das necessidades e exigências dos seus munícipes;*

- *No exercício das suas funções, a Câmara Municipal tem total autonomia no que respeita a pessoal, património e finanças, competindo a sua gestão aos respetivos órgãos;*
- *As suas atribuições e competências estão estritamente associadas à satisfação das necessidades da comunidade local no que respeita sobretudo ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, à cultura, à educação, ao ambiente e ao desporto.*

A CMVM é uma instituição pública, com as competências atribuídas por Lei emanada da Constituição da República Portuguesa, possuindo atribuições de acordo com a lei 75/2013 de 12 de setembro, estruturado pelo cronograma organizacional (anexo 3) e para os seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Energia, Transportes e Comunicações;
- Educação;
- Património, Cultura e Ciência;
- Tempos livres e Desporto;
- Saúde e Ação social e Habitação;
- Proteção civil e Polícia municipal;
- Ambiente e Saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e Urbanismo;
- Cooperação externa.

A câmara municipal é o maior empregador do concelho, contando no ano de 2015, com o número médio de 232 trabalhadores, incluindo o corpo de bombeiros e proteção civil e os trabalhadores das empresas municipais (EM), incluídas no perímetro da consolidação a 31 de dezembro de 2015. As EM incluídas são; a EPMAR<sup>47</sup>, com sede em Vieira do Minho cuja atividade principal é dotar o município com uma gestão de serviços públicos mais versátil e eficaz e a Vieira

---

<sup>47</sup> Esta empresa municipal está em fase de liquidação, sendo as suas competências e serviços integrados no Município.

Cultura e Turismo, com sede em Vieira do Minho cuja atividade principal é criar e gerir equipamentos culturais e turísticos no município, sendo esta câmara detentora da totalidade do capital.

Na sequência dos objetivos traçados no plano de estágio, a integração inicial teve lugar na divisão de aprovisionamento e finanças, visando o conhecimento das diversas áreas funcionais, os procedimentos administrativos e a legislação aplicável, familiarização com as ferramentas informáticas em uso, nomeadamente, para a elaboração e controlo do orçamento, grandes opções do plano e informação financeira, com enfoque na estrutura das receitas e no sistema de contabilidade. Para tanto foi disponibilizada, por via do arquivo documental, toda a informação relevante, com vista à componente teórica e de investigação.

Nesta componente julgamos de interesse abordar de forma sintética, algumas deliberações em sede de reunião de Câmara a 24 de agosto de 2016, a serem propostos à Assembleia Municipal para aprovação, por forma a integrarem o orçamento Municipal para o exercício económico de 2017, por ter enquadramento e relevância no tema do estágio, mais propriamente sobre a receita a arrecadar, assim:

- (...) é fixada a taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI) nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) dos n.ºs 1 e 5 do artigo 112º do CIMI, na sua atual redação e para os prédios urbanos, a taxa de 0,3% e ainda um desconto indexado ao número de dependentes a cargo do contribuinte proprietário, de imóvel destinado a habitação permanente e coincidente com domicílio fiscal no município, nos termos previstos no artigo n.º 113 do mesmo código. Este desconto contempla a redução no valor a pagar de 10%, 15% e 20%, para agregados familiares com 1, 2 e 3 ou mais dependentes, respetivamente<sup>48</sup>.
- (...) é fixada a taxa relativa à participação variável no IRS nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 5 do artigo 26º, lei 73/2013 de 12 de setembro, a taxa de 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior. A aplicação desta taxa decorre da obrigatoriedade imposta pelo cumprimento do plano de

---

<sup>48</sup> Esta redução aprovada pelo orçamento do Município a 26 de outubro de 2016, veio a sofrer alteração, obrigando à sua revisão, através de deliberação da Assembleia Municipal em 16 de novembro de 2016, por alteração da norma presente no orçamento de Estado para 2017, passando o “desconto” inicial de redução percentual do valor a pagar, para redução em valor fixo. Assim, um agregado familiar com um dependente terá uma redução de 20 euros no valor final do IMI, 40 euros se forem dois ou 70 euros no caso de ser composto por três ou mais dependentes.

saneamento financeiro aprovado pela Assembleia Municipal no dia vinte e sete de junho de dois mil e catorze.

- (...) é fixada a taxa relativa à Derrama, nos termos do n.º 1 do artigo 18º, lei 73/2013 de 3 de setembro, a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC e isentando os sujeitos passivos com um volume de negócios que não tenham ultrapassado o valor de 150.000 euros. A aplicação desta taxa decorre da obrigatoriedade imposta pelo cumprimento do plano de saneamento financeiro aprovado pela Assembleia Municipal no dia vinte e sete de junho de dois mil e catorze.
- (...) ao abrigo do n.º 1 do artigo 25 da mesma lei, o município decide pela não aplicação, de taxa municipal relativa a direitos de passagem (TMDP).<sup>49</sup>

Como é possível verificar das deliberações referentes às taxas de IRS e Derrama, estas decorreram da uma restrição imposta pelo cumprimento de um plano de saneamento financeiro. O município enfrentou várias restrições, algumas com origem no excesso de endividamento, com as instituições de crédito tradicionais a reduzirem ou mesmo recusarem o financiamento e a falta de liquidez, criando dificuldades acrescidos à economia local, por atraso substancial, nos pagamentos devidos e assumidos a fornecedores. Sem outra alternativa, o município teve de aderir em junho de 2014 ao programa de apoio à economia local (PAEL)<sup>50</sup>, instrumento de apoio financeiro com garantia de Estado, no valor de 3.056.978 euros, através de celebração contratual, que inclui entre outros os “remédios” a que a câmara se obriga a respeitar e destinado à concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e regularização de dívidas, podendo assim transformar dívida de curto prazo a fornecedores, em passivo financeiro de médio e longo prazo. No entanto e durante o exercício de 2016 o município conseguiu reequilibrar o endividamento, cumprindo a obrigação assumida no PAEL e assim libertar-se de algumas das medidas restritivas impostas, de que é exemplo a melhoria, através da diminuição significativa do prazo médio de pagamentos a fornecedores, pelo consequente benefício que o mesmo representa para a economia local.

---

<sup>49</sup> Esta taxa refere-se aos direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas eletrónicas, acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado da Câmara Municipal.

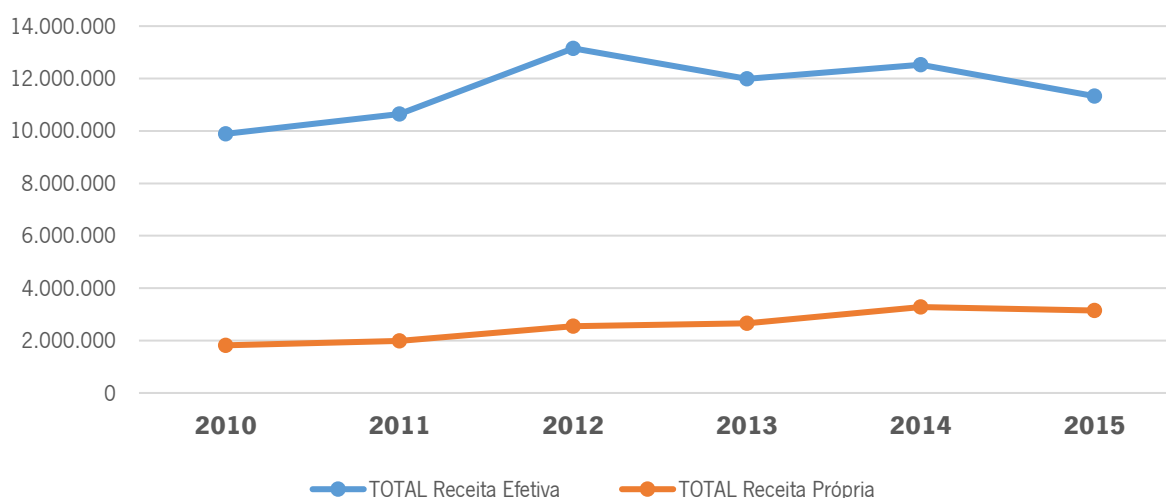
<sup>50</sup> Conforme Lei 43/2012 de 28 de agosto e portaria 281-A/2012 de 14 de setembro e artigo 61º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que prevê que os municípios, sempre que se encontrem em situação de rutura financeira, são obrigados a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal.

No âmbito do tema de estágio são avaliadas e apresentadas as tabelas e gráficos, que incluem os totais, evolução e peso relativo, referentes às receitas totais efetivas e próprias no contexto do Município, tendo como fonte de dados principal, o Sistema Integrado de Informação da Administração Local.

Tabela 8 – Total receitas efetivas e próprias, contexto municipal

Unidade: Euros	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Receita Efetiva</b>	9.889.001	10.643.420	13.151.401	11.984.156	12.522.501	11.331.765
<b>Receita Própria</b>	1.818.293	1.982.787	2.542.232	2.661.015	3.278.404	3.141.884

Gráfico 5 – Receitas totais efetivas e próprias

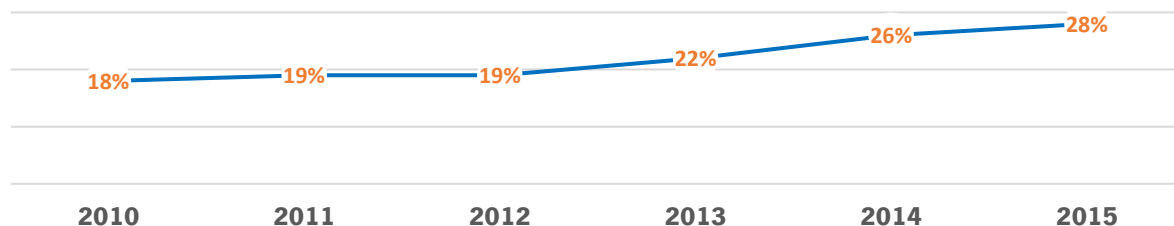


Da tabela e gráfico precedentes os dados de maior relevância, prendem-se com a quebra no total anual das receitas efetivas após 2012 em grande parte as provenientes de transferências da Administração Central, como reflexo dos cortes devidos ao programa de ajuda financeira negociado entre as instituições internacionais e o Estado Português, e parcialmente compensadas pelas receitas próprias que indiciam crescimento sustentável apesar de moderado, ao longo da série.

Do gráfico seguinte e no que à independência financeira diz respeito, embora longe do rácio determinante da mesma, consensualmente estabelecido em 50%, verifica-se uma tendência crescente

ao longo do período de análise.

Gráfico 6 – Peso e evolução independência financeira, contexto municipal

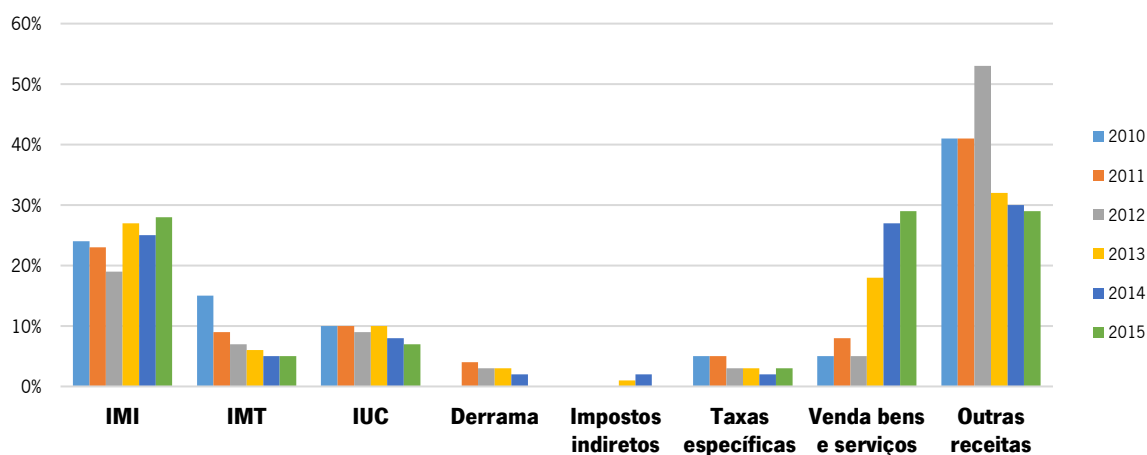


Na sequência do trabalho são apresentadas os totais desagregados por receita e os seus pesos específicos em contexto do Município.

Tabela 9 – Receitas próprias desagregadas, contexto municipal

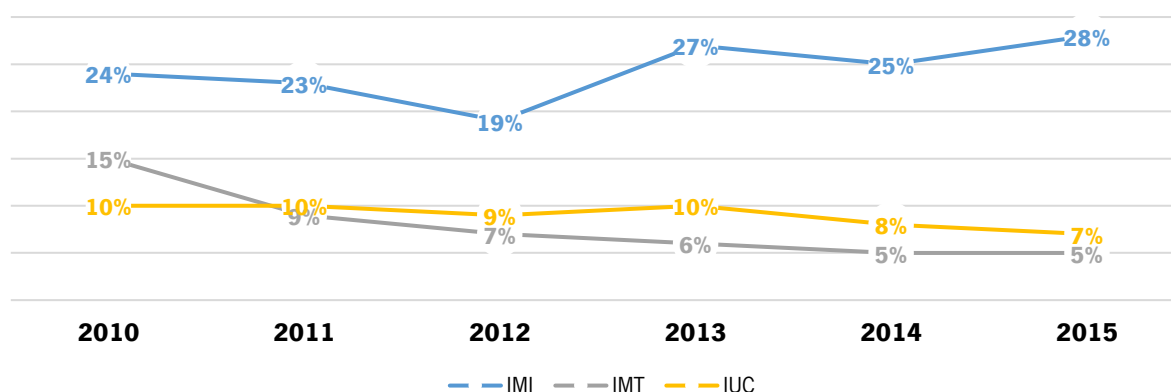
Unidade: Euros	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>IMI</b>	439.759	464.333	495.396	727.050	821.566	865.936
<b>IMT</b>	270.651	177.593	173.846	152.262	150.124	142.172
<b>IUC</b>	176.162	190.588	226.964	276.904	251.844	222.705
<b>Derrama</b>	0	75.579	84.849	86.005	50.423	0
<b>Imposto direto-Outros</b>	1.293	5.212	0	0	0	0
<b>Impostos indiretos AL</b>	1.748	2.525	2.141	17.579	63.254	0
<b>Taxas específicas AL</b>	98.798	99.896	74.890	79.227	80.148	92.561
<b>Venda bens e serviços</b>	83.414	163.845	137.057	481.601	878.518	907.095
<b>Outras receitas</b>	746.468	803.217	1.347.089	840.388	982.528	911.414

Gráfico 7 – Evolução peso relativo das receitas próprias



Da tabela e gráfico precedentes podemos observar que em média, são as Outras receitas que contribuem em maior valor percentual 38%, para o total da receita e aparentemente explicada pela gestão e venda de património. Igualmente significativa a rubrica de Venda de bens e serviços, especialmente a partir do ano económico de 2014, aparentemente explicada pela extinção da empresa pública municipal de água, resíduos e equipamentos EPMAR e consequente absorção em termos de consolidação nas contas do município. Assim, descontando os custos inerentes à venda de Bens e serviços e a diminuição do património, parece natural apresentar a receita do IMI como a mais relevante no total das receitas efetivas e próprias do Município.

Gráfico 8 – Peso e evolução principais impostos nas receitas próprias



Do gráfico anterior e em termos de comportamento dos principais impostos, verifica-se a descida em 2012 do seu conjunto, explicado pelos vários efeitos económicos negativos manifestados, sendo igualmente relevante a queda abrupta do IMT em 2011, mantendo a partir daí uma ligeira trajetória descendente, explicada pelo efeito da estagnação do mercado imobiliário e consequente desvalorização dos ativos. Em relação ao IUC verifica-se aparente estabilidade, nos três primeiros anos da série e quebra da receita nos últimos dois anos, explicada pela queda nas vendas do setor automóvel. O comportamento do IMI indicia alguma volatilidade, sendo decrescente nos três primeiros anos, como consequência da crise económica à semelhança do IMT e forte recuperação nos anos procedentes, em parte explicada pela reforma introduzida no CIMI, através da reavaliação dos prédios urbanos, que teve como efeito o aumento do valor tributável dos imóveis, base de cálculo do imposto a pagar.

Na decorrência do estágio nos serviços financeiros e de aprovisionamento, seguir-se-á em síntese, a apresentação e descrição das principais responsabilidades, competências e tarefas em que estive integrado, visando a componente prática.

### 2.2.1 Serviços Financeiros

Foram disponibilizados por estes serviços toda a informação julgada necessária, contemplando os seguintes documentos de prestação de contas relativo aos anos compreendidos entre 2010 e 2015: (i) mapas de execução orçamental da despesa e da receita; (ii) mapa de fluxos de caixa; (iii) balanço; (iv) demonstração de resultados por natureza; (v) anexos às demonstrações financeiras; (vi) relatório de gestão; e (vii) grandes opções do plano que inclui os planos de investimentos plurianuais.

Principais responsabilidades, competências e tarefas dos serviços:

- Programar e coordenar as atividades de gestão financeira e patrimonial do Município e fazer cumprir as deliberações dos órgãos municipais nesta matéria;
- Dirigir a elaboração dos instrumentos de gestão previsional, designadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano;
- Coordenar e controlar as relações financeiras entre o Município e entidades públicas e privadas, provenientes de Protocolos ou Contratos-Programa;
- Acompanhar e controlar a execução orçamental, identificar desvios e propor as correspondentes alterações e revisões que se mostrem ajustadas e necessárias;
- Assegurar a elaboração anual do relatório de gestão e de prestação de contas;
- Assegurar a disponibilização periódica de informação financeira e patrimonial, nomeadamente os relatórios trimestrais de execução orçamental;
- Garantir e manter atualizados os procedimentos legais e de controlo interno inerentes às funções de contabilidade, tesouraria, património e aprovisionamento;
- Supervisionar a liquidação e cobrança de taxas e outras receitas, informar os processos de isenção e o controlo das situações de não pagamento e envio dos débitos para execução



fiscal;

- Propor e acompanhar a realização de estudos e propostas conducentes à fixação ou atualização de taxas, preços e outras receitas municipais;
- Superintender na gestão da tesouraria;
- Assegurar a contratação de todos os bens e serviços necessários ao desenvolvimento da atividade municipal;
- Organizar e manter atualizado o inventário e supervisionar os processos de aquisição, alienação e gestão dos bens móveis e imóveis;

### 2.2.2 Serviços de Aprovisionamento

Foram disponibilizados informação e relatórios diversos de procedimentos anteriores, para estudo e análise e de forma operacional o funcionamento das ferramentas informáticas relacionadas com a contratação eletrónica.

Principais responsabilidades, competências e tarefas dos serviços:

- Centralizar a execução, em colaboração com os outros serviços, de todos os procedimentos necessários à aquisição de todos os bens e serviços, incluindo empreitadas, necessários ao desenvolvimento das atividades do Município;
- Administrar a Plataforma das Compras Eletrónicas;
- Acompanhar a execução dos contratos de fornecimento de bens e serviços, nomeadamente quanto ao cumprimento dos prazos e condições de fornecimento acordados;
- Garantir e manter atualizado o seguro dos bens municipais e dos veículos;
- Liquidar e controlar a cobrança de taxas, rendas e outras receitas provenientes da gestão ou da venda de bens imóveis;
- Organizar e manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis do património do Município, assegurando todos os registos relativos à situação patrimonial dos mesmos;
- Controlar a atribuição dos números de inventário e verificar se os bens permanecem afetos aos serviços a que foram destinados;

- Supervisionar os processos de aquisição, alienação e gestão dos bens móveis e imóveis;
- Promover a gestão dos bens municipais, nomeadamente propondo o abate, a permuta e a venda, sempre que tal se justifique;
- Assegurar que as aquisições de imobilizado se efetuam de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base em despacho ou deliberação do órgão competente;
- Coordenar o sistema de gestão de stocks e armazéns em colaboração com os respetivos serviços.

### 2.3 Matriz *SWOT*

Em resultado da informação secundária recolhida, presente na parte II deste relatório, e a primária por interação por meios diversos com técnicos superiores e responsáveis municipais, no âmbito do estágio curricular e que ao tema respeita, torna possível a elaboração sintética e atualizada a 2016, do ambiente social, económico e financeiro, para o concelho de Vieira do Minho, através da matriz que se apresenta.

FATORES INTERNOS	
FORÇAS (+)	FRAQUEZAS (-)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura de rigor e equilíbrio financeiro</li> <li>• Potencial crescimento na capacidade de endividamento</li> <li>• Capacidade de cooperação entre concelhos da região (CIM do Ave) para projetos comuns</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte dependência das transferências do Estado</li> <li>• Moderada capacidade de geração de novas fontes de receitas próprias</li> <li>• Limitada capacidade de investimento</li> </ul>
FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES (+)	AMEAÇAS (-)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento da procura dos mercados de especialização para os produtos locais</li> <li>• Crescimento da procura por serviços de turismo</li> <li>• Possibilidade de recurso para investimentos no âmbito do Portugal 2020</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estagnação da economia local e nacional</li> <li>• Dificuldade de incremento do financiamento por via de receitas próprias</li> <li>• Decréscimo populacional em geral e substituição geracional em particular</li> </ul>

### 3. Parte – Plano de Estágio Curricular

#### 3.1 Síntese Introdutória e Objetivos

O estágio curricular materializou-se, através de protocolo estabelecido entre a *Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho* e a *Câmara Municipal de Vieira do Minho*, pelo período de seis meses, com início em 17 de outubro de 2016 e término a 16 de abril de 2017. O presente relatório surge no âmbito do estágio, integrante do plano curricular do 2º ano do Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira, requisito para obtenção do grau de Mestre.

O objetivo do estágio curricular é substancialmente, complementar a formação adquirida ao longo do percurso académico, em especial a componente curricular do mestrado, aplicando e desenvolvendo conhecimentos adquiridos, absorvendo e executando competências através da realização e acompanhamento de tarefas, em contexto profissional.

#### 3.2 A Fundamentação

As motivações para a escolha dos temas a desenvolver, basearam-se na circunstância de o mesmo se desenrolar numa autarquia local e concretamente subordinada à importância das receitas próprias desagregadas do total de receitas e a sua importância no financiamento do município, objeto de estudo, investigação e análise **teórica**, desenvolvida nos capítulos anteriores, e na componente **prática**, com base na contratação pública e cujo tema resultou de proposta da supervisora do estágio na Câmara de Vieira do Minho e a concordância da orientadora na Escola de Economia e Gestão, com o fundamento que esta temática de vital importância económica para o desenvolvimento local do município, tem início, progressão e em alguns casos termina, no espaço temporal definido como o prazo de exercício do estágio curricular. Pela sua pertinência incluirá os modelos procedimentais de Ajuste Direto e Contratação Pública, por serem os mais utilizados e referentes à aquisição de bens ou serviços, assim como o processo de cabimentação, o que pressupõe a sua inclusão nos orçamentos provisionais de cada ano económico.

### 3.3 A Contratação e Contratos Públicos

A contratação pública diz respeito à fase de formação dos contratos, a qual se inicia com a decisão de contratar, tomada na sequência da verificação por parte da entidade Adjudicante de uma **necessidade**, da sua completa **verificação** e da identificação do meio ou instrumento adequado à sua **satisfação**, o objeto contratual, terminando com a celebração do contrato.

Os contratos públicos, são todos aqueles que sejam celebrados pelas entidades Adjudicantes previstas no CCP, independentemente da sua designação (i.e., protocolo, acordo, etc.) e da sua natureza pública ou privada. A categoria de entidades Adjudicantes abrange, principalmente, as entidades dos sectores empresariais do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, entidades estas cuja atividade económica não está submetida à lógica do mercado e da livre concorrência por comparação com os demais operadores económicos.

Para enquadrar a Contratação Pública será apresentada a incidência e frequência, por tipologia de Procedimento e de Contrato<sup>51</sup>, dos anos compreendidos entre 2013 e 2016. Os dados apresentados são secundários e extraídos da consulta ao Portal BASE, não englobando os ajustes diretos simplificados nem a contratação excluída e transmovidos para as tabelas e gráficos seguintes.

Tabela 10 – Aquisição por Tipo de Contrato, contexto municipal

Número de contratos				
<i><b>Tipo Contrato</b></i>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Bens e Serviços</b>	7	27	45	28
<b>Obras Públicas</b>	22	5	28	29
<b>Outros</b>	0	0	1(*)	0
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>74</b>	<b>57</b>
Preço contratual (euros)				
<i><b>Tipo Contrato</b></i>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Bens e Serviços</b>	220.920,01	556.095,64	982.793,24	939.431,21
<b>Obras Públicas</b>	2.229.729,05	47.250,33	699.979,77	1.733.458,91
<b>Outros</b>	-	-	10.544,00(*)	-
<b>Total</b>	<b>2.450.649,06</b>	<b>603.345,97</b>	<b>1.693.317,01</b>	<b>2.672.890,12</b>

(\*) refere-se a concessão de exploração de bens do domínio público

Fonte: dados do portal BASE

<sup>51</sup> Os dados referentes à tipologia de procedimento e contrato estão disponíveis em: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/ResultadosPesquisa?type=contratos&query=adjudicanteid%3D3843>, acedido em 07-03-2017

Gráfico 9 – Contrato, número e percentagem do período

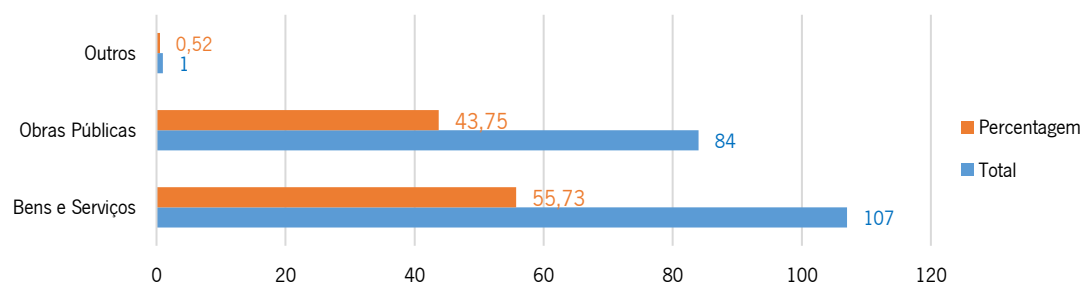
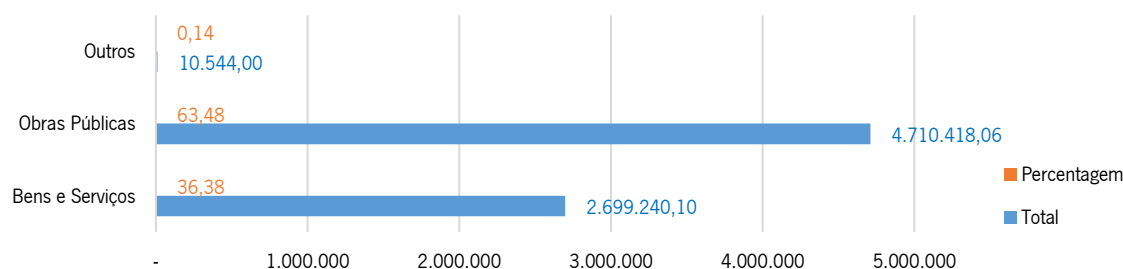


Gráfico 10 – Contrato, valor e percentagem no período



Da análise aos quadros e gráficos antecedentes, verifica-se a contratação pelo município, da maior percentagem de Bens e Serviços, representando 55,73% do total de contratos, por contraponto às Obras Públicas, que representa 43,75%. Constata-se igualmente que em valor, é este último setor, aquele que tem o maior peso, 63,48% do total da contratação para o período em referência.

Tabela 11 – Aquisição por Tipo de Procedimento, contexto municipal

Contratos				
Tipo Procedimento	2013	2014	2015	2016
Acordo Quadro	0	0	0	2
Concurso Público	3	1	1	2
Ajuste Direto	26	31	73	53
<b>Totais anuais</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>74</b>	<b>57</b>

Preço (euros)				
Tipo Procedimento	2013	2014	2015	2016
Acordo Quadro	-	-	-	257.718,00
Concurso Público	1.451.251,89	96.624,88	91.463,40	1.215.177,41
Ajuste Direto	999.397,17	506.721,09	1.601.853,61	1.199.994,71
<b>Totais anuais</b>	<b>2.450.649,06</b>	<b>603.345,97</b>	<b>1.693.317,01</b>	<b>2.672.890,12</b>

Fonte: dados do portal BASE

Gráfico 11 – Procedimento, número e percentagem do período

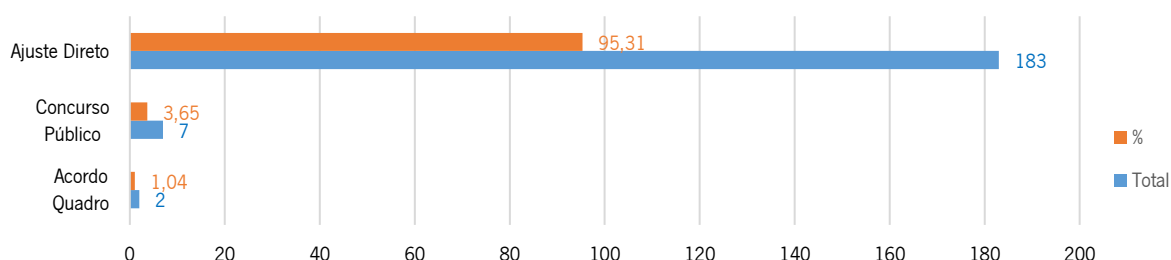
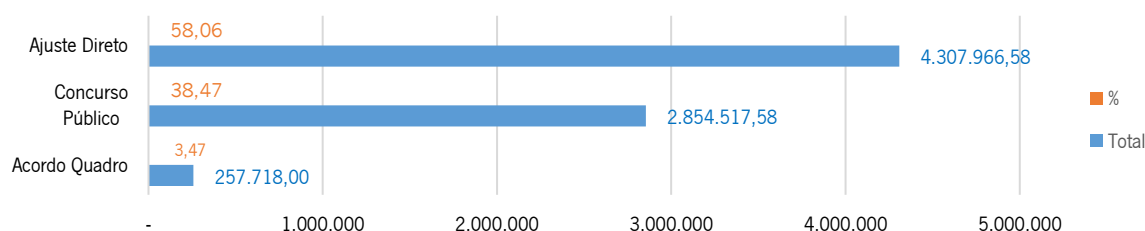


Gráfico 12 – Procedimento, preço e percentagem do período



Dos quadros e gráficos precedentes, constata-se a quase absoluta predominância do procedimento por Ajuste Direto no montante de aquisições, revelando em número e percentagem do período observado de, 183 e 95,31% respetivamente. Da análise por valor contratual, o ajuste direto representa mais de metade do total, sendo o valor contratual e a percentagem de respetivamente, 4.307.966,58 euros e 58,06% do período, assumindo o Acordo Quadro um valor residual. Nos dados anuais, sendo o período de pesquisa relativamente curto, é possível constatar, considerando o valor médio do custo por aquisição, a existência de valores e contratos de empreitadas de obras públicas significativos nos anos de 2013<sup>52</sup> e 2016<sup>53</sup>, devendo-se a significativos investimentos em obras públicas, realizados pelo município.

#### Notas explicativas:

Os dados apresentados foram extraídos da consulta ao Portal BASE, em 09.01.2017.

Os dados relativos aos anúncios publicados em Diário da República apenas contemplam os procedimentos com publicidade (concurso público e concurso limitado por prévia qualificação).

Os dados relativos a contratos englobam os publicados no Portal BASE durante o mês em análise, independentemente de terem sido celebrados nesse mês ou em meses anteriores.

Os dados apresentados não englobam os ajustes diretos simplificados nem a contratação excluída da Parte II do Código dos Contratos Públicos.

<sup>52</sup> Remodelação da EB1 de Guilhofrei para Centro Escolar e construção do pavilhão polidesportivo da zona de Ribeira Cávado no valor de 750.060,00 e 605.018,79 euros respetivamente.

<sup>53</sup> Requalificação e ampliação do edifício da antiga E.B. 1 de Vieira do Minho para incubadora de empresas no valor de 1.114.018,61 euros

### 3.3.1 Modelos Procedimentais de Contratação Pública

Para a formação de contratos, cujo objeto abranja prestações que estejam ou sejam suscetíveis de estar submetidos à concorrência de mercado, as entidades Adjudicantes devem adotar um dos seguintes modelos de procedimentos<sup>54</sup> apresentados na tabela seguinte e denominados de procedimentos pré-contratuais. Será apresentado em anexo, os fluxogramas, que em termos gerais representam os dois principais modelos de procedimento utilizados na contratação pública, respetivas fases e níveis, em referência ao estudo de caso.

Tabela 12 – Tipos de procedimentos de formação de contratos

<b>PROCEDIMENTOS PRÉ-CONTRATUAIS</b>	
<b>AJUSTE DIRETO</b> <sup>55</sup>	Convite a um interessado
	Convite a vários interessados
	Ajuste direto regime simplificado <sup>56</sup>
<b>CONCURSO PÚBLICO</b> <sup>57</sup>	Concurso público (geral)
	Concurso público (urgente) <sup>58</sup>
<b>CONCURSO PÚBLICO COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO</b> <sup>59</sup>	
<b>PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO (com publicação prévia de anúncio)</b> <sup>60</sup>	

Fonte: Ministério Finanças e Administração Pública, manual de procedimentos de contratação pública (adaptado)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), os processos de aquisição passam a ser desmaterializados, pelo que todas as entidades públicas estão obrigadas a efetuar os procedimentos de contratação por via eletrónica, excluindo o ajuste direto simplificado.

<sup>54</sup> Conforme art.16 do CCP

<sup>55</sup> O ajuste direto (regime geral), é um procedimento pré-contratual, através do qual a entidade adjudicante convida diretamente uma ou várias entidades (sem limite mínimo ou máximo), à sua escolha, a apresentar uma proposta.

<sup>56</sup> O ajuste direto (regime simplificado), é um procedimento que dispensa quaisquer formalidades e em que a entidade adjudicante se limita a conferir a fatura comprovativa da aquisição. Limitada a aquisições de valor inferior a 5 mil euros, registando no portal Base, só a execução e preenchimento do respetivo relatório

<sup>57</sup> O concurso público (regime geral), é um procedimento seletivo, através do qual, em condições de igualdade e oportunidade dos concorrentes, a entidade adjudicante seleciona o mais adequado, de acordo com critérios objetivos

<sup>58</sup> (...) concurso com uma configuração célere, em caso de urgência, na celebração de um contrato de locação, aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços de uso corrente, desde que o preço contratual, se a entidade adjudicante for o Estado, não exceda os 135.000 euros, se for alguma das outras entidades Adjudicantes 209.000 euros. A adjudicação neste tipo de procedimento é feita, obrigatoriamente, ao mais baixo preço.

<sup>59</sup> O concurso público com prévia qualificação, é um procedimento muito semelhante ao de concurso público, à exceção da fase inicial na qual se procede à qualificação dos concorrentes, sendo constituída pelos documentos destinados à qualificação apresentado pelos candidatos e por uma declaração deste, onde declara a sua integridade e idoneidade.

<sup>60</sup> O procedimento de negociação, é um procedimento que se rege, com as necessárias adaptações, pelas disposições que regulam o concurso limitado por prévia qualificação, só podendo ser adotado em função de critérios materiais e para qualquer valor, ou seja, basicamente a negociação das propostas apresentadas.

A lei 96/2015<sup>61</sup> de 17 de agosto regula a disponibilização e a utilização destas plataformas eletrónicas de contratação pública.

A implementação e acompanhamento de todo o processo torna, como já referido, o recurso a uma plataforma eletrónica de contratação pública, por parte da entidade Adjudicante. É essa plataforma que permitirá ao Município solicitar e receber propostas em formato eletrónico, divulgando as suas ofertas de contratação, gerindo-as de forma mais eficaz e eficiente. Para o efeito, o Município de Vieira do Minho está a utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação Pública denominada VORTALgov, através da qual são desenvolvidos todos os procedimentos relativos à aquisição de bens, serviços e de empreitadas que realiza, interligada ao portal BASE (contratos públicos *online*) e gerida pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC)

### 3.3.2 Portal BASE e VORTALgov - Plataformas de Contratação

O Portal BASE <sup>62</sup>, é uma plataforma de domínio público, que agrega e centraliza a informação relacionada com a contratação pública. De livre acesso e prevista no CCP, fomenta um melhor conhecimento sobre a contratação pública e a promoção da transparência, através da divulgação da informação comunicada ao Portal, tornando disponível para consulta pública a informação sobre:

- Formação e execução dos contratos públicos, excluindo no entanto, a informação referente à execução dos contratos de concessão, os anúncios de abertura de procedimentos e eventuais anúncios subsequentes;
- Despachos e deliberações, que estabelecem prioridades de contratação ao abrigo de regimes excecionais;
- Contratos, celebrados na sequência de ajuste direto do regime geral, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação e diálogo concorrencial;
- Alterações contratuais, que representem um valor acumulado superior a 15 por cento do preço contratual;

---

<sup>61</sup> Disponível em Diário da República Eletrónico: [https://dre.pt/home/-/dre/70025051/details/maximized?p\\_auth=Ot3WWqJu](https://dre.pt/home/-/dre/70025051/details/maximized?p_auth=Ot3WWqJu)

<sup>62</sup> Ver em: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/CodigoDosContratosPublicos/Procedimentos>, acedido em 30-12-2016



- Sanções acessórias, aplicadas no âmbito do CCP.

O VORTALgov<sup>63</sup>, é uma plataforma de domínio privado, definida como, “(...) é uma plataforma para fazer negócios, que permite às Entidades Públicas publicar e gerir os seus Procedimentos de Compra e Venda através de um fluxo de contratação totalmente desmaterializado. Sem papelada ou tempo perdido. A Tecnologia é uma parte importante da Solução, mas a isto juntamos um trabalho de integração, gestão de mudança, formação e suporte permanente aos nossos clientes. Tudo o que precise para conseguir os resultados esperados. A Plataforma inclui todos os Instrumentos e Funcionalidades que garantem o cumprimento do Código dos Contratos Públicos e Legislação complementar, assim como respeita os padrões máximos de segurança, certificados pela ISO 27001, 22300 e 20000”.

O acesso à plataforma é gratuito, sendo somente necessário o registo do operador económico, habilitando-o a consultas sobre oferta de negócios no âmbito de concursos públicos, mas restrito em ajuste direto que é exclusivo dos operadores económicos escolhidos. As operações em que estes se candidatem a Adjudicatários, obrigam à utilização de selos temporais, fórmula encontrada para fazer refletir os custos de gestão e utilização, proporcionalmente pelos utentes utilizadores e/ou beneficiários dos serviços.

O selo temporal<sup>64</sup> é um processo de validação cronológico, que atesta a data e hora da realização de uma ação dentro da plataforma VORTALgov (ou outras semelhantes) permitindo, entre outros, garantir a data da submissão das propostas dos concorrentes e que a abertura das propostas apenas é efetuada na hora determinada, ou seja, o objetivo destes selos temporais é garantir que um documento ou ficheiro existia num determinado momento no tempo e assim uma garantia de rigor, transparência e segurança na Contratação Pública Eletrónica. Os selos temporais são interoperáveis, funcionando em qualquer plataforma homologada e certificada, de utilização obrigatória, para qualquer ato que deva ocorrer dentro de um determinado prazo.

---

<sup>63</sup> Disponível no site da empresa: <http://pt.vortal.biz/gov-setor-publico>, acedido em 30-12-2016

<sup>64</sup> Conforme nota informativa 1/2016 de abril, disponível em:

[http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Nota\\_informativa\\_precos\\_selos\\_temporais.pdf](http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Nota_informativa_precos_selos_temporais.pdf), acedido em 08-02-2017.

Principais ações que requerem Selos Temporais:

- Submeter uma Candidatura, Solução ou Proposta
- Assinatura de Documentos
- Pronúncia de candidato ou concorrente em sede de audiência prévia
- Trocar Mensagens com Comprador
- Apresentação de reclamações e impugnações.

A aposição dos selos temporais, nas transações efetuadas pelas plataformas eletrónicas de Contratação, passa pela utilização de um servidor disponibilizado por uma entidade certificadora, credenciada para o efeito. Os selos temporais, podem ser adquiridos a empresas fornecedoras de serviços de validação cronológica certificadas (i.e.: MULTICERT ou DIGITALSIGN) ou diretamente às empresas gestoras de plataformas eletrónicas de contratação pública, atuando estes, como revendedores de selos (i.e.: VORTALgov ou SAPHETYgov).

Com o intuito de garantir a segurança, não repúdio e integridade nos processos e transações efetuados através da plataforma VORTALgov, a mesma exige, no âmbito da contratação pública eletrónica, um controlo adicional, ao requer aos utilizadores a obrigatoriedade de assinatura digital qualificada<sup>65</sup>, operando esta, como garantia da vontade de contratar em todas as ações transacionais.

### 3.3.3 A Prática na Contração Pública

**Nota Prévia:** no decurso do relatório de estágio apresentado, foi respeitado o dever de sigilo e confidencialidade, de acordo com os regulamentos do município e/ou definidos pelos titulares dos departamentos em que o mesmo ocorreu.

Para dar corpo à componente prática do estágio curricular, será abordado o enquadramento da contratação pública, exemplificado com dois dos modelos de procedimento, de uso real, por este

---

<sup>65</sup> Conforme o n.º 1 do art.º 54.º da lei 96/2015 (...) os documentos submetidos na plataforma eletrónica, pelas entidades Adjudicantes e pelos operadores económicos, devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

Município, no decurso da sua atividade económica e relativa ao exercício económico de 2017. O procedimento por ajuste direto do regime geral, referente a contrato de aquisição de serviços e o procedimento de concurso público, referente a contrato de aquisição de bens. Sobre cada um deles será revelado o seu significado, tramitação e motivo da seleção na sua abordagem procedimental.

A contratação pública constitui-se em 3 (três) momentos, compreendendo a **fase preliminar**, composta pelo parecer prévio, despacho, convite e caderno de encargos, a **fase pré-contratual**, o momento da submissão das peças do concurso na plataforma eletrónica e **fase do contrato**, a interação com o candidato vencedor que define e valida o contrato.

### 3.3.3.1 O modelo de Ajuste Direto, aplicação prática

A **fase preliminar**, em primeiro momento e por força de lei, antecedendo o procedimento pré-contratual presente no fluxograma (anexo 5), inicia com o Parecer Prévio<sup>66</sup>, Aquisições de Serviços, emitido pelo presidente do órgão executivo, com data de 22 de dezembro de 2016 e relativo à necessidade suscitada, no caso, o procedimento de contratação do serviço de: “Fornecimento e Implementação de Seguros para o município de Vieira do Minho V2 - Ano de 2017”.

Este procedimento, é um exemplo de aquisição de um serviço que deverá estar contratualizado até ao limite do exercício económico precedente, resultante da sua especificidade, ao implicar para sua vigência, o primeiro dia de calendário, do exercício económico em causa, daí este procedimento reger-se pela Lei Orçamento do Estado de 2016 e não de 2017, à data, em fase de aprovação final e que veio confirmar alterações ao quadro procedimental.

Constante deste parecer prévio, deverá existir menção aos requisitos do normativo vigente<sup>67</sup> através das suas alíneas;

a) descrição, objeto e valor do contrato<sup>68</sup>:

- Procedimento de ajuste direto do regime geral;

---

<sup>66</sup> Conforme n.º 10 do art.º 35 da lei 7-A/2016 (LOE), regulamentada pela portaria 194/2016 de 19 de julho.

<sup>67</sup> Conforme alíneas de a), b), c), e), f) e g) do n.º 2 do art.º 4 da portaria 194/2016 de 19 de julho.

<sup>68</sup> O Valor do Contrato é o valor máximo do benefício económico, que em função do procedimento adotado, pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto

- Fornecimento e implementação de seguros para o Município de Vieira do Minho V2 – ano de 2017;
  - Preço base de €51.000,00 (cinquenta e um mil euros).
- b) demonstração de que o contrato não constitui trabalho subordinado:
- O fornecimento e implementação de seguros para o município de Vieira do Minho, para o ano económico de 2017, reveste a forma de prestação de um serviço, pelo que a entidade contratada assume materialmente os riscos ou coberturas, nos montantes e condições vertidas no contrato.
- c) demonstração da inconveniência de recurso a modalidade de vínculo de emprego público:
- Tratando-se de um trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia (não sujeito a regulamentação interna do município e sem necessidade de cumprimento de horários de trabalho), torna-se inconveniente o recurso à modalidade da relação jurídica de emprego público, constituído ou a constituir.
- e) declaração de confirmação de cabimento orçamental, emitida pelo órgão, serviço ou entidade, tendo como pressuposto a previsão desta despesa, no orçamento aprovado para o exercício económico em causa. Tal requisito é verificável através do Orçamento Previsional para o ano de 2017, aprovado em 26 de outubro de 2016, na rubrica despesa (classificação orgânica), nas contas 01.03.09 e 02.02.12, dotações iniciais.
- f) indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato. A escolha do ajuste direto pode ser tomada em função do valor do contrato de acordo com as regras contantes da tabela abaixo reproduzida<sup>69</sup>. No caso em estudo, ao determinar o preço base de 51.000,00 euros, torna o contrato elegível a este modelo de procedimento. O preço em causa, tem em conta o custo histórico ou pode integrar consulta não vinculativa ao mercado. Este preço base deverá estar em conformidade com LOE<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Pode também recorrer-se ao ajuste direto, para a formação de contratos de qualquer valor, quando se verificarem determinadas razões materiais expressamente identificadas no CCP, entre as quais se contam: os casos de urgência imperiosa, quando só existe um único fornecedor ou prestador, ou ainda quando um anterior concurso tenha ficado deserto.

<sup>70</sup> Conforme Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2017, art.º 49, alíneas a) e b) da secção III, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar: os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou o preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016.

Tabela 13 – Escolha de ajuste direto em função do valor do contrato

ENTIDADE ADJUDICANTE	TIPO DE CONTRATO	VALOR DO CONTRATO
<b>Administração Pública tradicional</b> <b>(artigo 2º, n.º 1 do CCP)</b>	Bens e Serviços	Até 75.000,00€
	Empreitadas de obras públicas	Até 150.000,00€

Fonte: Ministério Finanças e Administração Pública, manual de procedimentos de contratação pública (adaptado)

g) identificação da contraparte a ser definida após análise do processo concorrencial e que determinará a seleção do concorrente classificado em primeiro lugar e a consequente adjudicação, do conjunto das propostas rececionadas do conjunto das entidades convidadas.

Em segundo momento, procede com o Despacho, emitido pelo vereador responsável, datado de 22 de dezembro de 2016, no uso de competências<sup>71</sup> legais atribuídas, reflete as decisões de contratar, autorizar a despesa inerente ao contrato (presente no orçamento municipal do ano económico respetivo), e aprovar o convite e caderno de encargos (tituladas de peças processuais produzidos pelos serviços internos do município de acordo com o CCP, posteriormente alvo de abordagem e aplicação específica ), para posterior envio aos concorrentes selecionados. Reflete ainda, de acordo com o CCP<sup>72</sup>, as entidades convidadas a apresentar propostas, tendo sido selecionadas 9 (nove) entidades (a serem discriminadas no momento de submissão na plataforma eletrónica), tomando em consideração o limite legal à escolha das entidades a contratar, específico deste modelo de procedimento e previsto no CCP<sup>73</sup>, referindo ainda “ (...) não podem ser convidadas a apresentar propostas, as entidades às quais a autarquia local já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste direto adotado, propostas para a celebração de contratos, cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites estabelecidos”.

<sup>71</sup> Conforme legislação diversa e n.ºs 1 e 2 do art.º 40 do CCP

<sup>72</sup> Conforme n.º 1 do art.º 113 do CC

<sup>73</sup> Conforme n.ºs 2 e 4 do artigo 113 do CCP

A seleção das entidades económicas, é normalmente feita com recurso a base de dados interna, sendo normal e recorrente, as entidades económicas, apresentarem junto dos municípios, os bens e/ou serviços constantes do seu portefólio. As entidades Adjudicantes podem ainda, e antes da abertura de um procedimento de contratação, realizar consultas ao mercado para preparação do procedimento, informando os operadores económicos dos seus planos de contratação e respetivos requisitos ou solicitar e aceitar pareceres de peritos, autoridades independentes ou outros participantes no mercado que possam ser utilizados no planeamento e na condução do procedimento de contratação, sob a condição que esses pareceres, não tenham por efeito distorcer a concorrência nem resultem em qualquer violação dos princípios da não discriminação e da transparência.

A fase preliminar prossegue com a elaboração pelos serviços municipais, das peças processuais convite e caderno de encargos, a seguir discriminadas, apresentadas o mais próximo da sua forma original.

#### PROCESSO DE AJUSTE DIRETO – REGIME GERAL

PROC\_71/2016

#### **CONVITE**

FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

V2 – ANO DE 2017

**Convite** – peça processual do ajuste direto no âmbito do regime geral, dirigido aos candidatos selecionados a apresentar proposta de onde constam:

- objeto do concurso - discriminação das apólices a contratar e preço base;
- entidade adjudicante – inclui a identificação e atividade económica do município de Vieira do Minho;
- concorrentes – determina as limitações relacionadas com art.º 5 do CCP e requisitos legais para o exercício ou mediação da atividade de seguros;
- critérios de adjudicação - no caso, o único critério é o do preço mais baixo;
- condições de pagamento - no caso, estabelece como prazo de pagamento de no mínimo 60 dias, contados a partir da entrega da fatura ou recibo de prémio;

- pedidos de esclarecimento – incide sobre a peça processual a ser efetuada por escrito e através da plataforma eletrónica VORTALgov;
- consulta do processo - elencando as instruções de acesso à plataforma, informação sobre a obrigatoriedade do(s) interessado(s) deterem um pacote de selos temporais<sup>74</sup> e certificado de assinatura eletrónica qualificada, a informação e instruções quer para consulta quer para *download* dos diversos elementos do processo;
- proposta eletrónica - local de caráter exclusivo, onde o interessado efetuará a proposta e submeterá os demais documentos requeridos, através de *upload*, tendo presente a data e hora limite da submissão prevista, aceitando os termos e condições de submissão da proposta e terminando com a assinatura eletrónica qualificada;
- documentação integrante da proposta – define critérios, modelos, dados e instruções a observar, no preenchimento da documentação exigível;
- anulação do procedimento - o direito implícito, por circunstância imprevisível ou interesse público fundamentados, de a entidade responsável pela autorização da despesa poder anular o concurso e as garantias previstas para os concorrentes daí resultantes;
- legislação aplicável – inclui, a salvaguarda para erros ou omissões das peças processuais, aplicando-se o disposto no CCP;

**Nota:** para evitar potenciais redundâncias, a Parte I da peça processual seguinte, caderno de encargos, as respetivas cláusulas só contêm o número e designação ao invés da sua descrição.

## PROCESSO DE AJUSTE DIRETO – REGIME GERAL

PROC\_71/2016

### **CADERNO DE ENCARGOS**

FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

V2 – ANO DE 2017

---

<sup>74</sup> Ver ponto 3.3.2 sobre plataforma VORTALgov.

**Caderno de encargos** – peça processual do ajuste direto no âmbito do regime geral, constituído pelas cláusulas contratuais (parte I) e técnicas (parte II), numeradas em contínuo, incluindo a designação e abrangência do caderno de encargos.

**Parte I:**

Cláusula 01 – o objeto é a contratação das seguintes apólices de seguro,

- seguro de acidentes de trabalho;
- seguro de grupo de acidentes pessoais Autarcas;
- seguro de grupo de acidentes pessoais Bombeiros;
- seguro de grupo de acidentes pessoais para os utentes das infraestruturas e/ou instalações desportivas e recreativas municipais;
- seguro de frota automóvel;
- seguro marítimo – embarcações de recreio;
- seguro de responsabilidade civil Autarcas.

Cláusula 02 – especificações contratuais.

Cláusula 03 – condições gerais da prestação dos serviços subjacentes ao objeto do concurso.

Cláusula 04 – obrigações e deveres do Adjudicatário.

Cláusula 05 – obrigações e deveres do adjudicante.

Cláusula 06 – preço e pagamento.

Cláusula 07 – condições de pagamento.

Cláusula 08 – alteração ao contrato.

Cláusula 09 – cessão da posição contratual.

Cláusula 10 – resolução.

Cláusula 11 – casos fortuitos e de força maior.

Cláusula 12 – confidencialidade, a obrigação do Adjudicatário não divulgar quaisquer informações que obtenha no âmbito do contrato e a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

Cláusula 13 – penalidades.

Cláusula 14 – vigência.



Cláusula 15 – caução.

Cláusula 16 – foro competente para resolução de litígios.

Cláusula 17 – contagem dos prazos.

Cláusula 18 – comunicações e notificações.

Cláusula 19 – legislação aplicável.

## **Parte II:**

Cláusula 20 – alocação e gestão dos seguros, determinando que (...) o gestor indicado pelo Adjudicatário encarregar-se-á de implementar o programa de seguros contratado, assegurando a eficiente gestão das respetivas apólices.

Cláusula 21 – descrição do programa de seguros, referente a cada uma das apólices contratadas presentes na “Cláusula 1 – o objeto”.

**Seguro de Acidentes de Trabalho**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *objeto do seguro* (resultante da responsabilidade, do tomador de seguro, pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho e assim transferida para o Segurador); (iii) *atividade predominante* (pela não existência, considera-se diversas e no âmbito da atividade autárquica; (iv) *âmbito do seguro* (define quem está abrangido e em que condições, assim, inclui todos os trabalhadores efetivos e eventuais ao serviço do município, os autarcas em regime de permanência, outros titulares de órgãos municipais e funcionários do gabinete do presidente, no caso de indicação na relação de pessoal a segurar, no exercício da sua atividade profissional ao serviço do município, incluindo deslocações e atividade profissional no estrangeiro, devendo o município com periodicidade mensal, enviar a relação de proventos salariais dos seus funcionários ao Segurador); (v) *garantias* (discriminação das coberturas e garantias por tipificação de acidentes); (vi) *modalidade* (prémio de seguro variável de acordo com a “folha de férias”); (vii) *estimativa capital seguro* (considera o montante global de salários ilíquido e outras prestações pecuniárias regulares (i.e., subsídios de férias, natal, turno e alimentação), previstos para o ano de 2017 de acordo com a tabela seguinte);

Tabela 14 – Seguro acidentes pessoais, estimativa capitais seguros

<b>Tomadores de Seguro</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Massa Salarial<sup>75</sup></b>
Município de Vieira do Minho	133	2.157.810,00 euros

(viii) *fracionamento do prémio* (considera periodicidade mensal ou trimestral, sem cargas de fracionamento); (ix) *outras condições aplicáveis ao seguro* (define, ser o tomador o destinatário do(s) pagamento(s) de todas as indemnizações processadas ao abrigo de incapacidade temporária, uma vez que os salários nestas situações são pagos na totalidade aos seus funcionários pelo município, incluindo ainda a garantia pelo Segurador de assegurar contratualmente, pelo menos 2 (duas) clínicas/consultórios e 2 (duas) farmácias sediadas no concelho, destinadas a assistir sinistrados de acidentes de trabalho e isentar estes de despesas com prescrições médicas, respetivamente).

**Seguro de Grupo Acidentes Pessoais Autarcas**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *pessoas a segurar* (por se tratar de seguro de grupo, considera os autarcas locais eleitos, constituídos pelos Presidente e Vice-Presidente da Câmara, Vereadores em regime de permanência, Vereadores em regime de não permanência, e todos os membros da Assembleia Municipal); (iii) *âmbito territorial* (todo o Mundo); (iv) *riscos a segurar* (o risco profissional e extraprofissional, “24 horas por dia”, do Presidente, Vice-Presidente e Vereadores em regime de permanência, cobrindo ainda o risco profissional no exercício de funções ou representação para as restantes pessoas seguras); (v) *coberturas* (descrição de todas as coberturas base e complementares); (vi) *coberturas/capitais por pessoa segura* (de acordo com tabela seguinte);

Tabela 15 – Seguro acidentes pessoais Autarcas, coberturas/capitais

<b>Pessoas Seguras</b>	<b>N.º Pessoas Seguras</b>	<b>Morte ou Invalidez</b>	<b>Incapacidade Temporária</b>	<b>Despesas Tratamento</b>	<b>Despesas Funeral</b>
Presidente	1	✓	✓	✓	✓
Vereadores regime permanência	3	✓	✓	✓	✓
Vereadores regime de não permanência	3	✓	✓	✓	✓
Membros Assembleia	44	✓	✓	✓	✓

**Nota:** sobre os capitais foi assumido o princípio da confidencialidade

<sup>75</sup> Valor previsto de despesas de pessoal constantes do Orçamento Municipal de 2017

(vii) *condições especiais* (derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais da apólice, garantindo as consequências de sinistros em casos de roturas, distensões, ligamentos, implantes, próteses, despesas de transporte adequadas às lesões incorridas e acidentes com pessoas de idade superior a 70 anos); (viii) *fracionamento do prémio* (considera a periodicidade semestral ou anual, sem cargas de fracionamento); (ix) *outras condições aplicáveis ao seguro* ( o Segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade na sequência de acidentes cobertos pela apólice e responsabilidade pelas substituições temporárias das pessoas sinistradas e impossibilitadas do exercício de funções).

**Seguro de Grupo Acidentes Pessoais Bombeiros**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *segurados* (os corpos de bombeiros municipais, voluntários e profissionais identificados no item seguinte “pessoas a segurar”; (iii) *pessoas a segurar* (resulta do estabelecido no Estatuto Social do Bombeiro ao estabelecer a cobertura de acidentes no exercício da sua missão de acordo com normativo legal e compreende o pessoal dos quadros de comando, ativo, especialistas, auxiliares, honra e reserva, incluindo infantes, cadetes e órgãos sociais e direção, de acordo com normativo legal. Os capitais e número de pessoas a segurar, é definido por portaria, conforme tabela seguinte);

Tabela 16 – Seguro grupo acidentes pessoais Bombeiros, regime legal

Corporação	Capitais seguros <sup>76</sup>	Pessoas a segurar <sup>77</sup>
		Variável (folha trimestral n.º 2 do
Bombeiros Voluntários de Vieira do	De acordo com portaria 123/2014	art.º 7 da portaria 123/2014 de 19
Minho	de 19 de junho	de junho)

(iv) *âmbito da cobertura* (a cobertura dos acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício das suas missões, de acordo com normativo legal, os ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros de natureza similar bem como os decorrentes de acidentes de viação e aviação, independente do meio de transporte utilizado); (v)

<sup>76</sup> Fixa as condições mínimas do seguro de acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários, incluindo os limites de capital seguro e riscos cobertos (...)

<sup>77</sup> As Associações Humanitárias de Bombeiros remeterão trimestralmente às Câmaras Municipais, com caráter obrigatório, uma relação atualizada dos elementos que devem constar da apólice e em que situações.

*âmbito territorial* (todo o Mundo), (vi) *coberturas/capitais por pessoa segura – portaria 123/2014 de 19 de junho* (de acordo com a tabela seguinte).

Tabela 17 – Seguro grupo acidentes pessoais Bombeiros, coberturas

<b>Coberturas garantidas</b>	<b>Capitais seguros</b>
Morte por acidente	✓
Invalidez permanente por acidente	✓
Subsídio diário por incapacidade temporária, parcial ou total	✓
Na morte da pessoa segura, montante a pagar aos filhos menores	✓
Subsídio mensal por incapacidade temporária para despesas primeira necessidade	✓
Morte simultânea de pessoa segura e cônjuge	✓
Despesas de funeral	✓
Despesas com operações de salvamento, busca, transporte de sinistrado	✓
Indemnização por queimadura	✓
Cicatriz facial ou desfiguração	✓

**Nota:** sobre os capitais foi assumido o princípio da confidencialidade

(vi) *condições especiais* (derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais da apólice, garantindo as consequências de sinistros em casos de roturas, distensões, ligamentos, implantes, próteses, despesas de transporte adequadas às lesões incorridas, acidentes com pessoas de idade superior a 70 anos, morte por inalação fumos, tetraplegia e paraplegia; reconstituição cosmética por acidente ao abrigo das condições da apólice), (vii) *outras condições aplicáveis ao seguro* (o Segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade na sequência de acidentes cobertos pela apólice, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice, entendendo-se por tratamentos que o justifiquem aqueles cujo preço previsto, à data do início do tratamento, ultrapasse os 350,00 euros. O compromisso pelo Segurador de garantir contratualmente pelo menos 2 (duas) farmácias, sediadas no concelho, de forma a isentar os sinistrados do pagamento de despesas com prescrições médicas em consequência de acidentes, sendo essas despesas cobradas diretamente pelas farmácias à Seguradora. O Segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída

na corporação, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao Segurador. O Segurador procederá à atualização automática dos capitais seguros de acordo com os valores mínimos legais, sempre que estes forem alterados. Para a anuidade em referência, os concorrentes devem declarar nas suas propostas que se comprometem a efetuar as atualizações que se revelem necessárias aos capitais seguros em resultado da indexação legal à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) que vier a vigorar, sem alteração do valor do prémio fornecido para os capitais que constam deste seguro).

**Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais para os Utentes das Infraestruturas e/ou Instalações Desportivas e Recreativas Municipais**, o programa prevê; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *pessoas seguras* (seguro sem nomes, sendo considerados Pessoas Seguras todos os utentes/utilizadores das infraestruturas e/ou instalações de índole desportiva, recreativa, lazer e cultural municipais, cobertas ou ao ar livre abertas ao público); (iii) *âmbito de aplicação* (este seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante a utilização das infraestruturas e/ou instalações de índole desportiva, recreativa, lazer e cultural municipais, cobertas ou ao ar livre abertas ao público, incluindo as que se referem no art.º 2 do decreto-lei 317/97 de 25 de novembro<sup>78</sup>. A prática de desporto amador e não federado de atividades lúdicas e de lazer, natação, futsal, voleibol, percursos pedestres, atividades marítimo turísticas no âmbito de decreto-lei 108/2009<sup>79</sup>, desde que organizadas pelo Município de Vieira do Minho, ou nas instalações à sua responsabilidade; (iv) *âmbito territorial* (Portugal), (v) *período de vigência da apólice* (por 1 (um) ano); (vi) *fracionamento* (trimestral ou semestral sem cargas de fracionamento); (vii) *atividade a segurar* (a prática desportiva de futebol, futsal, basquetebol, andebol, atletismo, teleski e atividades recreativas, lazer e culturais, entre outras que porventura se desenvolvam nesses locais; (viii) *franquias* (derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais da apólice, pelo que neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquias, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente; (ix) *condições especiais* (derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas condições gerais da apólice, pelo que este seguro deverá garantir roturas,

---

<sup>78</sup> Para os efeitos do presente diploma, são instalações desportivas os espaços de acesso público organizados para a prática de atividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares

<sup>79</sup> Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.

distensões, ligamentos, implantes, próteses, despesas de transporte adequadas às lesões incorridas, acidentes com pessoas de idade superior a 70 anos, terrorismo, morte por afogamento, durante a utilização de piscinas identificadas no horário regular de funcionamento, morte súbita, durante a prática desportiva prevista nas instalações identificadas; (x) *outras condições aplicáveis ao seguro* (o Tomador deste seguro possui diversas infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais abertas ao público, fornecendo informação sobre o número estimado de utilizadores, das principais infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais dos tomadores, não podendo o âmbito da aplicação da apólice ficar limitado aos acidentes verificados nas infraestruturas e/ou instalações ali identificadas. Em caso de acidente com utentes em regime de inscrição, o tomador enviará ao Segurador, juntamente com a participação do acidente, cópia do boletim ou outro registo de inscrição do acidentado. Em caso de acidente com utentes não inscritos, o tomador do seguro enviará ao Segurador, sempre que possível, e em conjunto com a participação do acidente, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização da infraestrutura e/ou instalação municipal. A prova em referência, e sempre que seja possível de efetuar, deverá ser realizada através da indicação de eventuais testemunhas, de declaração da entidade que prestou os primeiros socorros no local de sinistro ou de outra prova que se considere suficiente e adequada. O Segurador procederá à emissão de termos de responsabilidade, na sequência de acidentes cobertos pela apólice, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem na sequência de acidentes cobertos pela apólice, entendendo-se por tratamentos que o justifiquem, aquele cujo preço previsto, à data do início do tratamento, ultrapasse os 350,00 euros. Esta apólice aplica-se aos menores de 14 anos, todas as coberturas e capitais contratados, de acordo com o n.º 3 e 4 do artigo n.º 14 do decreto-lei 72/2008 de 16 de abril – Seguros Proibidos<sup>80</sup>. Para a anuidade de 2017, os concorrentes devem declarar nas suas propostas que se comprometem a efetuar as atualizações que se revelem necessárias aos capitais seguros, em conformidade com o previsto no art.º 18 do decreto-lei 10/2009 de 12 de janeiro<sup>81</sup>, sem alteração do valor do prémio fornecido para os capitais que agora constam deste seguro (ver tabelas seguintes);

---

<sup>80</sup> Não é proibida a cobertura do risco de morte por acidente, de crianças com idade inferior a 14 anos, desde que contratada por instituições escolares, desportivas ou de natureza análoga e que dela não sejam beneficiárias.

<sup>81</sup> As coberturas mínimas obrigatórias dos seguros são automaticamente atualizadas em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor, verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Tabela 18 – Recintos desportivos, tipificação e média de utilizadores/dia

<b>Unidade desportiva</b>	<b>Capacidade instantânea do espaço exclusivamente reservado à prática desportiva</b>	<b>Modalidades praticadas</b>	<b>N.º médio de utilizadores/dia (*)</b>
Pavilhão polidesportivo Aníbal Nascimento	42x22 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	30
Polidesportivo Anissó	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Caniçada	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Cantelães	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Cova	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Eira Vedra	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Tabuaças	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Polidesportivo Rossas	25x16 mt	futebol salão, basquetebol, voleibol	5
Campo futebol Ruivães	90x45 mt	futebol	5
Piscina municipal interior	40x20 mt	natação	40
Piscina municipal exterior	30x15 mt	natação	10
Campo ténis	20x5 mt	ténis	5
Estádio municipal	90x45 mt	futebol	10
Teleski Ermal	—	ski aquático	5

Tabela 19 – Parques infantis, tipificação e média de utilizadores/dia

<b>Parques infantis</b>	<b>Capacidade instantânea do espaço exclusivamente reservado à prática desportiva</b>	<b>N.º médio de utilizadores/dia (*)</b>
Parque infantil instalado na Praça Professor Brás da Mota	30x30 mt	30
Parque infantil instalado na Avenida João da Torre	10x10 mt	20
Parque infantil instalado na Praça do Bombeiro Voluntário	10x10 mt	20

(\*) - considera-se que pode haver utilizadores todos os dias do ano, no entanto é impossível responder com precisão, ao número de dias que cada modalidade vai ser praticada nos recintos desportivos e nos parques infantis. Pode-se, no entanto, afirmar que o Pavilhão Municipal Aníbal Nascimento, o Estádio Municipal, as Piscinas Municipais e os Parques Infantis são as infraestruturas que podem ser utilizadas diariamente, enquanto que as restantes serão utilizadas ocasionalmente, numa ordem de uma a duas vezes por semana.

**Seguro de Frota Automóvel**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *segurado* (o tomador do seguro); (iii) *objeto do seguro* (Todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel, incluindo os que se encontrem em regime de “aluguer operacional de viaturas”, “leasing”, “renting” ou outros regimes semelhantes; (iv) *coberturas, capitais seguros e franquias* (Responsabilidade civil. Danos próprios relativos a choque, colisão e capotamento, furto ou roubo, incêndio, raio e/ou explosão, riscos políticos ou sociais, atos de vandalismo, fenómenos da natureza e quebra isolada de vidros. Coberturas complementares relativo a veículo de substituição por acidente ou avaria até 30 dias, quebra de vidros quando não contratada a cobertura de danos próprios, assistência em viagem 0 (zero) km, proteção jurídica, acidentes pessoais para a totalidade dos ocupantes, morte ou invalidez permanente até (...) euros, despesas de tratamento até (...) euros e despesas de funeral até (...) euros, conforme tabela seguinte;

Tabela 20 – Síntese do seguro de Frota Automóvel

COBERTURAS INCLUIDAS								
GRUPO	NUMERO DE VEÍCULOS	RCO	AVB	PO/MIP	ITA/IH	DF	DT	DIV
Camións	8	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Cilindros	1	✓		✓	✓	✓	✓	
Mercadorias	31	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Passageiros	8	✓	✓	✓	✓	✓	✓	(*)
Máquinas Industriais	7	✓		✓	✓	✓	✓	
Máquinas Agrícolas	1	✓		✓	✓	✓	✓	
Reboques	4	✓		✓	✓	✓	✓	

(\*) 4 (quatro) destas viaturas destinam-se a transporte escolar (art.º 8 do decreto-lei 13/2006)

**Legenda:** RCO-responsabilidade civil obrigatória; AVB-assistência viagem base; PO/MIP- proteção ocupantes/morte ou invalidez permanente; ITA/IH- incapacidade temporária absoluta/internamento hospitalar; DF-despesas funeral; DT- despesas tratamento; DIV- diversas

**Notas:**

1. A cobertura de acidentes pessoais, aplica-se a toda a frota em conformidade com o caderno de encargos
2. Sobre os capitais foi assumido o princípio da confidencialidade

(v) *franquias* (Danos próprios, exceto furto/roubo e quebra isolada de vidros, 2% do valor seguro. Veículo de substituição, considera-se como franquias apenas o dia do acidente ou avaria; (vi) *Fracionamento* (trimestral ou semestral sem cargas de fracionamento; (vii) *condições especiais aplicáveis ao seguro* (o Segurador deverá emitir uma apólice única de frota, sem agravamento nem



descontos, por sinistro ou antiguidade. O Segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios, funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto pelo município e pelas empresas municipais. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou renovação. Processamento semestral das alterações verificadas na apólice. Cada reboque deverá ter um seguro próprio de responsabilidade civil, ficando assim derogada a exclusão de serviço de reboque, para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque. Para as viaturas que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados, ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura, inclua o valor de tais extras e o valor do todo, assim veículo e extras corresponde à regra do Valor Seguro, definida nas Condições Gerais. Para a cobertura de Veículo de Substituição, o Segurador compromete-se a estabelecer acordo com um “rent-a-car” sediado no concelho, através do qual, município e as suas empresas municipais, ficam isentos da prestação de qualquer tipo de caução, no momento do aluguer automóvel, ao abrigo da cobertura do seguro em causa e desde que tal aluguer seja efetuado por indicação do Segurador. Esta isenção de apresentação/prestação de caução tem como único objetivo, ultrapassar dificuldades administrativas que os Municípios enfrentam com este tipo de obrigações, não existindo qualquer tipo de desresponsabilização dos mesmos para com a “rent-a-car”, por qualquer incumprimento ao abrigo do contrato de aluguer. As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre; (viii) *outras condições aplicáveis ao seguro* (os capitais a segurar em sede de danos próprios que constam da lista em anexo, serão revistos na data da colocação do seguro, por forma a adequar os mesmos ao valor venal das viaturas à data de início do risco;

**Seguro Marítimo – Embarcações de Recreio**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *segurados* (tomador do seguro); (iii) objeto seguro (embarcação de recreio a motor, utilizada para passeios turísticos na barragem de Caniçada, incluindo tripulação e pessoal operacional; *legislação aplicável* (decreto-lei 124/2004<sup>82</sup> de 25 de maio, portarias

---

<sup>82</sup> Regulamento da náutica de recreio

689/2001<sup>83</sup> de 10 de junho e 1491/2002<sup>84</sup> de 5 de dezembro); (iv) *coberturas, capitais seguros e franquias* (responsabilidade civil e danos à embarcação, inclui furto ou roubo, incêndio raio e/ou explosão, atos de vandalismo, fenómenos da natureza, quebra isolada vidros, assistência em viagem 0 km, proteção jurídica, acidentes pessoais para todos os ocupantes, morte ou invalidez permanente até (...) euros, despesas de tratamento até (...) euros e despesas de funeral até (...) euros, conforme tabela seguinte;

Tabela 21 – Embarcação de recreio, características e coberturas

Marca	Nome	N.º série	Modelo	Propulsão	Ano	Potência	Lotação	Comprimento	Boca	Portal	Coberturas		
											Responsabilidade Civil	Casco Pertences e Motor	Quebra Isolada Vidros
<b>Volvo</b>	O Brancelhe	2204147.598	TAMD 41 A	Motor fixo	1994	102,94kw	47 lugares	12,50 metros	3,90 metros	1,31 metros	.....	.....	.....

**Nota:** sobre os capitais foi assumido o princípio da confidencialidade

(v) *franquias* (em caso de sinistro indemnizável ao abrigo da cobertura de danos à embarcação e atos de vandalismo, será aplicada uma franquia no montante de 1% sobre o capital seguro para a embarcação, seus pertences e extras abrangidos pela apólice, no mínimo de 50,00 euros. Cobertura de fenómenos sísmicos, aplicável uma franquia por sinistro no montante de 5% sobre o capital seguro para a embarcação, seus pertences e extras abrangidos pela apólice; (vi) *fracionamento* (trimestral ou semestral sem cargas de fracionamento);

**Seguro de Responsabilidade Extracontratual Civil Autarcas**, o programa prevê como; (i) *tomador do seguro* (município de Vieira do Minho); (ii) *segurados* (o tomador do seguro e os legais representantes do tomador, seus dirigentes, funcionários e demais agentes dependentes do município, quando no exercício das suas funções. Pelo presente contrato pretende-se garantir, até aos limites

<sup>83</sup> Seguro obrigatório de responsabilidade civil

<sup>84</sup> Requisitos de segurança, classificação e vistorias das embarcações de recreio

fixados, o pagamento das indemnizações, e/ou coimas e multas impostas por autoridades competentes, ao abrigo de legislação em vigor, sejam exigíveis ao Segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros e resultante da atividade do Segurado); (iii) *atividade do segurado* (são consideradas atividades do Segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do município e órgãos municipais, de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro; (iv) *âmbito territorial* (Portugal); (v) *coberturas garantidas* (responsabilidade civil legal, indicado nas condições especiais; (vi) *capital seguro* (1.250.000,00 euros, por anuidade e por sinistro; (vi) *franquia* (em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado, uma franquia de 10% do valor da indemnização, no mínimo de 50.00 euros, a qual não é oponível a terceiros); (vii) *fracionamento* (trimestral ou semestral sem cargas de fracionamento); (viii) *outras condições aplicáveis ao seguro* (a franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o Segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o Segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Neste caso e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o Segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior); (ix) *condições especiais* (o contrato de seguro a que respeita a presente apólice vigora segundo as presentes Condições Especiais, as quais prevalecem sobre as Condições Gerais, ficando convencionado e aceite entre as partes que as Condições Gerais se consideram derrogadas e/ou ampliadas em tudo o que for contrário ou se harmonize com o disposto nos artigos que se seguem:

Âmbito de Cobertura: a) – Por estas condições especiais fica garantida pelo Segurador a responsabilidade civil extracontratual do Segurado, decorrente de atos de gestão pública e privada, que nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, mas não exclusivamente, em aplicação da lei 67/2007 de 21 de dezembro e dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil, sejam imputáveis no exercício da sua atividade; b) – Por estas condições especiais fica garantida pelo Segurador a responsabilidade civil legal do Segurado, de natureza patrimonial e não patrimonial, decorrente de atos de gestão pública e privada que nos termos da legislação em vigor, sejam

imputáveis no exercício da sua atividade identificada nas Condições Particulares; c) – A título enunciativo mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros e/ou coimas e multas por autoridades competentes, resultantes das responsabilidades derivadas:

- do presidente, vereadores e demais autoridades municipais no exercício das suas funções;
- dos dirigentes, funcionários e demais agentes dependentes do Município no exercício das suas funções;
- da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do Segurado;
- dos atos, erros e omissões do Segurado;
- da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer sejam destinados a utilização pública ou privada;
- por danos corporais e materiais sofridos pelos agentes ou civis, requisitados pela Autarquia ou voluntários, quando ao serviço de interesses humanitários da comunidade;
- da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (consideram-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador);
- dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do Segurado;
- da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;
- de acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;
- da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de caráter social, cultural, musical, desportivo, recreativo e educacional;
- de operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos ou equipamentos inerentes à atividade do Segurado;
- pela queda de equipamentos e/ou materiais instalados em viaturas de serviço do Segurado que não sejam abrangidos pelo seguro obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel;
- da deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento

e superfícies de impacte, conforme artigo n. °31, do anexo ao decreto-lei 379/97<sup>85</sup> de 27 de dezembro, republicado pelo decreto-lei 119/2009<sup>86</sup> de 19 de maio. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 350.000,00 euros, por sinistro e anuidade;

- danos decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;
- resultantes da atividade de derrube e corte de árvores, através de administração direta;
- de máquinas e guas em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob sua direção efetiva;
- da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- de queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parómetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ele explorado;
- da propriedade de animais;
- do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo de artifício e foguetes;
- de incêndio e/ou explosão;
- por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 euros, por sinistro e anuidade;
- de danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- da qualidade de entidade empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias,

---

<sup>85</sup> A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio, terá de celebrar obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil, por danos corporais causados aos utilizadores, em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte.

<sup>86</sup> O valor mínimo obrigatório do seguro referido no número anterior é fixado em €350 000 e é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços ao consumidor, verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado, aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos patrimoniais decorrentes de lesões corporais, sofridas em consequência de acidentes que nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho, excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 euros por sinistro e anuidade;

- em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao Segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo Segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto, que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;
- da responsabilidade civil legal, subsidiária e/ou solidária decorrente de danos;
- causada por empresas contratadas e subcontratadas para execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do Segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;
- de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto, conforme artigo n.º 31, do anexo ao decreto-lei 379/97 de 27 de dezembro, republicado pelo decreto-lei 119/2009 de 19 de maio. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 350.000,00 euros, por sinistro e anuidade;
- da utilização e funcionamento do conjunto de serviços camarários, tais como; feiras e mercados, cantinas, colónias de férias, jardins de infância e escolas primárias, lares de 3ª idade, parques infantis, conservação de parques, jardins e espaços públicos;
- da utilização de animais pertença da Autarquia, desde que acompanhados do devido guardador;
- da utilização e montagem de bancadas móveis com caráter temporário por iniciativa da Autarquia;

Exclusões: os sinistros ocorridos são assumidos com as exclusões abaixo mencionadas, exceto quando for provado pelo tribunal do foro competente, através de sentença transitado em

julgado, que o sinistro foi causado por dolo do Segurado:

- a) decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes estejam civilmente responsáveis;
- b) causados pelo Tomador do Seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência esteja devidamente comprovado, por decisão judicial transitada em julgado;
- c) decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos, que nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- d) decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- e) decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- f) decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- g) causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do Seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre Acidentes de Trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil da entidade empregadora do Segurado;
- h) uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo de artifício e foguetes;
- i) ação de campos magnéticos;
- j) danos originados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- k) os danos resultantes de asbestos, vulgo “amianto”, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- l) os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, confiscação, requisição e destruição causada

- por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e *lockout*, vulgo “greve das entidades patronais”;
- m) derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial, da atividade exercida pelo Segurado;
- n) sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos;
- o) os danos causados à biodiversidade, entendida esta como *habitats* e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da diretiva n.º 92/43/CEE ou *habitats* e espécies não abrangidas por aquelas diretivas, mas em relação aos quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação, nos termos do direito nacional, relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos;
- § *único* – a exclusão constante nas alíneas a) e g) não será aplicável quando, por força da lei, os danos a que se referem não forem excecionáveis, nomeadamente tratando-se de seguros obrigatórios.

Cumpridos e validados pelo órgão respetivo estes requisitos, estão reunidas as condições de avançar para a fase pré-contratual.

A **fase pré-contratual**, é o momento da submissão das peças do concurso na plataforma eletrónica. O técnico autorizado e credenciado, na posse das peças processuais da fase preliminar, acede à plataforma eletrónica e introduz os elementos suscitados na janela da plataforma e nos seguintes separadores:

Dados Gerais, são introduzidos e/ou selecionados;

- referência; (*Proc\_71/2016*)
- designação/descrição; (*Fornecimento e Implementação de Seguros para o município de Vieira do Minho V2 – ano de 2017*)
- setor de atividade; (*público*)
- procedimento/regime; (*ajuste direto, geral*)



- classificação CPV<sup>87</sup>, vocabulário principal; *(66510000-8 – serviços de seguros)*
- objeto do contrato; (tipo de contrato – *serviços*; tipo de objeto – *06-serviços financeiros de serviços de seguros, serviços bancários e de serviços de investimento*; fundamentação do tipo de contrato – *artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do CCP*; duração do contrato – *365 dias*),
- legislação aplicável; *(código dos contratos públicos)*
- local de execução do contrato; *(mesma morada da unidade operacional, o município de Vieira do Minho)*
- cabimento; *(valor exato 51.000,00 euros)*
- júri de seleção; *(presidente e dois vogais, previamente registados no portal eletrónico).*

Configurações, são introduzidos e/ou selecionados as datas e prazos;

- data publicação do procedimento/decisão de contratar; *(22-12-2016 12:00:00 UTC)*<sup>88</sup>
- data limite de receção de candidaturas/propostas; *(27-12-2016 18:00:00 UTC)*
- data de abertura de candidaturas/propostas; *(28-12-2016 09:00:00 UTC)*
- data limite para receção de esclarecimentos; *(23-12-2016 10:00:00 UTC)*
- data limite para apresentação de erros e omissões; *(27-12-2016 10:00:00 UTC)*
- prazo de validade das candidaturas/propostas; *(66 dias)*

Limitação de preços, é introduzido o preço base;

Questionário, são introduzidas as especificações dos serviços;

- preço total dos seguros e implementação pelo valor de 51.000,00 euros e discriminação por apólice a contratar, presente na tabela seguinte e a completar pelos concorrentes.

---

<sup>87</sup> Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, do inglês *Common Procurement Vocabulary*. O vocabulário principal assenta numa estrutura de códigos em árvore, até nove algarismos, aos quais corresponde uma designação que descreve os fornecimentos, as obras ou os serviços objeto do contrato.

<sup>88</sup> Do inglês, *Universal Time Coordinated*

Tabela 22 – Discriminação das Apólices

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qt.</b>	<b>UN</b>	<b>Preço</b>
<b>1</b>	Seguro de acidentes trabalho – prémio variável – Lei 503/99	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro de grupo acidentes pessoais autarcas – Lei 29/87 (c/ redação da Lei 52-A/2005 de 10/10)	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro de grupo acidentes pessoais bombeiros – Decreto Lei 241/2007, alterada por Portaria 1163/07 de 6/10	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro de grupo acidentes pessoais utentes de infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais municipais abertas ao público	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro frota automóvel	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro de embarcação de recreio	1,00	Un	(*)
<b>1</b>	Seguro de responsabilidade extracontratual civil autarcas	1,00	Un	(*)

(\*) preços por apólice a preencher pelos concorrentes

Peças do procedimento, são introduzidos características e montantes dos bens a segurar;

- em forma de anexo (está reproduzido em síntese nas tabelas 20 e 21, referentes à frota automóvel e embarcação);
- bombeiros voluntários – quadro dos órgãos sociais, quadro de ativos/comando e estagiários, quadro de honra e quadro de reserva;
- embarcação;
- frota automóvel;
- proc.71/2016 convite;
- proc.71/2016 caderno de encargos.

Documentos da habilitação/proposta, lista de documentos administrativos solicitados aos concorrentes;

- na habilitação; declaração de habilitação conforme alínea a)<sup>89</sup> do n.º 1, art.º 81 do CCP
- na habilitação; certidão da direção geral dos impostos ou cópia autenticada da situação tributária relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português

<sup>89</sup> Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente Código e do qual faz parte integrante

- na habilitação; certidão ou fotocópia autenticada da situação contributiva para com a segurança social, se encontra regularizada
- na habilitação; registo criminal do(s) representante(s) da empresa, conforme alíneas b)<sup>90</sup> e i)<sup>91</sup> do art.º 55 do CCP
- na proposta; anexo I, declaração a que se refere a alínea a)<sup>92</sup> do art.º 57 do CCP

Fornecedores, lista de fornecedores a quem foi dirigido convite direto<sup>93</sup>;

- Jorge Ernesto Magalhães Mota da Silva
- Alfredo José Rodrigues Lopes
- António José Fernandes Gonçalves
- DESISEG - Mediação De Seguros Lda.
- Hora Segura Mediação Seguros Lda.
- José Abreu Dias
- José Augusto Baptista Oliveira Pereira
- Maria Margarida Leão Vieira da Silva
- Açoreana Seguros, S.A

Decorridos os prazos de entrega das propostas e solicitação de esclarecimentos, procedeu-se à análise das mesmas, constatando-se que só 1 (um) dos concorrentes apresentou proposta, a entidade Açoreana Seguros SA<sup>94</sup>, cumprindo o primeiro requisito, o critério do preço. Sem que houvesse qualquer pedido de esclarecimento e tendo o proponente apresentando o valor igual ao preço base do contrato, torna-se em Proposta Única e descreve-se por apólice na tabela seguinte.

---

<sup>90</sup> Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação. No caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções.

<sup>91</sup> Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação.

<sup>92</sup> Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente Código, do qual faz parte integrante

<sup>93</sup> Disponível em <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=2873632>, acedido em 2017-02-25

<sup>94</sup> Disponível em: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=2873632>, acedido em 25-02-2017

Tabela 23 – Descrição da proposta financeira de Açoreana Seguros SA

Ordem	Descrição	Qt.	Valor Anual <sup>95</sup>
1	Seguro de acidentes trabalho – prémio variável – Lei 503/99	1	20.780,56€
2	Seguro de grupo acidentes pessoais autarcas – Lei 29/87 (c/ redação da Lei 52-A/2005 de 10/10)	1	922,33€
3	Seguro de grupo acidentes pessoais bombeiros – Decreto Lei 241/2007, alterada por Portaria 1163/07 de 6/10	1	5.519,45€
4	Seguro de grupo acidentes pessoais utentes de infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais municipais abertas ao público	1	3.440,13€
5	Seguro frota automóvel (diversas viaturas)	1	14.220,00€
6	Seguro de embarcação de recreio (barco Brancelhe)	1	910,53€
7	Seguro de responsabilidade extracontratual civil autarcas	1	5.007,00€
			<b>TOTAL S/IVA 51.000,00€</b>

Seguiu-se a avaliação integral da proposta pelos serviços, representado pelo assistente técnico Sr. José Antunes.

Verificando-se que a mesma apresenta de forma esclarecedora, de acordo com o solicitado no caderno de encargos, entende-se a não necessidade de pedir esclarecimentos adicionais à proposta. Em cumprimento do disposto no art.º 94 do CCP, o contrato deverá ser reduzido a escrito, competindo ao Senhor Vereador Dr. António Afonso Ribeiro Barroso, por delegação de competências, a aprovação da minuta do contrato, competindo-lhe também a representação da entidade adjudicante, na outorga do contrato. Tendo o procedimento decorrido em observância da disciplina legal vertida no CCP, bem como nas disposições orçamentais vigentes, **propõe-se:**

Ao abrigo dos artigos 73º e 125º do CCP, a adjudicação do fornecimento e implementação de seguros para o Município de Vieira do Minho V2 – ano de 2017, ao concorrente Açoreana Seguros SA, e ainda, após efetuada a adjudicação e autorizada a respetiva despesa, estes serviços procedam à publicitação da ficha de adjudicação no portal de Contratação, em conformidade com o disposto no art.º 127 do CCP. Desta forma cumpre-se o projeto de decisão.

<sup>95</sup> Disponível em <http://www.base.gov.pt/base2/rest/documentos/239769>, acedido em 02-03-2017

A **fase do contrato**, é a interação com o candidato vencedor, efetuada em primeira instância através da comunicação da adjudicação<sup>96</sup> (anexo 6 e anexo 7), onde consta a menção ao despacho, emitido pelo representante do órgão responsável, que valida a adjudicação e respetivas condições;

- quadro demonstrativo (tabela 23) e valor total da proposta,
- prazo de vigência das apólices de 12 meses, contados a partir da data da respetiva emissão,
- a obrigação pelo Adjudicatário, após celebração do contrato, implementar a colocação das apólices de seguros contratado,
- e que a colocação dos seguros, constitui ónus do Adjudicatário, assegurar a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor,

seguida do envio da minuta do contrato para aceitação. Nesta mesma missiva é solicitado o envio dos documentos de habilitação, destinados à elaboração da minuta de contrato, de onde constam;

- a) elementos de identificação das pessoas que outorgam no contrato (nome, estado, freguesia e município de naturalidade, residência, número, data e arquivo do respetivo documento de identificação),
- b) documento comprovativo dos poderes para representar a pessoa coletiva,
- c) certidão de registo de pessoa coletiva na conservatória de registo Comercial respetivo, donde conste o nome dos sócios que obrigam a Sociedade e o respetivo Capital Social,
- d) fotocópia do cartão de pessoa coletiva ou equiparada ou número fiscal de contribuinte,
- e) certidão do centro regional da Segurança Social comprovativa do interessado ter a situação contributiva regularizada,
- f) certidão da direção de Finanças comprovativa da situação tributária regularizada,
- g) cópia de certidão do registo criminal da empresa ou da(s) pessoa(s) com poderes de outorga,
- h) declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro (anexo 8).

Recebidos os documentos de habilitação e verificada a sua conformidade é elaborada a respetiva

---

<sup>96</sup> Disponível em: <http://www.base.gov.pt/base2/rest/documentos/239768>, acedido em 02-03-2017

minuta do contrato, em duplicado, com o respetivo clausulado e menção ao arquivamento das peças procedimentais e documentação em referência, sendo enviado ao Adjudicatário para assinatura e autenticação por carimbo, e posterior devolução de uma das vias, para posterior arquivo do adjudicante.

O processo encerra com a publicitação no portal BASE<sup>97</sup> (anexo 10), em conformidade com o art.º 127<sup>98</sup> do CCP.

### 3.3.3.2 O modelo de Concurso Público, aplicação prática

**Nota:** será apresentado de forma reduzida, salientando os aspetos específicos e diferenciadores do modelo de procedimento do ajuste direto.

A **fase preliminar**, antecedendo o procedimento pré-contratual presente no fluxograma (anexo 11), inicia, com origem no ano económico de 2016, com uma “Proposta para Aquisição de Bens/Serviços”, em resultado de uma necessidade emanada dos “Serviços de Armazém, Transportes e Parque De Máquinas”, dirigida à consideração superior e com o seguinte teor:

**Nota:** com exceção da Proposta de Aquisição e Pressupostos, todos os valores monetários a seguir mencionados excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Tornando-se necessário promover a aquisição dos bens/serviços abaixo indicados e que se destinam a: FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES – ANO DE 2017 e considerando o preço médio por litro dos combustíveis, disponível em; <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/> , com o litro de gasóleo simples a ser cotado no dia 04-12-2016 a 0,94959€, propõe-se, no âmbito da alínea

---

<sup>97</sup> Disponível em: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=2873632>, acedido em 02-03-2016

<sup>98</sup> 1 - A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos através de uma ficha, conforme modelo constante do anexo III do presente Código e do qual faz parte integrante.

2 - A publicitação da celebração de contratos na sequência de ajuste direto, de valor igual ou superior a €5.000,00 deve conter a fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste direto, em especial, sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da Administração Pública.

3 - A publicitação referida nos números anteriores é condição do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

g)<sup>99</sup> do n.º 1 do artigo n.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e da alínea a)<sup>100</sup> do n.º 1 do artigo n.º 18 do Dec. Lei 197/99 de 08 de junho, que seja dada a correspondente autorização para realização da despesa.

<b>BENS/SERVIÇOS A ADQUIRIR</b>					
<b>B/S</b>	Quantidade	Un	Descrição	Preço Un	TOTAL
<b>B</b>	120.000	Litro	Gasóleo Simples	0,94959 €	113.951,22 €
Subtotal					113.951,22 €
Taxa IVA 23%					26.208,78 €
<b>Total com IVA</b>					<b>140.160,00 €</b>

OBSERVAÇÕES: Bens/Serviços a adquirir e,

- Cabimentar a despesa, tendo por objetivo a abertura de procedimento de concurso público<sup>101</sup>
- Considerando que a despesa irá ter lugar integralmente em 2017, dever-se-á proceder ao cabimento em janeiro de 2017
- Data do pedido: 14-12-2017

Submetido à consideração superior, é autorizada e autenticada na mesma data pelo Presidente do executivo, dando-se sequência à **fase pré-contratual**.

Sendo o procedimento adotado em função do preço, determina o uso do modelo de Concurso Público, que incluirá a seleção do tipo de regime (geral), e dos pressupostos<sup>102</sup> (bens ou serviços de valor inferior a 206.000 euros), procedendo-se à conclusão da primeira peça processual da aquisição, pelos serviços do município, o Processo de Concurso Público, seguindo-se o seu anúncio através da publicitação obrigatória no prazo<sup>103</sup> legal em Diário da República (anexo 12 e anexo 13). É este o meio pelo qual os potenciais interessados, tomam conhecimento do artigo objeto de aquisição e respetivas regras, nomeadamente a acessibilidade às peças do concurso e à forma de apresentação das propostas.

O Processo de Concurso Público é dividido em duas partes. A primeira, de ordem geral,

<sup>99</sup> Competências do presidente da câmara municipal, autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação da câmara municipal (...).

<sup>100</sup> Revogado pelo Dec. Lei 18/2008 de 29 janeiro, (...) as remissões para as disposições legais e para os atos legislativos revogados nos termos do disposto no artigo anterior consideram-se feitas para as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos.

<sup>101</sup> O concurso público (regime geral), é um procedimento seletivo, através do qual, em condições de igualdade e oportunidade dos concorrentes, a entidade adjudicante seleciona o mais adequado, de acordo com critérios objetivos

<sup>102</sup> Pressupostos: Bens ou Serviços, se Estado <€133.000, se outros <€206.000, se Critérios Materiais = qualquer preço.

<sup>103</sup> Conforme os n.ºs 1 e 2 do artigo n.º3 do CCP

contendo as secções relativas a disposições gerais, principalmente, a proposta, a adjudicação, a celebração do contrato, as declarações e documentos e as cauções (no caso não se aplica). A segunda, o caderno de encargos, contendo as cláusulas jurídicas e as cláusulas técnicas.

MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO

PROC\_62/2016

DE:

**PROGRAMA DE CONCURSO**

CONCURSO PÚBLICO – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES PARA O PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO – ANO DE 2017

PREÇO BASE  
(artigo 47º do CCP)

VALOR MÁXIMO: 113.951,22€

(cento e treze mil novecentos e cinquenta e um euros e vinte e dois cêntimos)

- 1º. Objeto do concurso – refere o bem (fornecimento de gasóleo simples), a adquirir e a categoria do CPV<sup>104</sup> (09134100);
- 2º. Entidade adjudicante – inclui a identificação e atividade económica do adjudicante, o órgão responsável pela decisão de contratar e a justificação do procedimento (a incapacidade para a produção do bem colocado a concurso);
- 3º. Concorrentes – determina as limitações relacionadas com art.º 5 do CCP e requisitos legais para o exercício de comércio em postos de abastecimento e/ou distribuidores de combustíveis licenciados;
- 4º. Critérios de adjudicação – no caso, o único critério é o do mais baixo preço e resultante do desconto proposto, ao valor médio por litro, constante da Direção Geral de Energia e Geologia, á data de 04-12-2016 e válido durante a vigência do contrato;

---

<sup>104</sup> Vocabulário comum para contratos públicos de produtos petrolíferos, nomeadamente (09134100), os combustíveis.



- 5º. Condições de pagamento – estabelece que o prazo deverá ser o do concorrente vencedor do concurso, condicionado a um mínimo de 30 dias da data de entrega da fatura;
- 6º. Pedidos de esclarecimento – a serem solicitados ao júri do concurso, através da plataforma VORTALgov, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas;
- 7º. Consulta do processo – elenca as instruções de acesso à plataforma, informação sobre a obrigatoriedade do(s) interessado(s) deterem um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada, a informação e instruções quer para consulta quer para *download* dos diversos elementos do processo;
- 8º. Proposta eletrónica – local onde os interessados, apresentam a proposta e submetem os demais documentos requeridos, através de *upload*, tendo presente a data e hora limite da submissão prevista, no caso (até às 18.00 horas do sexto dia contado a partir da publicação do anúncio no Diário da República), tomam conhecimento da data de abertura das propostas, no caso (no dia útil imediatamente a seguir à data limite de apresentação e disponibilizada na referida plataforma), aceitando os termos e condições de submissão da proposta. Termina com a assinatura eletrónica qualificada (garantia da vontade de contratar) e aposição dos respetivos selos temporais (instrumento de validação cronológica). Inclui ainda as instruções de utilização e campos a serem preenchidos;
- 9º. Proposta – refere as regras e elementos a indicar pelos concorrentes em que estes manifestam a vontade de contratar e as condições em que se dispõe a fazê-lo. A proposta, elaborada de acordo com o **anexo A** (proposta financeira), incluirá, o preço unitário e total (considerando a estimativa prevista), o prazo de execução, nota justificativa do preço proposto (se preço for anormalmente baixo)<sup>105</sup>, prazo de manutenção da proposta (limitada a um mínimo de 66 dias contados a partir da abertura), a forma de apresentação do preço (algarismos e extenso, com prevalência para o extenso no caso de divergência) e impostos (a menção expressa que ao preço total acresce o IVA à taxa em vigor);
- 10º. Documentos que acompanham a proposta – o **anexo A** (preenchido, assinado digitalmente, por concorrente ou representante legal e com indicação do valor da proposta

---

<sup>105</sup> Conforme alínea b) do n.º 1 art.º 71 do CCP, (...) quando o preço base for fixado no caderno de encargos.

assim como restantes condições), o **anexo B** (modelo de declaração, da aceitação do caderno de encargos), cópia de licença para o exercício da atividade e outros documentos julgados indispensáveis pelos concorrentes que contenham atributos da proposta;

- 11°. Preço base – fórmula de cálculo do valor base do concurso (estimativa; 120.000 litros x 0,94959€ = 113.951,22€);
- 12°. Preço anormalmente baixo<sup>106</sup> – definido em conformidade com a alínea b) do n.º 1 art.º 71 do CCP;
- 13°. Propostas com variantes e propostas alternativas – não são admitidas com variantes ou alterações de cláusulas do caderno de encargos;
- 14°. Análise das propostas – analisadas em todos os atributos, representados pelos fatores que condensam o critério de adjudicação;
- 15°. Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas – o júri procede à publicitação na plataforma eletrónica (no dia imediato ao termo do prazo fixado), sendo atribuído aos concorrentes *login e password*, destinadas à consulta de todas as propostas apresentadas, e o prazo e condições para reclamação de potenciais interessados que não tenham sido incluídos na lista;
- 16°. Relatório preliminar – este relatório propõe, a ordenação das propostas, as exclusões contidas no CCP, vertidas no n.º 2 do artigo 146 do Dec. Lei 18/2008 de 29 de janeiro e os esclarecimentos prestados pelos concorrentes;
- 17°. Audiência prévia – elaborado o relatório preliminar, o júri atua de acordo com o previsto no CCP, o n.º 1 do art.º 123 do Dec. Lei 18/2008<sup>107</sup> de 29 janeiro;
- 18°. Relatório final – cumprida a formalidade anterior, o júri, elabora o relatório final fundamentado (ponderação das observações dos concorrentes, mantendo ou alterando o teor e/ou conclusões do relatório preliminar, podendo nesta fase propor a exclusão de qualquer proposta, se verificar a ocorrência de qualquer motivo previsto no mesmo. A verificar-se, resultando na alteração à ordenação das propostas constantes no relatório preliminar, o júri

---

<sup>106</sup> Considera-se anormalmente baixo, quando seja 50 % ou mais, inferior ao preço.

<sup>107</sup> (...) o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

procederá a nova audiência prévia e subsequente alteração), o relatório revisto e atualizado, juntamente com toda a documentação que compõe o processo, é remetida ao órgão competente para a decisão a contratar (com poder para decidir sobre aprovação de todas as propostas, nomeadamente para efeitos de adjudicação, seleção ou para fase de negociação, no caso da sua adoção);

- 19º. Exclusão de propostas – discriminação das condições de exclusão nomeadamente, a ausência da assinatura eletrónica, a falta ou observação de elementos relacionados com o contrato (desde que essa falta seja considerada essencial), apresentação de variantes, alterações nas cláusulas do caderno de encargos, impossibilidade de avaliação pela forma de apresentação dos respetivos atributos, preço contratual superior ou anormalmente baixo, em relação ao preço base (sem justificação pertinente ou considerado), a implicação do contrato a celebrar envolva a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentos aplicáveis, a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência (a exclusão por existência da impossibilidade de avaliação pela forma de apresentação dos respetivos atributos e preço anormalmente baixo, são objeto de comunicação à Autoridade da Concorrência ou à Comissão Europeia, no caso do anúncio ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia<sup>108</sup>);
- 20º. Esclarecimentos sobre a proposta – a obrigação a prestar por cada concorrente, sobre a proposta e documentação, dos esclarecimentos que o júri considere necessários (fazendo esta parte integrante da mesma e devendo ser disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser de imediato notificados desse facto);
- 21º. Escolha do Adjudicatário – a entidade competente para autorizar a despesa, depois de cumpridas todas as formalidades legais e com base no relatório final, escolhe o Adjudicatário;
- 22º. Notificação da escolha do Adjudicatário – é processada em simultâneo, a todos os concorrentes;
- 23º. Anulação da adjudicação – considera-se sem efeito, por facto que seja imputável ao

---

<sup>108</sup> Conforme diretiva 2004/17/CE, alterada pelo regulamento UE 1251/2011 de 30 novembro e de publicação obrigatória para valor base superior a 5 (cinco) milhões de euros

Adjudicatário, em caso da não entrega da documentação imprescindível à celebração do contrato, a falta de caução (se for exigível) ou a não comparência no dia, hora e local fixados para outorga do contrato. Nestes casos a entidade adjudicante, pode decidir pela adjudicação a outro concorrente tendo em conta a sua ordenação;

- 24°. Causas de não adjudicação – quando as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pelo órgão competente para autorizar a despesa (no caso, serão notificados os concorrentes da decisão, dos respetivos fundamentos e das medidas a adotar);
- 25°. Aceitação da minuta de contrato – a minuta será enviada pelo adjudicante ao Adjudicatário (considera-se aceite, se houver aceitação expressa ou não reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação), acompanhada de intimação para comprovar a prestação da caução (se for exigível), no prazo de 6 (seis) dias;
- 26°. Reclamações contra as minutas – são admitidas, quando nelas constem obrigações, não contidas na proposta ou documentos que servem de base ao concurso (no caso de reclamação, o emitente da minuta, comunica ao Adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido, ou na falta desta, considera-se tacitamente deferida. Considera-se ainda, que neste intervalo temporal o prazo para entrega da caução se interrompe);
- 27°. Outorga do contrato – a outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da prova da caução, se for aplicável, sem prejuízo da entidade Adjudicante comunicar ao Adjudicatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, da data, hora e local em que será celebrado o contrato;
- 28°. Prova de declarações – o Adjudicante pode a qualquer momento exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes procedendo em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do art.º 85<sup>109</sup> do Dec. Lei 18/2008 de 29 de janeiro. No prazo fixado (passível de prorrogação por motivo justificado), da notificação de escolha do Adjudicatário, deve este, entregar documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1, do art.º 81 do Dec. Lei 18/2008

---

<sup>109</sup> 1- O órgão competente para a decisão de contratar, notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa mesma apresentação.

2- Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

de 29 de janeiro, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas entidades competentes (prova de integridade e idoneidade, de quem representa o Adjudicatário, podendo ser, quando solicitado, suficiente o registo criminal ou documento equivalente, emitido pelas autoridades judiciais ou administrativas competentes). A não apresentação dos documentos pelo concorrente ou Adjudicatário, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou anulação da adjudicação, conforme o caso, a impossibilidade de concorrer a procedimentos pelo período de 2 (dois anos);

29°. Falsidade de documentos e de declarações – a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações (sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal), determina conforme o caso, a exclusão ou invalidade da adjudicação e atos subsequentes;

30°. Cauções – não aplicável (neste procedimento em particular);

31°. Anulação do procedimento – o direito implícito, por circunstância imprevisível que obrigue a abertura de novo concurso, no prazo de 6 (seis) meses contados da data do despacho de anulação ou interesse público fundamentados, de a entidade responsável pela autorização da despesa poder anular o concurso e as garantias previstas para os concorrentes ao procedimento, daí resultantes;

32°. Legislação aplicável – inclui, a salvaguarda para erros ou omissões deste Programa, aplicando-se o disposto no CCP;

MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO

PROC\_62/2016

DE:

**CADERNO DE ENCARGOS**

CONCURSO PÚBLICO - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES PARA O PARQUE  
DE MÁQUINAS E VIATURAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO – ANO DE 2017

PREÇO BASE  
(artigo 47º do CCP)

VALOR MÁXIMO: 113.951,22€

(cento e treze mil novecentos e cinquenta e um euros e vinte e dois cêntimos)

**Parte I: Cláusulas Jurídicas**

- 1º. Objeto – o fornecimento contínuo de gasóleo simples, durante o exercício económico de 2017;
- 2º. Prazo de adjudicação – o contrato vigorará até à conclusão dos fornecimentos, em conformidade com respetivos termos, condições e o normativo legal, sem prejuízo das obrigações acessórias, que devem perdurar para além da cessação do contrato;
- 3º. Contrato – a ser celebrado por escrito integrando os seguintes elementos; (i) o(s) suprimento(s) dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar; (ii) os esclarecimentos e retificações relativos ao Caderno de Encargos; (iii) o presente Caderno de Encargos; (iv) a proposta adjudicada; (v) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, pelo Adjudicatário. Em caso de divergência nestes documentos em referência, a prevalência é determinada pela ordem identificada, se a divergência for com o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem estes em referência, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o art.º 99<sup>110</sup> do CCP<sup>111</sup> e, aceites pelo Adjudicatário, conforme art.º 101 do mesmo diploma;
- 4º. Obrigações principais do fornecedor – sem prejuízo de outras obrigações legais aplicáveis no Caderno de Encargos ou das cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor de serviços as seguintes e principais obrigações: (i) prestação dos serviços à entidade adquirente, em conformidade com as condições definidas neste Caderno de Encargos

---

<sup>110</sup> 1 - O órgão competente para a decisão de contratar, pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos, nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele, não submetidos à concorrência;

b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

<sup>111</sup> (...) os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

e demais documentos contratuais; (ii) comunicação antecipada à entidade adquirente, logo que deles tenham conhecimento dos factos, que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado; (iii) a não alteração das condições de prestação dos serviços, para além dos casos previstos neste Caderno de Encargos; (iv) a prestação, de forma correta e fidedigna, das informações referentes às condições em que os serviços são prestados e todos os esclarecimentos que se justifiquem;

- 5º. Preço contratual – pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato e demais obrigações constantes do caderno de encargos, o município de Vieira do Minho deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor. O preço em referência inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, que serão responsabilidade do Adjudicatário;
- 6º. Objeto do dever de sigilo – o fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não, comercial ou outra, relativa ao município de Vieira do Minho, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato. A informação e documentação coberta pelo sigilo, não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente, à execução do contrato. Exclui-se deste dever de sigilo a que comprovadamente for de domínio público, à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores e/ou outras entidades administrativas competentes;
- 7º. Prazo do dever de sigilo – este dever de sigilo mantém-se pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas;
- 8º. Condições de pagamento – as quantias devidas pelo município de Vieira do Minho, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas de acordo com o valor da proposta apresentada

pelo concorrente vencedor. No caso de discordância, no que concerne aos valores indicados na(s) fatura(s), deve este comunicar por escrito ao fornecedor, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e adequados ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e respetivo crédito.

9°. Penalidades – caso se verifique atraso no fornecimento do combustível, por razões imputáveis ao Adjudicatário, não resultantes de força maior, será aplicada uma penalização diária por atraso de 100,00 (cem) euros;

10°. Alterações ao contrato – qualquer intenção de alteração do contrato deverá se comunicada pela parte interessada à contraparte, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, à data da pretensão da alteração a ver introduzida. Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito, assinada pelas partes, a qual produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura;

11°. Força maior – não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem, materialmente, a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir casos de força maior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais, ou administrações injuntivas. Não constituem casos de força maior, designadamente (i) os que não constituam casos de força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham; (ii) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; (iii) determinações governamentais, administrativas, judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento do fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; (iv) manifestações populares devidas a incumprimento pelo fornecedor, de normas legais; (v) incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação



ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; (vi) avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, que não devam a sabotagem; (vii) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior, determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;

12º. Resolução por parte do contraente público – sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o município de Vieira do Minho, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. O direito de resolução referido, exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas;

13º. Execução da caução – não aplicável no caso;

14º. Documentação – o Adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação de adjudicação, nomeadamente:

- declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- documentos comprovativos que não se encontra nas situações previstas nas alíneas a), b), e), h) e i) do art.º 55 do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro;
- fotocópia de bilhete identidade ou cartão de cidadão e respetiva morada;
- fotocópia do número de cartão contribuinte ou cartão de cidadão, da pessoa singular ou coletiva, conforme os casos:
- certidão de registo comercial ou o seu número, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar;
- certidão comprovativa de que a entidade se encontra em situação regularizada, relativamente a dívidas por impostos ao estado Português;
- certidão comprovativa de que a entidade se encontra em situação regularizada, com a Segurança Social.

15º. Foro competente – para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado

a competência do Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho, com expressa renúncia a qualquer outro.

16º. Comunicações e notificações – sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras entre as partes do contrato, estas devem, em termos do CCP, ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificadas no contrato, devendo qualquer alteração relativa a informações de contacto constantes do contrato ser comunicada à outra parte.

17º. Legislação aplicável – a tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplica-se o registo previsto do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro.

## **Parte II: Cláusulas Técnicas**

1º. O presente procedimento tem por objetivo o fornecimento de gasóleo simples, durante o ano de 2017, ou quando a quantidade obtida por estimativa tenha esgotado, não podendo em qualquer dos casos transitar para o ano de 2018 e em regime de fornecimento contínuo.

2º. O fornecimento de gasóleo simples é contínuo, durante o prazo de duração do contrato, considerando que a quantidade estimada para consumo será: **Anual, de 120.000 litros de gasóleo simples**

3º. Tendo em conta a volatilidade do preço dos combustíveis, a quantidade de gasóleo a fornecer poderá ser inferior à quantidade acima identificada, devendo a faturação do Adjudicatário ser consentânea com a quantidade efetivamente entregue e com o preço de referência, que vigorar no momento de fornecimento de gasóleo, acrescido do desconto fixo contratado. O valor total dos fornecimentos nunca poderá ultrapassar o preço base referido do ponto 11º do Programa do Concurso.

4º. O fornecimento de gasóleo é efetuado em quantidades parciais, sendo essas quantidades fornecidas mediante apresentação de requisições emitidas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Vieira do Minho.

5º. O fornecimento deverá ser entregue no posto de abastecimento da oficina da Câmara Municipal de Vieira do Minho, na vila de Vieira do Minho.

6º. No caso de o Adjudicatário não concluir o(s) fornecimento(s) no(s) prazo(s) proposto(s), a Câmara Municipal de Vieira do Minho, reserva-se o direito de recorrer a outro(s) fornecedor(s)

ou rescindir o respetivo contrato.

Cumpridos estes requisitos processuais, procede-se à Contratação Pública Eletrónica através da plataforma VORTALgov (anexo 9), submetendo-se as peças processuais, para consulta dos interessados, os quais dispõem de data limite, inscrita no ponto 8º do Programa do Concurso, para submeter as respetivas propostas acompanhadas da documentação exigida, no âmbito do Programa. O limite estabelecido é as 18.00 horas do sexto dia, contado da publicação do anúncio em Diário da República. Tendo este ocorrido no dia 14 de dezembro, a data será a 20<sup>112</sup>.

No dia imediato ao termo do prazo limite para apresentação e submissão das propostas, é publicitada a lista de concorrentes e enviado os dados de *login e password*, para acesso dos mesmos a todas as propostas apresentadas. Segue-se a análise e avaliação pelos serviços, das propostas recebidas, por forma a elaborar o relatório preliminar.

### **Relatório Preliminar nos termos do art.º 146<sup>113</sup> do CCP**

Este relatório incluirá a classificação das propostas e posterior notificação dos concorrentes, assim:

Ao terceiro dia do mês de janeiro de 2017, reuniu o Júri de apreciação de propostas designado para o efeito pelo órgão executivo e constituído pelos senhores (...) Vereador, (...) Chefe de Divisão e (...) Técnica Superior, habilitados para efetuar a apreciação técnica das propostas do concurso em referência, tendo presente os critérios de adjudicação do procedimento presentes no Programa do Concurso e Caderno de Encargos, que estabelecem como critério, o do preço mais baixo, para a quantidade estimada de 120.000 litros de gasóleo simples para o ano de 2017, considerando o desconto sobre o preço médio por litro de gasóleo, de 0,94959€ à data de 04-12-2016 e disponível em <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>.

---

<sup>112</sup> A data limite de seis dias de calendário previsto, pode em alguns casos ser dilatada, no caso para sete dias, por efeito de cruzamento de fim de semana, não criando qualquer prejuízo ou benefício para os concorrentes, sendo a data efetiva para o procedimento a que é aposta no portal de contratação eletrónica e assim disponibilizada em simultâneo a todos os interessados (esta informação foi obtida por via informal).

<sup>113</sup> Conforme, artigo 146º do CCP, após a análise das propostas, (...) e a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do concurso, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas (...).

Apresentaram propostas através da plataforma eletrónica um total de 7(sete) concorrentes constantes da seguinte tabela:

Tabela 24 – Lista de Concorrentes

Ordem	Ref.Proposta	Concorrentes	Qualificação	Submetida	Valor Proposta
1	PROC_62/2016	Joaquim Barros Rodrigues & Filhos Lda.	Qualificada	21-12-2016 17:24:05	✓ (*)
2	PROC_62/2016	DEPETRO combustiveis SA	Qualificada	21-12-2016 15:37:27	✓ (*)
3	OZ V. MINHO	OZ energia e gaz SA	Qualificada	21-12-2016 15:30:51	✓ (*)
4	NORBAT V. MINHO	NORBAT Lda.	Qualificada	21-12-2016 11:33:58	✓ (*)
5	VM2016	GASPE combustiveis Lda.	Qualificada	20-12-2016 14:56:59	105.310,80 €
6	V.MINHO-2016	LUBRIFUEL Lda.	Desqualificada	20-12-2016 12:28:18	✓ (*)
7	1-3074265175	PETROGAL SA	Qualificada	20-12-2016 11:14:43	✓ (*)

(\*) os valores destas propostas foram considerados objeto de confidencialidade

A proposta do concorrente com o número de ordem 6 foi excluída, por apresentar em violação da alínea e) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, um preço anormalmente baixo, sem que esclarecimentos justificativos fossem apresentados. Verificada a conformidade da utilização da assinatura eletrónica qualificada (ponto 9º do Programa), dos restantes concorrentes, procedeu-se à apreciação dos documentos exigidos (ponto 10º do Programa), condição essencial para análise das propostas apresentadas, tendo-se elaborada a tabela seguinte, onde constam os documentos entregues e os que poderiam estar em falta;

Tabela 25 – Avaliação de documentos Obrigatórios e Facultativos

DOCUMENTOS		CONCORRENTES						
		1	2	3	4	5	6	7
Modelo A preenchido e assinado pelos concorrentes com indicação do valor da proposta, bem como todas as restantes condições	a)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com modelo constante do anexo B-Modelo de Declaração	b)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
Licença para o exercício da atividade	c)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar	d)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM

PROPOSTA EXCLUÍDA

Após apreciação dos documentos e verificada a sua conformidade, são admitidos a concurso, os concorrentes com os números de ordem 1,2,3,4,5 e 7, procedendo-se à sua análise, considerando o desconto apresentado para o fornecimento de gasóleo simples com base no preço médio considerado na data de 04-12-2016, disponibilizado pelo portal de internet da Direção-Geral de Energia e Geologia em <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>. Tendo em conta os critérios de adjudicação, constantes do processo a concurso, a classificação dos concorrentes fica assim ordenada;

Tabela 26 – Classificação dos Concorrentes

Classificação	Número Ordem	Concorrentes	Prazo Pagamento	
			30 dias após receção Fatura	
1	5	GASPE combustiveis Lda.	Desconto (€)	D 0,0720
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	0,87759
			TOTAL = P - D x Q (€)	105.310,80
2	4	NORBAT comércio combustiveis e lubrificantes Lda.	Desconto (€)	D ✓ (*)
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	✓ (*)
			TOTAL = P - D x Q (€)	✓ (*)
3	3	OZ energia gaz SA	Desconto (€)	D ✓ (*)
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	✓ (*)
			TOTAL = P - D x Q (€)	✓ (*)
4	1	Joaquim Barros Rodrigues & Filhos Lda.	Desconto (€)	D ✓ (*)
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	✓ (*)
			TOTAL = P - D x Q (€)	✓ (*)
5	2	DEPETRO combustiveis SA	Desconto (€)	D ✓ (*)
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	✓ (*)
			TOTAL = P - D x Q (€)	✓ (*)
6	6	PETROGAL SA	Desconto (€)	D ✓ (*)
			Quantidade (litros)	Q 120.000
			Preço médio p/litro gasóleo (€)	P 0,94959
			Preço médio - Desconto (€)	✓ (*)
			TOTAL = P - D x Q (€)	✓ (*)

(\*) os valores destas propostas foram considerados objeto de confidencialidade

Verificando-se a apresentação pelo concorrente n.º 5, da proposta de preço mais baixo, de acordo com os critérios de adjudicação constantes do procedimento do concurso, o Júri de Apreciação de propostas deliberou por unanimidade, **propor** que o fornecimento de gasóleo simples para o parque de máquinas e viaturas do Município de Vieira do Minho durante o ano de 2017, seja adjudicado ao concorrente GASPE Combustíveis Lda., pessoa coletiva 500 033 684, com sede na Rua das Lages n.º 519, 4414-007 Canelas V.N.G., em virtude de apresentar a proposta de preço mais baixo, de acordo com os critérios de adjudicação constantes do Processo do Concurso.

Assim sendo as condições do fornecimento serão as seguintes: Desconto de 0,0720 (zero-vírgula-zero-sete-dois-zero), por litro de gasóleo simples, considerando o preço médio, no continente e na data do fornecimento em <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>;

Tabela 27 – Valor estimado do fornecimento para o ano de 2017

Número Ordem	Concorrente	Prazo Pagamento		
		30 dias após receção Fatura		
5	GASPE combustíveis Lda.	Desconto (€)	D	0,0720
		Quantidade (litros)	Q	120.000
		Preço médio p/litro gasóleo (€)	P	0,94959
		Preço médio - Desconto (€)		0,87759
		TOTAL = P - D x Q (€)		<b>105.310,80</b>

O fornecimento deve obedecer às seguintes condições, as quais estão estipuladas no caderno de encargos do procedimento:

- O contrato a celebrar tem por objeto o fornecimento de gasóleo, até que o valor adjudicado tenha esgotado, em regime de fornecimento contínuo, não podendo o contrato transitar para o ano de 2018;
- O fornecimento de combustíveis é contínuo, durante o prazo de duração do contrato, considerando que a quantidade de combustível estimada para consumo será de **anual: 120.000 litros de gasóleo**;
- Tendo em conta a volatilidade do preço dos combustíveis, a quantidade de gasóleo a fornecer

poderá ser inferior à quantidade acima identificada, devendo a faturação do Adjudicatário ser consentânea com a quantidade efetivamente entregue e com o preço de referência em <http://precoscombustiveis.dgeg.pt/>, que vigorar no momento de fornecimento do gasóleo, acrescido do desconto fixo contratado. O valor total dos fornecimentos nunca poderá ultrapassar o valor adjudicado de **105.310,80 euros** mais **IVA**;

- O fornecimento de gasóleo é efetuado em quantidades parciais, sendo essas quantidades fornecidas, mediante apresentação de requisições emitidas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Vieira do Minho;
- O fornecimento deverá ser entregue no posto de abastecimento da oficina da Câmara Municipal de Vieira do Minho, na Vila de Vieira do Minho;
- No caso de o Adjudicatário não concluir o(s) fornecimento(s) no(s) prazo(s) proposto(s), a Câmara Municipal de Vieira do Minho, reserva-se o direito de recorrer a outro(s) fornecedor(s) ou mesmo rescindir o respetivo contrato.

Ao valor por litro de gasóleo simples (incluindo o desconto), acresce o IVA á taxa legal em vigor.

O Júri de Avaliação de propostas,

*Assinaturas ilegíveis*

Este relatório preliminar é enviado pelo Júri, a todos os concorrentes ao concurso com a respetiva classificação, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia previsto no artigo n.º 123<sup>114</sup> do CCP.

Decorrido o prazo de audiência prévia e não tendo sido rececionadas quaisquer observações por parte dos concorrentes em consideração, o Júri mantém a ordenação das propostas resultantes do relatório preliminar e procede à elaboração do relatório final.

---

<sup>114</sup> Elaborado o relatório preliminar referido, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. Durante esta fase, os concorrentes têm acesso às atas das sessões de negociação com os demais concorrentes e às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

### **Relatório Final nos termos do art.º 148<sup>115</sup> do CCP**

Este relatório, que procede o prazo para audiência prévia e não tendo sido rececionado qualquer observação pelos concorrentes é em tudo igual ao preliminar, sendo unicamente relevante a data de elaboração, assim:

Aos onze dias do mês de janeiro de 2017, reuniu o Júri de apreciação de propostas designado para o efeito pelo órgão executivo e constituído pelo Vereador (...), Chefe de Divisão (...) e Técnica Superior (...).

O Júri de Apreciação de propostas,

*Assinaturas ilegíveis*

No dia imediatamente a seguir (12-01-2017) e destinada a todos os concorrentes, é enviada notificação da decisão de Adjudicação ao concorrente primeiro classificado do concurso, GASPE combustíveis Lda., bem como o Relatório Final.

Na mesma data, é emitido parecer pelo assistente técnico Sr. José Antunes, da divisão de aprovisionamento e enviado à consideração superior, considerando o disposto no artigo n.º 94 do CCP, pelo qual o contrato a celebrar deverá ser reduzido a escrito, competindo por delegação de poderes ao senhor Vereador, Dr. António Afonso Ribeiro Barroso, a aprovação da inerente minuta, em observância ao artigo n.º 98, n.º 1, ainda do CCP, competindo-lhe também a representação da entidade Adjudicante na outorga do contrato. Assim, e considerando o artigo n.º 37 do mesmo CCP, tendo o procedimento decorrido em observância da disciplina legal vertida em tal código, bem como nas disposições orçamentais vigentes proponho, com base na deliberação unânime do Júri de Apreciação de propostas, a referida Adjudicação.

O despacho de decisão, é confirmado pelo representante do órgão, aprovando a respetiva adjudicação, a minuta do contrato, autorizando a inerente despesa e nota aos serviços da Câmara Municipal de Vieira do Minho procederem à publicitação da ficha de adjudicação no portal de contratos

---

<sup>115</sup> Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146 (...).



públicos *online*, em conformidade com o artigo n.º 127, do referido CCP, iniciando-se a **fase do contrato**. Em simultâneo é enviado ao concorrente a notificação da decisão com o seguinte teor:

Assunto: COMUNICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES PARA O PARQUE DE MAQUINAS E VIATURAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

Sou pela presente comunicar a Vossa(s) Excelência(s) que por despacho datado de 12 de janeiro de 2017, lhes foi adjudicado o procedimento de concurso público mencionado que tem por objetivo (...), em virtude de ter apresentado a proposta de preço mais baixo, de acordo com os critérios de adjudicação constantes do procedimento do concurso e relatório final.

O fornecimento deve obedecer às condições estipuladas no caderno de encargos do procedimento.

Documentos a apresentar ou elementos a fornecer para elaboração do contrato;

- a) Elementos de identificação das pessoas que outorgam o contrato (nome, estado, freguesia e município de naturalidade, residência, número, data e arquivo do respetivo documento de identificação);
- b) Certidão de registo de pessoa coletiva na conservatória de registo Comercial respetivo, onde conste o nome dos sócios que podem obrigar a Sociedade e respetivo Capital Social, ou número da certidão permanente;
- c) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva ou equiparada, ou número fiscal de contribuinte;
- d) Certidão do centro regional da Segurança Social comprovativa do interessado ter a situação contributiva regularizada;
- e) Certidão da direção de Finanças comprovativa da situação tributária regularizada;
- f) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro;
- g) Registo criminal das pessoas com poderes para outorgar.

O Vereador

*Assinatura ilegível*

O concurso público finaliza, com a elaboração do contrato (anexo 14 a anexo 18) em duas vias, assinado e carimbado com o selo branco em uso na Autarquia e enviado ao Adjudicatário para devolução de uma das vias, devidamente assinado e carimbado, para posterior arquivo do Adjudicante. O processo encerra com a publicitação no portal BASE (anexo 19), em conformidade com o art.º 127 do CCP.

### Inquérito Interno *Online*

O Código dos Contratos Públicos e a Contratação Pública Eletrónica seguem modelos e formas de contratação inovadoras e tecnologicamente avançados, corporizando uma nova dimensão nas relações contratuais entre os particulares e o setor público. As regras e procedimentos neles contidos, apontam um conjunto de grandes objetivos, essenciais à gestão racional da despesa pública.

Tendo interagido com vários profissionais no decurso do estágio e no intuito do enriquecimento deste trabalho, complementar às atividades desenvolvidas, surge o interesse de conhecer a opinião pessoal, daqueles que por interesse ou desempenho de funções na organização, se relacionam com o CCP e CPE, sobre a avaliação que fazem dos principais objetivos traçados para os mesmos, em comparação ao modelo de contratação anterior. Para o efeito foi elaborado um pequeno questionário, que tenta avaliar exclusivamente a sensibilidade dos inquiridos, fundamentada pela sua qualidade de intervenientes nos processos de contratação da entidade Adjudicante e conhecedores do modelo anterior.

O questionário compreende nove questões fechadas de natureza qualitativa e em escala ordinal, assinalando a opinião dos inquiridos sobre os principais objetivos associados à implementação do Código de Contratação Pública e da Contratação Pública Eletrónica e uma última que sinaliza autoavaliação do inquirido, sobre o seu grau de conhecimento dos mesmos. Foi disponibilizado *online* no período que decorreu de 11 a 13 de abril de 2017, recorrendo à aplicação de Formulário Google (anexo 20), incluindo breve explicação da escala de resposta. A população alvo e que de alguma forma tiveram contacto com o modelo anterior, foram sugeridos pela supervisora na instituição e enviados a esses elementos, no total de doze, compreendendo quatro dirigentes do órgão executivo, dois quadros superiores da divisão de Administração e Finanças, dois quadros do departamento de contabilidade, dois quadros superiores da divisão de urbanismo e obras municipais e dois assistentes técnicos do aprovisionamento.

A este inquérito “só” responderam sete dos inquiridos, representando 58,3% do total. Sem pretensão de outro juízo, seria melhor ter mais respostas do que menos para esta estatística descritiva, mas a realidade é o que é, assim são apresentados os resultados em bruto na tabela seguinte.

Tabela 28 – Resultados do inquérito *online*

Carimbo de data/hora	Órgão, Serviço ou Função	Sobre o Código dos Contratos Públicos	Sobre recursos Humanos	Sobre eficiência	Sobre transparência	Sobre concorrência	Sobre a simplificação	Sobre o rigor	Sobre a burocracia	Sobre o tempo usado	Qual o seu grau de conhecimento
4-11-2017 12:03:59	Aprovisionamento	4	4	4	4	4	4	3	*	4	4
4-11-2017 12:43:14	Divisão administração e finanças	4	3	3	3	3	4	3	4	4	3
4-11-2017 13:56:31	Aprovisionamento	3	5	3	4	4	1	4	2	3	4
4-12-2017 9:07:14	Contabilidade	3	3	3	4	4	4	4	4	4	2
4-12-2017 11:37:20	Divisão administração e finanças	3	5	4	5	3	3	3	3	3	3
4-12-2017 15:56:43	Órgão Executivo	4	4	4	*	4	4	4	3	2	4
4-13-2017 12:21:33	Órgão Executivo	4	4	4	5	4	4	4	4	4	4
<b>Mediana</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Média</b>		<b>3,6</b>	<b>4,0</b>	<b>3,6</b>	<b>4,2</b>	<b>3,7</b>	<b>3,4</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>

Legenda da escala (para questões de um a nove): **1**- Pior/Menor; **3** - Igual; **5** – Melhor/Maior

\* Na ausência de resposta considera-se “sem opinião”

Os resultados apresentados assinalam de forma genérica, apesar de algumas fragilidades (i.e., a questão sobre simplificação no aprovisionamento), impactos positivos sobre os vários itens, em resultado da implementação deste novo modelo de contratação pública, com destaque para a melhoria significativa no item da transparência e a maior necessidade de recursos humanos especializados. Sobre a autoavaliação os inquiridos assumiram conhecimentos moderados ou suficientes.

## Conclusões/Considerações

A concretização do estágio curricular na Câmara Municipal de Vieira do Minho, iniciado em outubro de 2016 e pelo período de 6 meses, não foi isenta de dificuldades, talvez a maior, a relacionada com a parte operacional resultante da moderada disponibilidade por parte dos profissionais da entidade, a que não é alheio as restrições à contratação pública e ao seu estatuto de pequena dimensão, para o total e exigente acompanhamento que este modelo de estágio requer, contrariando de alguma forma as elevadas expectativas detidas à partida. Apesar desta contrariedade, os profissionais com quem tive a honra e a distinção de trabalhar na divisão de aprovisionamento e finanças, mesmo que com disponibilidade reduzida foram inexcedíveis, ajudando a tornar possível a realização deste projeto, quer facultando e explicando a informação solicitada, quer na transmissão e elaboração das práticas realizadas, muitas vezes em prejuízo dos seus intervalos ou limitados pelo dever de sigilo. A avaliação que faço é substancialmente positiva, revelando-se uma experiência enriquecedora e sustentada do meu progresso académico, profissional e de relações pessoais, sobretudo na aplicação prática dos conteúdos teóricos ao ambiente prático e profissional, bem assim como o conhecimento de carácter informal ou costume próprio de uma empresa, que me proporcionaram e estimularam capacidades, de forma a perceber a complexidade que os procedimentos de contratação envolvem e possibilitando a sua desmonstração e tramitação integral, permitindo a elaboração de parte substantiva deste relatório.

O percurso traçado para este trabalho, sobre a importância das receitas próprias no financiamento das Autarquias locais, tentou estabelecer em primeiro momento a dicotomia entre receitas efetivas e receitas próprias, determinante do grau de independência financeira e consequente liberdade na gestão autárquica. Para esta abordagem tornou-se imprescindível a revisão ao quadro legal, mesmo que breve, e suas implicações no funcionamento das autarquias, em que não raras vezes se tornam condicionantes da sua atividade descentralizada e autónoma, nos serviços que prestam às populações que servem. São estas condicionantes que remetem para algumas considerações ao normativo legal como resultado da sua análise, de onde ressalta a enorme complexidade que a mesma comporta, avaliada não só pela sua amplitude, dispersão, terminologia, revisões ou revogações, mas

fundamentalmente e no que às Autarquias diz respeito, a incerteza e instabilidade causada no momento da elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais e em particular na previsão sobre as receitas próprias resultante de impostos. Como exemplo basta atender aos diplomas legais que regulamentam os impostos municipais CIMI e CIUC, que sofreram nos últimos dez anos alterações, de que resultaram dezoito versões. A dificuldade de análise e interpretação de alguns diplomas legais, submetidos à sua dinâmica natural, absorveu parte significativa do estágio e pode ser exemplificada pela dependência implícita, no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), em algumas das suas normas, através de restrições ou obrigações oriundas da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) ou da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA). Em segundo momento a abordagem incidiu sobre as receitas próprias, para um território específico da NUTS III e responde ao tema de estudo sobre a sua relevância no total das receitas. A sub-região constituiu-se por oito municípios com tipologias de dimensão diferenciadas, constatando-se a grande disparidade entre estes, em que a prevalência de receitas próprias ocorre nos municípios de grande dimensão, ultrapassando o limiar de 50% do total de receitas, como sinal objetivo de independência financeira e a prevalência de receitas derivadas nos municípios de média e pequena dimensão. Estes últimos longe dessa independência, apesar das melhorias significativas obtidas no período em análise. Este é o maior problema que as autarquias locais enfrentam, em particular as de pequena dimensão, com origem em grande parte na sua debilidade demográfica, social e económica, elementos limitadores da sua capacidade de gerar recursos próprios e assim verdadeiramente dependentes do financiamento de Estado, concluindo assim, da relevância que este indicador representa para a sua autossustentabilidade, ou seja, a capacidade e liberdade de desenvolvimento, sem os constrangimentos no recurso a endividamento e consequente resposta autónoma às necessidades prementes das suas populações.

Da análise em particular, relativa ao município de Vieira do Minho, resultam algumas questões de índole estrutural, talvez as mais relevantes, as referentes ao declínio e envelhecimento da população residente e a reduzida natalidade e subsequente substituição geracional, com as consequentes implicações futuras na sua sustentabilidade cultural, social e económica. Das questões de ordem conjetural, a salientar a debilidade do tecido económico quer na dimensão quer na qualidade da

estrutura empresarial, envelhecido e pouco qualificado e maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas de raiz familiar, a falta de oportunidades de emprego e em especial o qualificado, que obriga à procura de trabalho em outros concelhos, e igualmente o baixo nível de qualificações da população que estuda, como indicador perene de sustentabilidade. Como limitação e condicionamento à elaboração de cenários futuros, a resultante da observância de erros ou omissões nos dados apresentadas nas estatísticas oficiais, nomeadamente os dados apresentados no Censos 2011 e síntese estatística regional de 2015, disponibilizados pelo INE e relativa aos alunos matriculados por grau de ensino. A resposta a algumas destas questões, apesar de condicionada, é dada pelo seu executivo através da intervenção nas áreas de maior relevo, como são o emprego, os movimentos pendulares ou a natalidade, diligenciando em permanência no sentido da captação de novas empresas e na sua criação de raiz através da promoção e apoio ao empreendedorismo local, de que é exemplo o investimento em infraestruturas destinadas a incubadora de empresas e instalação de um novo *call center* da Altice/PT, de base tecnológica, com previsão de criação de mais de trezentos novos postos de trabalho, substituindo-se à Câmara Municipal como o maior empregador do concelho e no apoio à formação através de programa de bolsas para alunos a frequentar o ensino superior oriundos de famílias carenciadas ou incentivos à fixação de residentes e à natalidade. No que concerne às receitas próprias desagregadas, constata-se a preponderância pela tributação do património, sendo o IMI a sua maior receita líquida, apesar de, e na medida do possível, o município ter desonerado os seus munícipes através da utilização das taxas mínimas de imposto ou abdicado da parte de IRS de que é titular e consequente diminuição nas receitas próprias, procurando com estes benefícios atrair nova população residente para o concelho. Também, com uma visão de futuro, o executivo apresenta o turismo como alvo estratégico e um *cluster* de enorme potencialidade que servirá de alavanca económica para a região nos próximos anos e estruturante da economia local, e os serviços de proximidade, essenciais e necessários, quer para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes quer para o apoio às empresas locais. Considero de forma geral que o executivo municipal tem demonstrando vontade e resiliência na resolução dos problemas que o município enfrenta, ao assumir um papel central na organização de múltiplas ações e na sua promoção. Como proposta para a melhoria das receitas próprias, assentaria na melhoria da atratividade do concelho, através da criação de espaços urbanos (aldeamentos), com redução de custos de licenciamento e sua promoção,

aproveitando um nicho de mercado proporcionado pelos cidadãos não residentes, nacionais e estrangeiros, na procura de locais de excelência para instalação de residências de segunda habitação e através destas a obtenção de receitas diretas, estruturais (IMI) e conjeturais (IMT) e indiretas com o esperado incremento nas dinâmicas decorrentes da economia local.

A utilidade da obtenção de receita pelas Autarquias Locais e nomeadamente a própria, resulta da obrigação de realizar a despesa inerente à satisfação das necessidades das populações que servem. Esta deverá ser criteriosa e a Contratação Pública é um instrumento de rigor ao permitir ganhos de eficiência, através da sua redução por via da poupança. Esta constatação aliada à dificuldade de criação de novas receitas próprias, justifica a sua abordagem como componente prática do estágio curricular e incidente sobre a formação dos contratos. Assim, enumeram-se e analisam-se pormenorizadamente os procedimentos de contratação, cujo objeto está submetido à concorrência e em particular o conteúdo das peças processuais específicas e pormenorizadas dos modelos de ajuste direto e de concurso público do regime geral, incluindo a fase preliminar, por forma a produzir informação útil e consistente. Durante o estágio, e apesar da rigidez que os instrumentos legais comportam, verifiquei a ocorrência de algumas desconformidades na Contratação Pública Eletrónica, que apresentei e discuti com os responsáveis da divisão. A primeira, relacionada com a obrigação legal da inserção no portal BASEgov, de relatório de execução relativo a todos os procedimento de ajuste direto simplificado (até 5.000 euros), constatando a sua não publicitação no referido portal, obtendo como resposta a informação de que por decisão do executivo municipal “só as aquisições do regime simplificado relacionadas com obras públicas seriam passíveis de registo”, com o argumento da decorrência de um processo de litigância sobre a norma legal e fundamentada no seguinte; “a aquisição de um lápis ou corretor, pela sua insignificância, obrigaria a um custo de contexto desproporcional para efetivação do seu registo”, razão que considero pertinente. Um segundo exemplo, decorre do prazo previsto no programa do concurso público, “até às 18.00 horas do sexto dia contado a partir da publicação do anúncio no Diário da República”, verifiquei a existência de quatro das sete propostas apresentadas a concurso no dia posterior à data limite definida, tendo recebido o seguinte esclarecimento, “ em alguns casos e neste em particular, o cruzamento com o fim de semana justifica esta ocorrência, mas não viola os princípios de concorrência e de transparência, já que todos



os concorrentes são previamente informados deste adiamento”, razão que considero dúbia. De forma global considero positiva e meritória a criação e adoção do Código dos Contratos Públicos e da Contratação Pública Eletrónica, corroborada pelos intervenientes que responderam ao inquérito *online* efetuado, pela agregação e simplificação dos procedimentos de contratação, através da identificação dos principais objetivos, nomeadamente, a transparência, concorrência, simplificação ou inovação, não obstante a existência destas desconformidades detetadas ou outras, que se justificadas, deverão fundamentar de alguma forma a revisão ao normativo legal. Como sugestão, aproveitando a escala resultante da integração na Comunidade Intermunicipal do Ave, o executivo municipal deve propor a alteração legislativa ao CCP, nomeadamente sobre a obrigação de registo dos procedimentos de ajuste direto no portal e o esclarecimento sobre a contagem dos dias após a publicação em Diário da República para os procedimentos de concurso público, convertendo em dias úteis de forma a integrar e resolver as anomalias detetadas, já que se trata de uma questão recorrente e extensível a outras autarquias.

Por efeito da dinâmica inerente à componente legislativa, existe a probabilidade de algumas considerações manifestadas se encontrarem desatualizadas, em resultado de alteração, reformulação ou substituição dos respetivos normativos.



## Referências Bibliográficas

- BILHIM, j. (2004). *A Governação nas Autarquias locais*. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. São João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas .
- DGT. (2014).  
[http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_\\_caop\\_/caop\\_em\\_vigor/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop_em_vigor/), acedido em 05-12-2016.
- Lucília Tiago. (19 de 04 de 2017). Reavaliação das casas tira 40 milhões à receita de IMI. *Diário de Notícias*, Património.
- Martins, S. e. (2016). Condicionantes socio-económicas do município de Vieira do Minho. *Jornal económico*.
- Monteiro, A. G. (janeiro-março de 2016). Os desafios do SNC-AP. *Presidente da Comissão de Normalização Contabilística - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/72/Contabilidade2.pdf>, acedido em 08/02/2017.
- Nabais, J. C. (2007). A autonomia Financeira das Autarquias Locais. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, e. a. (2012). O impacto de soluções técnicas sustentáveis no Imposto Municipal sobre Imóveis. *In Congresso Construção*, disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/10041>. Coimbra.
- Parlamento. (2015). Informação Legislativa e Parlamentar, disponível em:  
<http://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2015/N4/AutarquiasLocais.pdf>. Lisboa.
- Ribeiro, A. (2013). *o municipalismo em Portugal*. Portugal: verbo editora.
- Silva, F. O. (2016). Novas Diretivas da Contratação Pública. Lisboa. Obtido em 29 de Novembro de 2016, de [http://www.ij.fd.uc.pt/pdfs/apresentacoes/20150307\\_fernando-oliveira-silva.pdf](http://www.ij.fd.uc.pt/pdfs/apresentacoes/20150307_fernando-oliveira-silva.pdf)
- Vivo/Lusa, D. (26 de 05 de 2016). Construção do 2.º ‘call center’ da Altice em Vieira do Minho arranca esta semana - Veja mais em: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/construcao-do-2-call-center-da-altice-vieira-do-minho-arranca-esta-semana>.

## Principais fontes de Informação e Legislação

### Sítios da Internet:

Associação Nacional dos Municípios  
Banco de Portugal  
Comunidade Intermunicipal do AVE

Contratos Públicos *Online* Base.gov  
Diário da República Eletrónico  
Direção Geral das Autarquias Locais  
Direção Geral do Orçamento  
Instituto Nacional de Estatística  
Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção  
Ministério das Finanças  
Procuradoria Geral Distrital de Lisboa  
Pordata  
Portal Autárquico

Legislação:

- Constituição da República Portuguesa, sétima revisão constitucional 2005, Assembleia de República Portuguesa, aprovada pela assembleia constituinte de 2 de abril de 1976
- Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, aprova o Código Civil Português e regula a sua aplicação, alterada pela 69ª versão - a mais recente, pela Lei n.º 150/2015, de 10 de novembro.
- Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aprova a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO).
- Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas.
- Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro aprova o Código do Imposto Municipal sobre Transmissões a título oneroso de imóveis (CIMT), última atualização pela Lei 7 A/2016 de 30 março
- Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro, aprova o Código do imposto sobre Imóveis (CIMI), última atualização pelo decreto-lei n.º 41/2016 de 1 de agosto.
- Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, aprova o Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
- Decreto-lei n.º 18/2008, aprova o Código dos Contratos Públicos (consolidado DRE)
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)
- Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública (versão atualizada)
- Lei n.º 132/2015 de 4 de setembro, aprova a alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais (REFALEI), Lei n.º 73/2013.
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, revoga a Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e aprova a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO).
- Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, aprova o Sistema de normalização contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

# Anexos

Anexo 1 – *Receitas próprias efetivas por município (parte 1 de 2)*

unidade €		2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Cabeceiras Basto</b>	<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>16.345.814</b>	<b>16.251.706</b>	<b>16.943.428</b>	<b>16.140.309</b>	<b>12.931.300</b>	<b>14.087.989</b>
	Imposto direto-IMI	643.418	718.458	718.037	949.553	1.076.500	1.064.885
	Imposto direto-IMT	326.045	364.949	205.741	316.326	236.791	266.818
	Imposto direto-IUC	198.429	210.369	252.685	350.588	313.094	314.366
	Imposto direto-Derrama	83.667	146.860	88.467	53.064	58.191	58.437
	Imposto direto-Outros (1)	7.637	1.282	4.236	0	0	0
	Impostos indiretos AL	2.363	2.460	2.226	2.505	5.012	3.177
	Taxas específicas AL	416.185	499.628	535.037	528.817	563.105	548.507
	Venda de bens e serviços	715.791	867.072	967.840	866.115	994.091	1.082.742
	Outras receitas (2)	565.091	589.403	991.567	1.355.437	720.557	983.946
	<b>Receita Própria (total)</b>	<b>2.958.626</b>	<b>3.400.481</b>	<b>3.765.834</b>	<b>4.422.404</b>	<b>3.967.340</b>	<b>4.322.878</b>
<b>Fafe</b>	<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>33.947.044</b>	<b>31.993.941</b>	<b>28.367.437</b>	<b>27.249.957</b>	<b>27.977.431</b>	<b>32.284.037</b>
	Imposto direto-IMI	3.242.140	3.455.314	3.607.765	4.268.360	3.941.940	4.212.500
	Imposto direto-IMT	1.354.647	1.058.267	721.463	638.344	605.466	884.039
	Imposto direto-IUC	671.074	717.519	871.577	1.201.289	1.066.368	1.052.516
	Imposto direto-Derrama	412.482	509.509	373.488	418.020	564.285	565.122
	Imposto direto-Outros (1)	33.270	12.681	3.463	2.711	17.039	262
	Impostos indiretos AL	284.792	225.781	183.242	181.430	298.514	153.294
	Taxas específicas AL	398.286	368.312	362.078	257.972	312.349	261.315
	Venda de bens e serviços	4.146.083	3.536.153	2.759.875	2.536.504	3.739.585	4.968.660
	Outras receitas (2)	1.825.778	2.265.356	1.335.288	654.775	751.714	891.661
	<b>Receita Própria (total)</b>	<b>12.368.552</b>	<b>12.148.892</b>	<b>10.218.239</b>	<b>10.159.404</b>	<b>11.297.262</b>	<b>12.989.370</b>
<b>Guimarães</b>	<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>77.554.044</b>	<b>92.099.635</b>	<b>91.654.325</b>	<b>78.095.383</b>	<b>76.515.936</b>	<b>79.156.289</b>
	Imposto direto-IMI	14.131.554	15.600.068	15.936.301	16.956.747	18.732.620	19.505.172
	Imposto direto-IMT	5.583.612	4.084.173	3.676.223	2.633.597	3.331.594	3.725.203
	Imposto direto-IUC	2.237.779	2.415.157	2.773.101	3.582.685	3.527.256	3.374.818
	Imposto direto-Derrama	1.979.858	2.157.916	2.142.678	1.973.542	2.590.761	2.983.420
	Imposto direto-Outros (1)	133.742	137.020	126.851	92.275	183.504	19.477
	Impostos indiretos AL	1.325.832	1.630.437	2.193.469	1.241.553	1.389.610	1.334.399
	Taxas específicas AL	1.252.540	1.229.888	1.009.271	1.038.638	1.132.309	1.198.561
	Venda de bens e serviços	4.776.360	5.338.776	4.294.957	4.167.866	3.594.617	4.187.639
	Outras receitas (2)	3.259.769	3.562.382	5.886.859	3.524.096	6.339.295	5.918.718
	<b>Receita Própria (total)</b>	<b>34.681.046</b>	<b>36.155.817</b>	<b>38.039.711</b>	<b>35.211.000</b>	<b>40.821.564</b>	<b>42.247.405</b>
<b>Mondim Basto</b>	<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>8.124.505</b>	<b>8.655.307</b>	<b>9.437.667</b>	<b>9.646.901</b>	<b>7.626.708</b>	<b>8.410.966</b>
	Imposto direto-IMI	230.785	258.558	321.926	455.581	501.585	510.425
	Imposto direto-IMT	67.308	94.805	68.194	114.329	42.954	114.627
	Imposto direto-IUC	84.489	91.738	98.002	143.710	126.766	116.337
	Imposto direto-Derrama	0	0	0	0	0	0
	Imposto direto-Outros (1)	0	0	0	0	0	0
	Impostos indiretos AL	581	905	1.890	1.250	1.253	1.424
	Taxas específicas AL	158.704	111.896	105.066	114.631	103.175	66.135
	Venda de bens e serviços	316.511	312.661	419.939	404.237	363.901	398.757
	Outras receitas (2)	25.641	83.852	292.056	287.137	286.857	315.299
	<b>Receita Própria (total)</b>	<b>884.018</b>	<b>954.414</b>	<b>1.307.072</b>	<b>1.520.874</b>	<b>1.426.491</b>	<b>1.523.004</b>

Fonte de dados: Contas de Gerência do SIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local

Legenda: AL – autarquias locais; (1) impostos abolidos; (2) inclui: Multas e outras penalidades; Rendimentos da propriedade; “Outras receitas correntes”; “Ativos financeiros” e “Outras receitas de capital”.

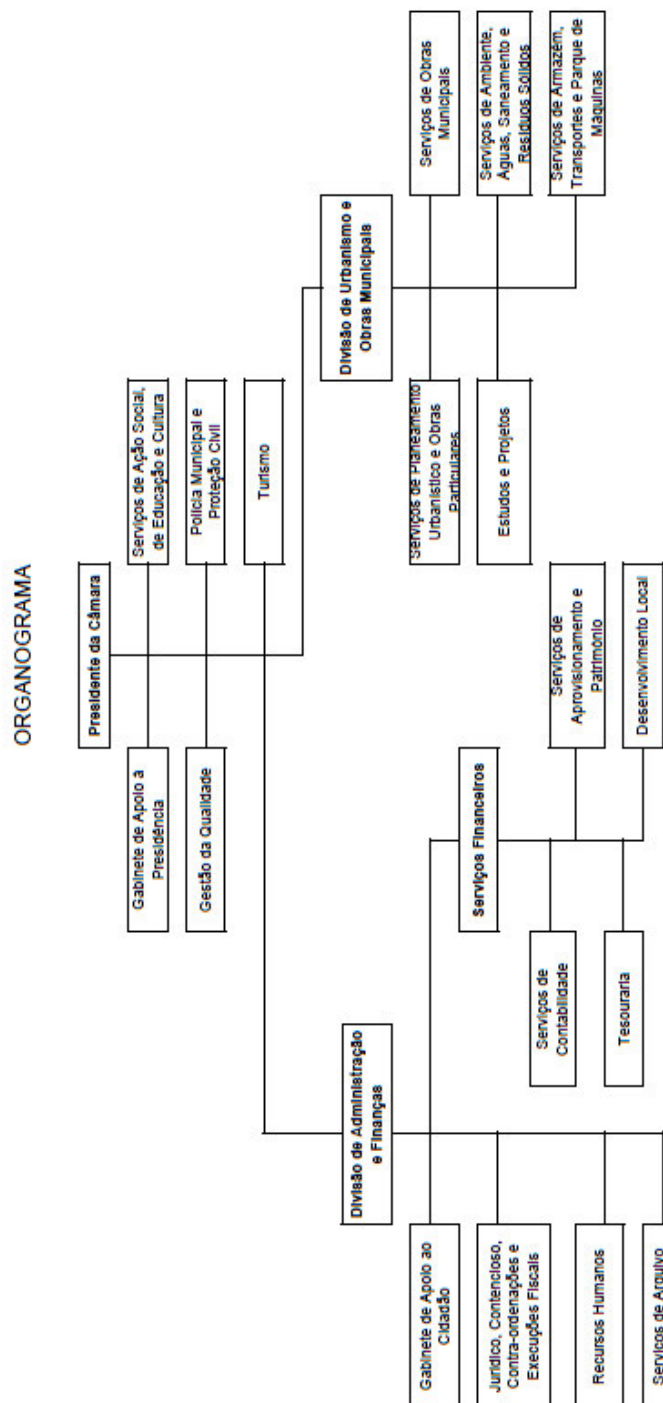
Anexo 2 – *Receitas próprias efetivas por município (parte 2 de 2)*

unidade €	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>14.645.708</b>	<b>15.026.552</b>	<b>14.944.080</b>	<b>13.558.921</b>	<b>13.557.310</b>	<b>15.191.299</b>
Imposto direto-IMI	1.057.041	1.210.002	1.281.920	1.682.424	2.164.266	2.440.946
Imposto direto-IMT	579.815	424.589	393.034	537.060	310.070	341.073
Imposto direto-IUC	305.314	336.205	407.184	491.251	458.855	458.441
Imposto direto-Derrama	0	0	0	0	0	0
Imposto direto-Outros (1)	2.955	1.215	1.185	0	0	610
Impostos indiretos AL	119.164	158.070	142.308	144.172	186.841	73.474
Taxas específicas AL	1.149.888	335.692	387.797	360.562	361.658	448.658
Venda de bens e serviços	316.511	922.525	1.211.096	1.294.461	1.150.056	1.367.705
Outras receitas (2)	476.310	1.065.713	886.104	644.361	653.039	668.273
<b>Receita Própria (total)</b>	<b>4.006.998</b>	<b>4.454.011</b>	<b>4.710.629</b>	<b>5.154.291</b>	<b>5.284.786</b>	<b>5.799.180</b>
<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>9.889.001</b>	<b>10.643.420</b>	<b>13.151.401</b>	<b>11.984.156</b>	<b>12.522.501</b>	<b>11.331.765</b>
Imposto direto-IMI	439.759	464.333	495.396	727.050	821.566	865.936
Imposto direto-IMT	270.651	177.593	173.846	152.262	150.124	142.172
Imposto direto-IUC	176.162	190.588	226.964	276.904	251.844	222.705
Imposto direto-Derrama	0	75.579	84.849	86.005	50.423	0
Imposto direto-Outros (1)	1.293	5.212	0	0	0	0
Impostos indiretos AL	1.748	2.525	2.141	17.579	63.254	0
Taxas específicas AL	98.798	99.896	74.890	79.227	80.148	92.561
Venda de bens e serviços	83.414	163.845	137.057	481.601	878.518	907.095
Outras receitas (2)	746.468	803.217	1.347.089	840.388	982.528	911.414
<b>Receita Própria (total)</b>	<b>1.818.293</b>	<b>1.982.787</b>	<b>2.542.232</b>	<b>2.661.015</b>	<b>3.278.404</b>	<b>3.141.884</b>
<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>76.682.201</b>	<b>76.798.789</b>	<b>82.520.935</b>	<b>59.161.208</b>	<b>67.055.072</b>	<b>66.046.163</b>
Imposto direto-IMI	10.391.139	11.042.787	12.023.115	12.211.576	13.811.358	14.488.695
Imposto direto-IMT	4.650.382	4.025.621	3.126.223	2.462.125	2.857.780	3.375.620
Imposto direto-IUC	2.009.073	2.158.501	2.469.565	3.120.258	3.087.219	3.003.415
Imposto direto-Derrama	1.327.595	5.918.772	10.233.817	0	6.754.339	0
Imposto direto-Outros (1)	105.336	33.174	34.199	2.774	16.212	67.937
Impostos indiretos AL	1.284.902	1.068.993	1.016.409	1.286.612	1.156.066	903.665
Taxas específicas AL	1.099.797	774.518	757.599	509.233	398.312	668.376
Venda de bens e serviços	12.491.804	13.280.848	13.777.817	14.017.938	14.223.422	15.156.413
Outras receitas (2)	12.522.666	10.122.528	9.631.875	2.965.096	3.130.350	3.575.809
<b>Receita Própria (total)</b>	<b>45.882.695</b>	<b>48.425.742</b>	<b>53.070.621</b>	<b>36.575.612</b>	<b>45.435.058</b>	<b>41.239.929</b>
<b>Receita Efetiva (total)</b>	<b>11.493.583</b>	<b>13.373.473</b>	<b>12.049.890</b>	<b>13.182.946</b>	<b>16.255.323</b>	<b>14.079.719</b>
Imposto direto-IMI	1.442.795	1.503.876	1.581.290	1.960.377	2.661.453	2.861.370
Imposto direto-IMT	664.608	429.246	412.300	219.869	382.169	820.547
Imposto direto-IUC	290.740	310.501	360.558	471.024	450.200	439.598
Imposto direto-Derrama	92.860	151.361	149.156	198.285	269.896	338.293
Imposto direto-Outros (1)	611	15.365	36	422	0	0
Impostos indiretos AL	341.437	286.554	248.754	250.442	351.332	291.920
Taxas específicas AL	166.142	176.514	102.068	168.999	184.736	189.491
Venda de bens e serviços	824.138	794.016	770.465	748.455	725.173	1.405.479
Outras receitas (2)	42.466	150.718	392.334	116.634	89.432	474.285
<b>Receita Própria (total)</b>	<b>3.865.799</b>	<b>3.818.152</b>	<b>4.016.960</b>	<b>4.134.507</b>	<b>5.114.391</b>	<b>6.820.983</b>

Fonte de dados: Contas de Gerência do SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local

Legenda: AL – autarquias locais; (1) impostos abolidos; (2) inclui: Multas e outras penalidades; Rendimentos da propriedade; “Outras receitas correntes”; “Ativos financeiros” e “Outras receitas de capital”.

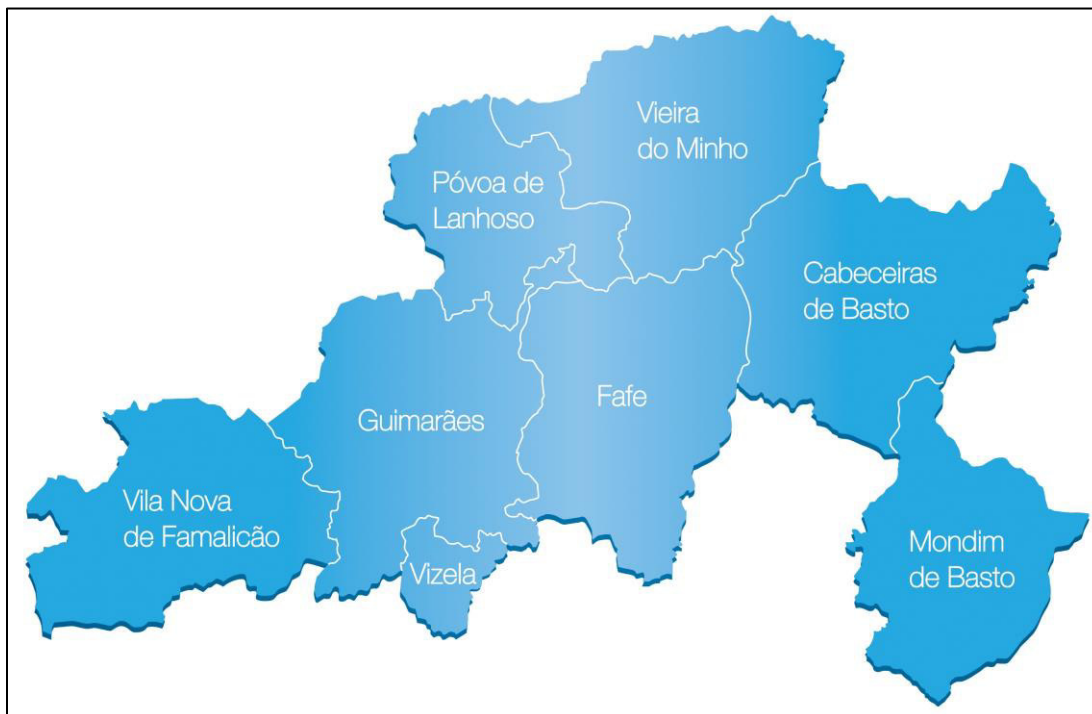
### Anexo 3 – *Cronograma da Organização*



Fonte: portal do município de Vieira do Minho

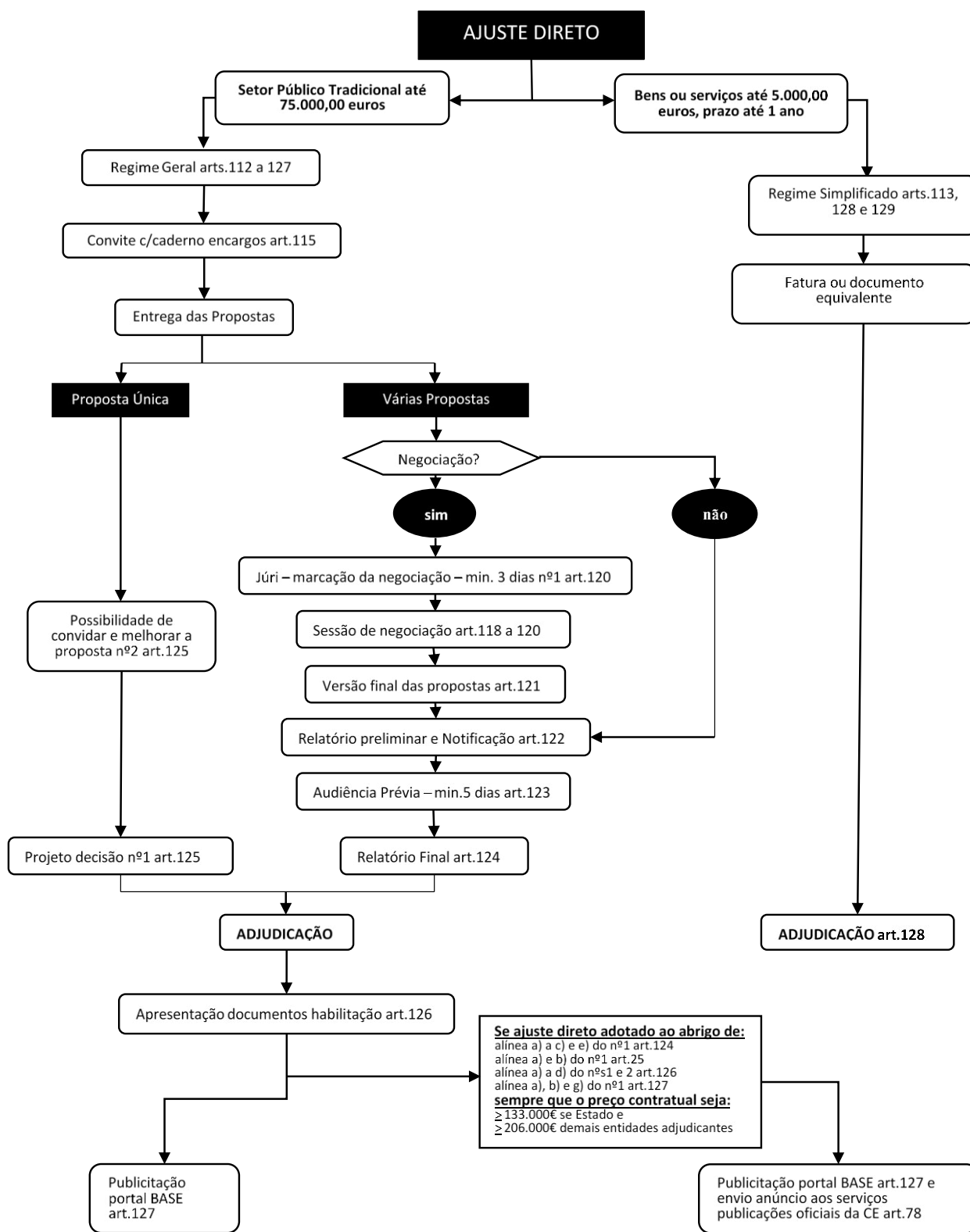


Anexo 4 – *Sub-região do Ave e concelho de Vieira Minho*



Fonte: portal do município de Vieira do Minho e *Wikipédia*

## Anexo 5 – Fluxograma do Ajuste Direto



Anexo 6 – *Comunicação ao Adjudicatário* pág.1



**MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO**

4850-527 VIEIRA DO MINHO

**Ex. mo(s) Sr.º(s)**

AÇOREANA SEGUROS, S.A  
Largo da matriz, 42/52

9501-922 PONTA DELGADA

N/ Refª: DAF/APROV/JA  
Data: 29-12-2016

ASSUNTO: COMUNICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO - PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRECTO -  
REGIME GERAL - FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O  
MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 - ANO DE 2017

Sou pela presente comunicar a Vossa(s) Excelência(s) que por despacho datado de 29 de Dezembro de 2016, lhes foi adjudicado o fornecimento e implementação de seguros para o Município de Vieira do Minho V2 - Ano de 2017, de acordo com o seguinte quadro demonstrativo, pelo valor total de 51.000,00€.

ORDEN	DESCRIÇÃO		QUANT	VALOR ANUAL
1	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	Prémio Variável - Lei nº. 503/99	1	20 780,56 €
2	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS	Lei nº. 29/87, 30/08 (c/ a redação da Lei nº. 52-A/2005, 10/10)	1	922,33 €
3	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS BOMBEIROS	DL nº. 241/2007 de 21/06, alterado pela Portaria 1.163/07 de 08/10	1	5 519,45 €
4	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS UTENTES DAS INFRA- ESTRUTURAS E/OU INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, DE LAZER E CULTURAIS MUNICIPAIS ABERTAS AO PÚBLICO		1	3 440,13 €
5	SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL	Diversas viaturas	1	14 420,00 €
6	SEGURO DE EMBARCAÇÃO DE RECREIO	Barco Brancelhe	2	910,53 €
7	SEGURO DE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL CIVIL AUTARQUIAS		1	5 007,00 €
<b>TOTAL S/ IVA</b>				<b>51 000,00 €</b>

As apólices mencionadas vigorarão pelo período de 12 meses, a contar da respetiva data de início.

Após a celebração do contrato o adjudicatário, encarregar-se-á de implementar a colocação das apólices de seguros contratado.

Após a colocação dos seguros, constitui ónus do adjudicatário/entidade mediadora assegurar a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor.

Anexo 7 – Comunicação ao Adjudicatário pág.2



**MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO**

4850-527 VIEIRA DO MINHO

Solicito o envio dos seguintes documentos de habilitação, para elaboração da minuta de contrato:

- a) Elementos de Identificação das pessoas que outorgam no contrato (nome, estado, freguesia e município de naturalidade, residência, número, data e arquivo de identificação do respectivo bilhete de identidade);
- b) Documento comprovativo dos poderes para representar a pessoa colectiva;
- c) Certidão de registo da pessoa colectiva na conservatória do registo Comercial respectiva, ou certidão permanente, donde conste o nome dos sócios que podem obrigar a Sociedade e o capital Social;
- d) Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou equiparada, ou número fiscal de contribuinte;
- e) Certidão do Centro Regional de Segurança Social comprovativa do interessado ter a sua situação regularizada;
- f) Certidão de Finanças, comprovativa da situação tributária regularizada;
- g) Cópia de certidão do registo criminal da empresa, ou das pessoas com poderes para outorgar.
- h) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do decreto-lei 18/2008 de 29 de Janeiro.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

(Dr. António Afonso Ribeiro Barroso)

## Anexo 8 – Declaração Anexo II

### DECLARAÇÃO

#### ANEXO II

(alínea a) do n.º 1, do artigo 81º, DO Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, titular do cartão de cidadão n.º XXXXXXXXXXXX, residente em XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, titular do cartão de cidadão n.º XXXXXXXXXXXX, residente em XXXXXXXXXXXX na qualidade de procuradores de **AÇOREANA SEGUROS SA** com sede em XXXXXXXXXXXX, adjudicatário no procedimento de **Ajuste Direto – Regime Geral**, com a designação de **Fornecimento e Implementação de Seguros para o município de Vieira do Minho V2 - Ano de 2017** e com a referência “Proc\_71/2016”, declaram sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objeto de aplicação, há pelo menos de 2 (dois) anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças de procedimento.

2 – O declarante indica como endereço o sítio da internet onde podem ser consultados os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

3 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 29 de dezembro de 2016

## Anexo 9 – Comunicação ao portal VORTALgov

Referência do Procedimento: PROC\_71/2016

Assinado por **JOSÉ FERNANDO ASSUA ANTUNES** 29-12-2016 11:04 em (UTC) utilizando **EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0008 (Valid)**

Descrição: FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 – ANO DE 2017

Da Entidade: Município de Vieira do Minho

Utilizador: José Fernando Assua Antunes

Data da Mensagem: 11 Dias atrás (29-12-2016 11:04:53(UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London)

Destinatários: AÇOREANA SEGUROS, SA;

Referência Tipo: PT1.MSG.471861 Geral

Assunto: COMUNICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO - PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRECTO – REGIME GERAL – FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 – ANO DE 2017

Documento	Nome do documento	Informação da assinatura
Anexos:	COM_ADJUD_PROC_71_2016_Digit.pdf	Assinado por <b>JOSÉ FERNANDO ASSUA ANTUNES</b> 29-12-2016 11:04 em (UTC) utilizando <b>EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0008 (Valid)</b>

### Corpo da mensagem

#### Ex. mo(s) Sr.º(s)

AÇOREANA SEGUROS, S.A  
Largo da matriz, 42/52

9501-922 PONTA DELGADA

N/ Refª: DAF/APROV/JA  
Data: 29-12-2016

**ASSUNTO:** COMUNICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO - PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRECTO – REGIME GERAL FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 – ANO DE 2017

Sou pela presente comunicar a Vossa(s) Excelência(s) que por despacho datado de 29 de Dezembro de 2016, lhes foi adjudicado o fornecimento e implementação de seguros para o Município de Vieira do Minho V2 - Ano de 2017, de acordo com o seguinte quadro demonstrativo, pelo valor total de 51.000,00€.

ORDEN	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR ANUAL
1	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	Prémio Variável - Lei nº. 503/99	20 780,56 €
2	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS	Lei nº. 29/87, 30/06 (ou a redacção da Lei nº. 82-A/2008, 10/10)	922,33 €
3	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS SOMBEROS	OL nº 24/12/2007 de 21/06, alterado pela Portaria 1.163/07 de 06/10	5 519,45 €
4	SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS UTENTES DAS INFRA-ESTRUTURAS E O INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, DE LAZER E CULTURAIS MUNICIPAIS ABERTAS AO PÚBLICO		3 440,13 €
5	SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL	Diversas viaturas	14 420,00 €
6	SEGURO DE SUBSIDIARIEDADE DE RECREIO	Barco Brancoelhe	910,53 €
7	SEGURO DE RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL CIVIL AUTARCAS		5 007,00 €
TOTAL S/ IVA			51 000,00 €

As apólices mencionadas vigorarão pelo período de 12 meses, a contar da respetiva data de início. Após a celebração do contrato o adjudicatário, encarregar-se-á de implementar a colocação das apólices de seguros contratado. Após a colocação dos seguros, constitui ónus do adjudicatário/entidade mediadora assegurar a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor.

Solicito o envio dos seguintes documentos de habilitação, para elaboração da minuta de contrato:

- Elementos de Identificação das pessoas que outorgam no contrato (nome, estado, freguesia e município de naturalidade, residência, número, data e arquivo de identificação do respectivo bilhete de identidade);
- Documento comprovativo dos poderes para representar a pessoa colectiva;
- Certidão de registo da pessoa colectiva na conservatória do registo Comercial respectiva, ou certidão permanente, donde conste o nome dos sócios que podem obrigar a Sociedade e o capital Social;
- Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou equiparada, ou número fiscal de contribuinte;
- Certidão do Centro Regional de Segurança Social comprovativa do interessado ter a sua situação regularizada;
- Certidão de Finanças, comprovativa da situação tributária regularizada;
- Cópia de certidão do registo criminal da empresa, ou das pessoas com poderes para outorgar.
- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do decreto-lei 18/2008 de 29 de Janeiro

Com os melhores cumprimentos  
O Vereador,

(Dr. António Afonso Ribeiro Barroso)

# Anexo 10 – *Comunicação ao portal BASE.gov*

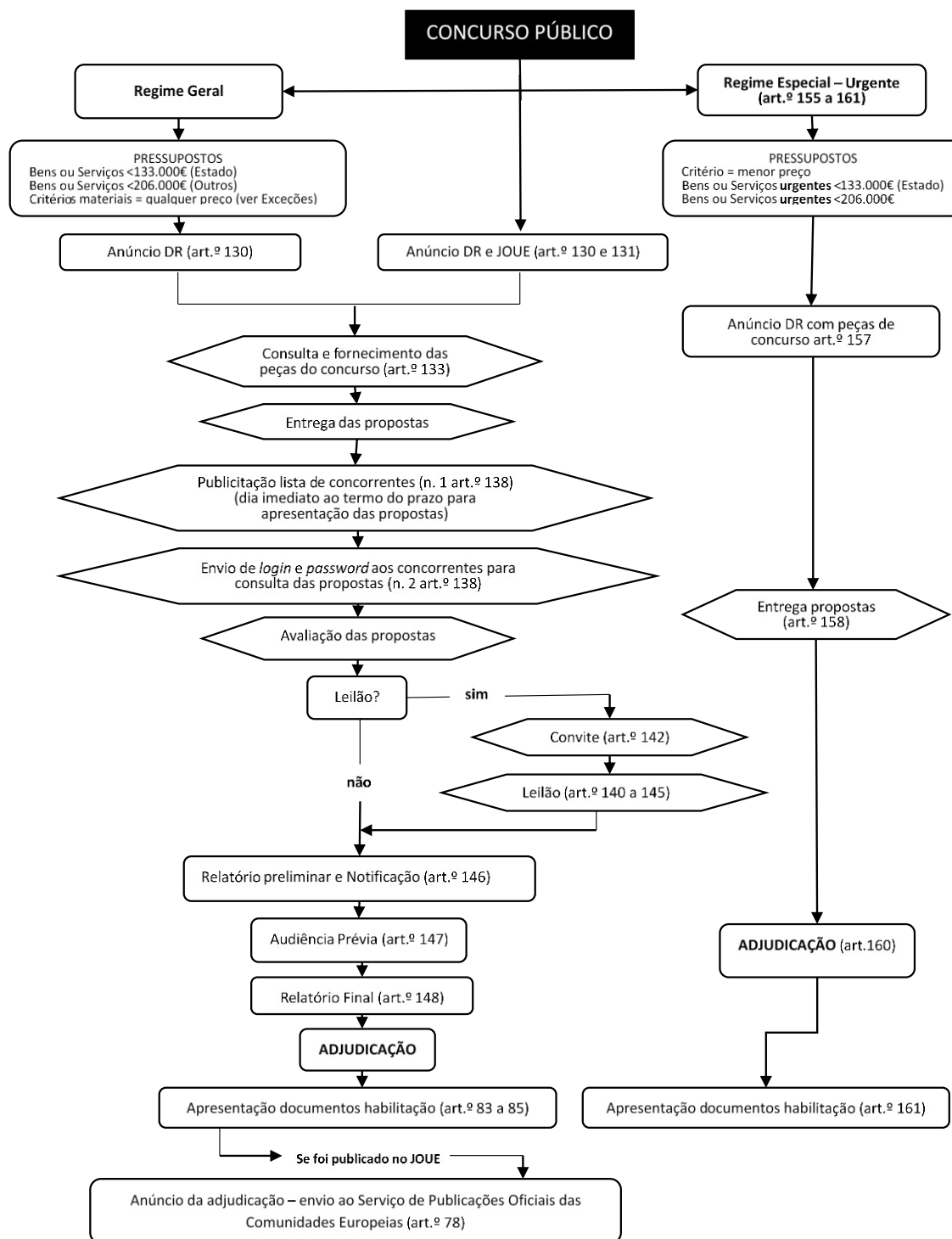


## PESQUISA > CONTRATO

### Detalhe do Contrato

Data de publicação no BASE	09-01-2017
Tipo(s) de contrato	Aquisição de serviços
Tipo de procedimento	Ajuste directo
Descrição	FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 – ANO DE 2017
Fundamentação	Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
Fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste direto (se aplicável)	ausência de recursos próprios
Entidade adjudicante - Nome, NIF	<u>Município de Vieira do Minho (506659682)</u>
Entidade adjudicatária - Nome, NIF	<u>ACOREANA-COMPANHIA SEGUROS 5A (512004048)</u>
Objeto do Contrato	FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO V2 – ANO DE 2017
Procedimento Centralizado	-
CPV	66510000-8, Serviços de seguros
Data de celebração do contrato	30-12-2016
Preço contratual	51.000,00 €
Prazo de execução	365 dias
Local de execução - País, Distrito, Concelho	Portugal, Braga, Vieira do Minho
	<u>Jorge Ernesto Magalhães Mota da Silva</u>
	<u>Alfredo José Rodrigues Lopes</u>
	<u>António José Fernandes Gonçalves</u>
	<u>Desiseg - Mediação De Seguros Lda</u>
	<u>Hora Segura Mediação Seguros Lda</u>
	<u>José Abreu Dias</u>
	<u>JOSÉ AUGUSTO BAPTISTA OLIVEIRA PEREIRA</u>
	<u>Maria Margarida Leão Vieira da Silva</u>
	<u>Acoreana Seguros, S.A</u>
Convidados	<u>ACOREANA SEGUROS 5.A. (512004048)</u>
	-
	-
Concorrentes	<u>COM ADJUD. PROC. 71_2016 Vortal_Next.pdf</u>
Anúncio	<u>COM ADJUD. PROC. 71_2016 Digit.pdf</u>
Incrementos superiores a 15%	-
Documentos	-
Observações	-
<b>Execução do Contrato</b>	
Data de fecho do contrato	-
Preço total efetivo	-

## Anexo 11 – Fluxograma do Concurso Público





Anexo 12 – *Anúncio Diário da República* pág.1

II SÉRIE



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

**Quarta-Feira, 14 de Dezembro de 2016**

**Número 238**

---

## PARTE L - CONTRATOS PÚBLICOS

---

MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

### **Anúncio de procedimento n.º 8182/2016**

#### MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

NIF e designação da entidade adjudicante:

506659682 - Município de Vieira do

Minho Endereço: Praça Guilherme de

Abreu Código postal: 4850 527

Localidade: Vieira do Minho

Endereço Eletrónico: geral@cm-vminho.pt

##### 2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES PARA O PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO - ANO DE 2017

Tipo de Contrato: Aquisição de Bens Móveis

Valor do preço base do procedimento 113951.22 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) Objeto principal

Vocabulário principal: 09134100

##### 3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico:

Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

##### 4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

##### 6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Descarga na Oficina Municipal do Município de Vieira do Minho

País:

PORTUGAL

Distrito: Braga

##### 7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Restantes contratos

Prazo contratual de 12 meses a contar da celebração do contrato

Anexo 13 – *Anúncio Diário da República* pág.2

*Diário da República, 2.ª série - N.º 238 - 14 de dezembro de 2016 - Anúncio de procedimento n.º 8182/2016 - Página n.º 2*

---

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Secção de Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Praça Guilherme de Abreu

Código postal: 4850 527

Localidade: Vieira do Minho

Endereço Eletrónico: jantunes@cm-vminho.pt

9.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante

Vortal (<http://portugal.vortal.biz/>)

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Mais baixo preço

14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Município de Vieira do

Minho Endereço: Praça Guilherme de

Abreu Código postal: 4850 527

Localidade: Vieira do Minho

Endereço Eletrónico: geral@cm-vminho.pt

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

2016/12/14

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL

OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA: Não

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Regime de contratação: DL n.º 18/2008, de

18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: António Cardoso Barbosa

Cargo: Presidente da Câmara Municipal

410082161

---

II SÉRIE



Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

---

Contactos:

Correio eletrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

ISSN 0870-9963

---

Anexo 14 – Contrato CMVM e GASPE pag.1



MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

4850-527 VIEIRA DO MINHO

CONTRATO

PROC\_62/2016 - CONCURSO PÚBLICO – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO SIMPLES PARA  
O PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO – ANO DE 2017

Entre:

**MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO**, pessoa colectiva n.º 506 659 682, com sede na Praça  
Guilherme de Abreu, concelho de Vieira do Minho, distrito de Braga, aqui representada pelo Sr.  
Vereador, Dr. António Afonso Ribeiro Barroso, portador do CC n.º 3729951 4ZZ6, válido até 07-10-  
2015, por delegação de competências, e a seguir designado por Primeiro Outorgante;

E,

**GASPE COMBUSTÍVEIS, LDA**, pessoa coletiva n.º 500 033 684, com sede na Rua das  
Lajes, n.º 519 – 4414-007 CANELAS VNG, aqui representada por Luís Manuel Barracho Veiga,  
Titular do Cartão de Cidadão n.º 00843151, residente na Rua Gaspar Correia, n.º 191 – 4150-346  
Porto, aqui designado por Segundo Outorgante;

É, nesta data, livremente outorgado o presente contrato de fornecimento de bens que se  
regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª**

Na sequência de abertura de procedimento de Concurso Público, aberto por publicação  
em Diário da República, n.º 238, II Série, no dia 14 de Dezembro de 2016, anúncio de  
procedimento 8182/2016, em conformidade com o disposto nos artigos 130.º a 154.º do Decreto -  
Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, com as respectivas alterações introduzidas, adjudicado por  
despacho datado de doze de Janeiro do ano de dois mil e dezassete, o Segundo Outorgante é  
contratado para o **fornecimento contínuo de gasóleo simples para o parque de máquinas e  
viaturas do Município de Vieira do Minho – Ano de 2017**, tendo a minuta deste contrato, sido  
aprovada, pelo órgão competente para a decisão de contratar em 13/01/2017, e pelo adjudicatário  
em 13/01/2017.

**CLÁUSULA 2ª**

1 – O fornecimento identificado na cláusula primeira é adjudicado pelo Primeiro ao  
Segundo Outorgante, pelo valor contratual de **105.310,80€** (Cento e cinco mil, trezentos e dez  
euros e oitenta centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme proposta por este  
apresentada e que se anexa ao presente contrato, dele fazendo parte integrante, nas seguintes

PRAÇA DR GUILHERME DE ABREU – 4850-527 VIEIRA DO MINHO  
Telef.: 253 649 270 – 300 400 408 – 914 328 880 – 939 650 641 – 962 039 354 – 962 039 355 – Fax.: 253 647 856  
Site: [www.cm-vminho.pt](http://www.cm-vminho.pt) – E-mail: [geral@cm-vminho.pt](mailto:geral@cm-vminho.pt)

Página 1 de 5

## Anexo 15 – Contrato CMVM e GASPE pag.2



### MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

4850-527 VIEIRA DO MINHO

condições:

Desconto de 0,0720€ (zero vírgula zero sete dois euros), por litro de gasóleo simples considerando o preço médio em <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>, no continente, na data do fornecimento;

Prazo de pagamento: 30 dias a contarem da data da fatura;

Valor estimado do fornecimento para o Ano de 2017:

CONCORRENTES				PRAZO DE PAGAMENTO	
				30 dias a contarem da data da recepção da fatura;	
5	GASPE COMBUSTÍVEIS LDA	DESCONTO	D		0,0720 €
		QUANT. (LITROS)	Q		120 000
		PREÇO LITRO GASÓLEO CONSIDERANDO A DATA DE 04-12-2016 EM <a href="http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/">HTTP://WWW.PRECOSCOMBUSTIVEIS.DGEG.PT/</a>	P		0,949590 €
		PREÇO LITRO GASÓLEO RODoviário - DESCONTO			0,877690 €
		TOTAL = (P-D)XQ			106 310,80 €

#### CLÁUSULA 3ª

O contrato a celebrar tem por objecto o fornecimento contínuo de gasóleo simples para o parque de máquinas e viaturas do Município de Vieira do Minho – Ano de 2017, deve ter em consideração as seguintes condições:

1. O contrato a celebrar tem por objectivo o fornecimento de gasóleo, até que o valor adjudicado tenha esgotado, em regime de fornecimento contínuo, não podendo o contrato transitar para o Ano de 2018;
2. O fornecimento de combustíveis é contínuo, durante o prazo de duração do contrato, considerando que a quantidade de combustível estimada para consumo será de: **Anual: 120.000 Litros de gasóleo simples;**
3. Tendo em conta a volatilidade do preço dos combustíveis, a quantidade de gasóleo a fornecer poderá ser inferior à quantidade acima identificada, devendo a faturação do adjudicatário ser consentânea com a quantidade efetivamente entregue e com o preço de referência em <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>, que vigorar no momento de fornecimento de gasóleo, acrescido do desconto fixo contratado. O valor total dos fornecimentos nunca poderá ultrapassar o valor adjudicado.
4. O fornecimento de gasóleo simples é efetuado em quantidades parciais, sendo essas quantidades fornecidas mediante apresentação de requisições emitidas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Vieira do Minho.
5. O fornecimento deverá ser entregue no Posto de abastecimento da oficina da Câmara Municipal de Vieira do Minho, na Vila de Vieira do Minho.
6. No caso de o adjudicatário não concluir o (s) fornecimento (s) no (s) prazo (s) proposto (s), a Câmara Municipal de Vieira do Minho, reserva-se o direito de recorrer a outro(s) fornecedor(es) ou mesmo rescindir o respectivo contrato.
7. Ao valor por litro de gasóleo simples sem IVA (incluindo o desconto), acresce o IVA à taxa legal em vigor.

#### CLÁUSULA 4ª

Compete ao Primeiro Outorgante:

PRAÇA DR GUILHERME DE ABREU – 4850-527 VIEIRA DO MINHO  
 Telef.: 253 649 270 – 300 400 408 – 914 328 880 – 939 650 641 – 962 039 354 – 962 039 355 – Fax.: 253 647 856  
 Site: [www.cm-vminho.pt](http://www.cm-vminho.pt) – E-mail: [geral@cm-vminho.pt](mailto:geral@cm-vminho.pt)

Página 2 de 5

Anexo 16 – Contrato CMVM e GASPE pag.3



MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

4850-527 VIEIRA DO MINHO

- a) Prestar todas as informações indispensáveis ao início e desenvolvimento do conteúdo do fornecimento;
- b) Proceder ao pagamento pontual das facturas apresentadas pelo Segundo Outorgante relativas ao presente contrato.

**CLÁUSULA 5.ª**

Compete ao segundo outorgante:

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer os bens objecto do contrato à entidade adquirente, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- c) Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- e) Local de entrega: Posto de abastecimento do Município de Vieira do Minho;
- f) Prazo de entrega: 48 horas (2 dias úteis) a contar da data do pedido de fornecimento pelo Município de Vieira do Minho.

**CLÁUSULA 6ª**

1- As facturas a apresentar pelo Segundo Outorgante, referentes à proposta apresentada e referida na Cláusula 2ª, serão pagos mediante a apresentação de factura acompanhada de guia de remessa da quantidade de combustível entregue.

2- O valor total das facturas referente aos fornecimentos que se venham a verificar, não podem ultrapassar o valor adjudicado.

**CLÁUSULA 7ª**

PRAÇA DR GUILHERME DE ABREU – 4850-527 VIEIRA DO MINHO  
Telef.: 253 649 270 – 300 400 408 – 914 328 880 – 939 650 641 – 962 039 354 – 962 039 355 – Fax.: 253 647 856  
Site: [www.cm-vminho.pt](http://www.cm-vminho.pt) – E-mail: [geral@cm-vminho.pt](mailto:geral@cm-vminho.pt)

Página 3 de 5

## Anexo 17 – Contrato CMVM e GASPE pag.4



### MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

4850-527 VIEIRA DO MINHO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vieira do Minho, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas.

#### CLÁUSULA 8ª

Caso se verifique atraso no fornecimento do combustível, por razões imputáveis ao adjudicatário, que não resultem de força maior, nas condições previstas no artigo 11.º do Caderno de Encargos, será aplicada uma penalização diária de 100,00€, por cada dia de atraso.

#### CLÁUSULA 9ª

1- Nos casos omissos aplicar-se-á ao presente contrato o Decreto-Lei 16/2008 de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro.

2- O presente contrato é classificado como um contrato de natureza administrativa pelo que, o foro competente para dirimir quaisquer litígios em torno da interpretação, validade e execução deste contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

#### CLÁUSULA 10ª

1- O presente encargo tem cabimento no orçamento do corrente ano da Câmara Municipal de Vieira do Minho, com a classificação económica 02/02.01.02.02.

Pelos dois outorgantes foi dito, na qualidade em que outorgam, que aceitam o presente contrato, obrigando-se a dar-lhe pontual cumprimento.

Arquiva-se:

- a) Processo de procedimento;
- b) Proposta (Incluída no Processo de Concurso);
- c) Despacho de abertura do concurso Público;
- d) Publicação no D.R. (Anúncio de Procedimento n.º 8182/2016);
- e) Despacho de adjudicação datado de doze de Janeiro de 2017;
- f) Cópias do Cartão de Cidadão dos representantes do segundo outorgante com poderes para obrigar;
- g) Cópia de cartão de identificação de pessoa colectiva;
- h) Certidão de situação tributária regularizada;

PRAÇA DR. GUILHERME DE ABREU – 4850-527 VIEIRA DO MINHO  
Telef.: 253 649 270 – 300 400 408 – 914 328 880 – 939 650 641 – 962 039 354 – 962 039 355 – Fax.: 253 647 856  
Site: [www.cm-vminho.pt](http://www.cm-vminho.pt) – E-mail: [geral@cm-vminho.pt](mailto:geral@cm-vminho.pt)

Página 4 de 5

Anexo 18 – Contrato CMVM e GASPE pag.5



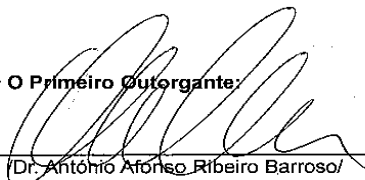
**MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO**

4850-527 VIEIRA DO MINHO


- i) Certidão de situação contributiva regularizada com a Segurança Social;
- j) Certidão permanente código de acesso 0527-8415-8033 válida até 25-10-2017.

Vieira do Minho, 18 de Janeiro de 2017

**O Primeiro Outorgante:**

  
/Dr. António Afonso Ribeiro Barroso/

**O Segundo Outorgante:**

  
/Luís Manuel Barracho Veiga /

## Anexo 19 – *Comunicação ao portal BASE.gov*



### PESQUISA > CONTRATO

#### Detalhe do Contrato

Data de publicação no BASE	07-02-2017
Tipo(s) de contrato	Aquisição de bens móveis
Tipo de procedimento	Concurso público
Descrição	Proc_62/2016
Fundamentação	Artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos
Fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste direto (se aplicável)	Não aplicável
Entidade adjudicante - Nome, NIF	<u>Município de Vieira do Minho (506659682)</u>
Entidade adjudicatária - Nome, NIF	<u>GASPE COMBUSTÍVEIS, LDA (500033684)</u>
Objeto do Contrato	Fornecimento contínuo de gasóleo sumples para o parque de máquinas e viaturas do Município de Vieira do Minho- ano de 2017
Procedimento Centralizado	-
CPV	09134100-8, Gasóleo
Data de celebração do contrato	18-01-2017
Preço contratual	105.310,80 €
Prazo de execução	365 dias
Local de execução - País, Distrito, Concelho	Portugal, Braga, Vieira do Minho
Concorrentes	-
Anúncio	<u>Detalhe do Anúncio</u>
Incrementos superiores a 15%	-
Documentos	<u>contrato_proc_62_2016.pdf</u>
Observações	-

#### Execução do Contrato

Data de fecho do contrato	-
Preço total efetivo	-
Causas das alterações ao prazo	-
Causas das alterações ao preço	-



## Anexo 20 – *Questionário Online*

### Inquérito de Opinião sobre CCP e CPE aos interessados na Contratação Pública

Código dos Contratos Públicos e Contratação Pública Eletrónica

**Orgão, Serviço ou Função \***

**Sobre o Código dos Contratos Públicos (ao nível da volatilidade legislativa)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre recursos Humanos (a necessidade de pessoal especializado)**

1	2	3	4	5	
Menor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Maior

**Sobre eficiência (como garantia de melhores produtos/serviços aos melhores preços)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre transparência (ao nível das transações pelas entidades)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre concorrência (ao nível da oferta)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre a simplificação (agilidade e simplicidade de processos)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre o rigor (a racionalização e controle da despesa)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre a burocracia (medido pela quantidade e redundâncias)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Sobre o tempo usado (médio por contrato)**

1	2	3	4	5	
Pior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Melhor

**Qual o seu grau de conhecimento (CCP e CPE)**

1	2	3	4	5	
Suficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado

Nunca envie palavras-passe através dos Formulários do Google.

Com tecnologia  
Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.  
[Serviços do Google](#) - [Termos de Utilização](#) - [Termos adicionais](#)